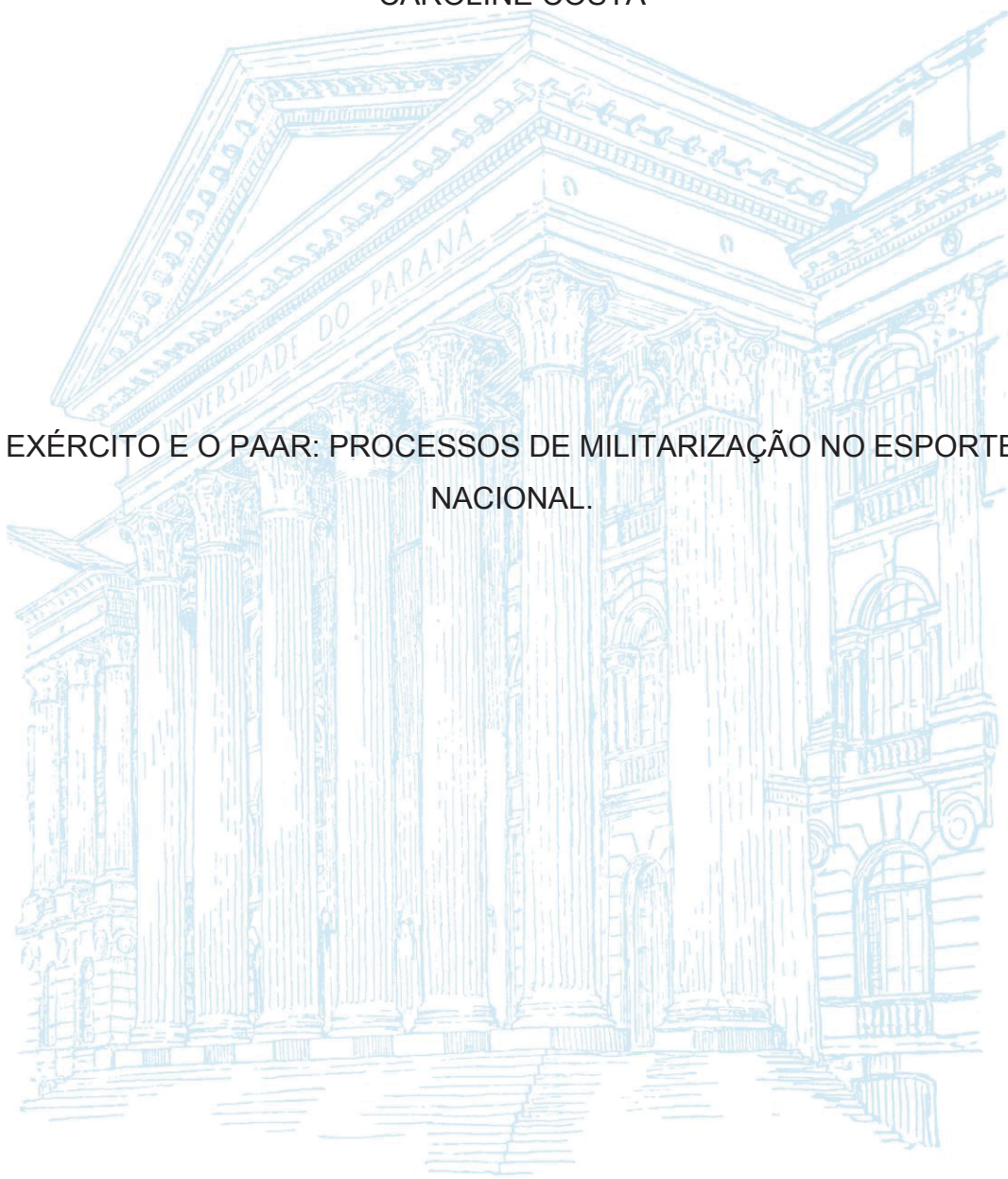


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINE COSTA

EXÉRCITO E O PAAR: PROCESSOS DE MILITARIZAÇÃO NO ESPORTE
NACIONAL.



CURITIBA

2020

CAROLINE COSTA

EXÉRCITO E O PAAR: PROCESSOS DE MILITARIZAÇÃO NO ESPORTE
NACIONAL.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Física do Programa de Pós-graduação em Educação Física, do setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli.

Coorientador: Prof. Dr. Riqueldi Straub Lise.

CURITIBA

2020

Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas
(Giana Mara Seniski Silva – CRB/9 1406)

Costa, Caroline
Exército e o PAAR: processos de militarização no esporte nacional. /
Caroline Costa. – Curitiba, 2020.
139 p.: il.

Orientador: Fernando Renato Cavichioli
Coorientador: Riqueldi Straub Lise

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

1. Esportes - Legislação 2. Esportes – Aspectos sociológicos 3.
Política pública 4. Atletas olímpicos I. Título II. Cavichioli, Fernando
Renato III. Lise, Riqueldi Straub IV. Universidade Federal do Paraná.
Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação
Física.

CDD (22. ed.) 306.483



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA -
40001016047P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO FÍSICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CAROLINE COSTA** intitulada: "**Exército e o PAAR: processos de militarização no Esporte Nacional**", sob orientação do Prof. Dr. FERNANDO RENATO CAVICHIOLLI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVADO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 17 de Fevereiro de 2020.

FERNANDO RENATO CAVICHIOLLI

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

WANDERLEY MARCHI JR

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico esta dissertação ao vô Mário, sempre presente.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre presente em minha vida, por fazer que eu compreendesse que tudo na vida tem seu tempo.

Ao professor Fernando Renato Cavichioli, ao seu intelecto irretocável, seu humor sensacional, sua absurda empatia, pelas incansáveis correções e, principalmente, por estar presente em minha vida nos momentos mais difíceis, oferecendo-me um ombro amigo nas inúmeras vezes que precisei, admiro o senhor cada dia mais.

Aos meus amigos de grupo de estudo e ao professor Riqueldi. Sem vocês nada disso seria possível! Muito obrigada por ler, reler, ajudar e incentivar. Agradeço especialmente ao 1º ten. QOPM Rafael Gomes Sentone, pessoa que acreditou em meu potencial e me conduziu à família Cavicca. Sou muito grata a você.

A família preciosa que tenho, que acompanhou nessa aventura, e, especialmente, a minha irmã que me ajudou em todas as minhas dificuldades e ausências.

Aos comandantes e gestores que permitiram com que eu entendesse como tudo funcionava e a disposição de tempo para a pesquisa.

Ao major Davi do EB, pessoa essencial, que não mediu esforços para me auxiliar na pesquisa e ao 2º ten. QOBM Piana, que abriu portas inimagináveis no EB.

Ao funcionário do Departamento de Ed. Física da UFPr, Rodrigo, que com sua maneira distinta auxiliou-me muito nessa caminhada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se a derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem gozam muito, nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta que não conhece vitória nem derrota.

Theodore Roosevelt

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é identificar como o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) influencia na configuração esportiva brasileira por meio da implantação e desenvolvimento do programa e como isso se tornou um processo de militarização esportiva. Da análise da conjuntura esportiva brasileira verificamos que no ano de 2012, nos Jogos Olímpicos, o Brasil participou com 259 membros sendo 51 das Forças Armadas (FFAA), já no ano de 2016 o Brasil participou com 465 membros, sendo que 145 pertenciam às FFAA; nesse mesmo ano 670 militares fizeram parte do PAAR no Brasil. Segundo dados do Ministério da Defesa, no primeiro ano de projeto foram investidos, anualmente, aproximadamente, R\$ 15 milhões em salários para atletas militares. Além disso, são investidos, aproximadamente, R\$ 3 milhões na reforma de estrutura de treinos. A metodologia da pesquisa classifica-se como descritiva e qualitativa. A utilização da teoria de Norbert Elias traz o suporte sociológico necessário para a compreensão do tema com olhar crítico necessário para entender as motivações que permeiam a política pública esportiva. Como instrumento de pesquisa foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas, assim como uma observação de campo por meio das visitas ao Comitê Desportivo do Exército (CDE) na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Foram realizadas quatro entrevistas com pessoas envolvidas com a direção do programa no país, sendo elas do CDE e da Secretaria Especial do Esporte. Essas entrevistas foram analisadas com o auxílio do software NVivo e encontradas dez categorias que mais incidiram na coleta realizada. Nessas categorias foram levantados aspectos como a motivação para a criação do programa, objetivo do programa, criação legislativa, exército na configuração esportiva, benefícios do PAAR, fatores negativos, países que possuem programas semelhantes, continuidade, verbas e resultados. A busca documental foi direcionada para a legislação brasileira e em trabalhos acadêmicos de interesse ao tema, apesar de não existir nada específico ao tema. A dissertação apontou que o PAAR possui papel importante dentro da política esportiva brasileira e se mostra como um mecanismo relevante de manutenção do esporte de alto rendimento brasileiro, que em alguns aspectos foi criticada pelos reflexos na sociedade e no Exército Brasileiro (EB) e ainda

que existe a possibilidade de melhora e até mesmo ser usada como base para futuras políticas públicas esportivas no que tange ao rendimento.

Palavras-chave: Legislação esportiva. Programa de atletas de alto rendimento. Políticas públicas.

ABSTRACT

The dissertation identifies how the High Performance Athletes Program influences the Brazilian sports configuration. From the analysis of the Brazilian sporting situation, we found that in 2012 at the Olympic Games, Brazil participated with 259 members, 51 from the FFAA, and in 2016, Brazil participated with 465 members, of which 145 belonged to the FFAA. were part of PAAR in Brazil. According to data from the Ministry of Defense, R \$ 15 million is invested annually in salaries for military athletes. In addition, approximately R \$ 3 million is invested in training structure reform. The research methodology is classified as descriptive and qualitative. The use of Nobert Elias theory brings the necessary sociological support for the understanding of the subject with a critical eye necessary to understand the motivations that permeate the sports public policy. Semi-structured interviews were used as a research instrument, with field observation through visits to the CDE Army Sports Committee. Four interviews were conducted with people involved with the program management in the country, from the CDE and the Special Secretariat of Sport. These interviews were analyzed with the aid of NVivo software and found ten categories that most focused on the collection. In these categories, aspects such as motivation for program design, program objective, legislative creation, Army in sport configuration, PAAR benefits, negative factors, countries with similar programs, continuity, funds, and outcomes were raised. The documentary search was directed to the Brazilian legislation and in academic works of interest to the subject. The dissertation pointed out that the PAAR plays an important role within the Brazilian sports policy and shows itself as a relevant mechanism of maintenance of the Brazilian high performance sport, which in some aspects was criticized for the reflexes in the society and in the EB and although the possibility exists of improvement and even be used as a basis for future high performance sports public policies.

Keywords: Sport Legislation. High Athlete Program. Brazilian army. Brazilian Public Policies of High-Performance Sport.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Organograma centro de capacitação física do exército e fortaleza de São João.....	59
Figura 2	Ginásio Leite de Castro-ESEFEX.....	60
Figura 3	Portaria nº 171-DGP-EB.....	69
Figura 4	Quadro de distribuição de modalidades para relatoria por FFAA....	70
Figura 5	Organograma do PAAR por modalidades.....	73
Figura 6	Seleção brasileira de vôlei.....	74
Figura 7	Treinamento militar para atletas do PAAR.....	75
Figura 8	Organograma do CDE.....	79
Figura 9	Rede nacional de treinamento.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Motivação de criação do PAAR.....	82
Gráfico 2	Objetivos do programa.....	88
Gráfico 3	Criação legislativa.....	92
Gráfico 4	Configuração esportiva.....	97
Gráfico 5	Benefícios do PAAR.....	102
Gráfico 6	Fatores negativos.....	107
Gráfico 7	Países que possuem programas semelhantes.....	112
Gráfico 8	Continuidade do programa.....	114
Gráfico 9	Verbas.....	117
Gráfico 10	Resultados.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Quantitativo de medalhas, atletas e atletas militares.....	21
Quadro 2	Pesquisa de literatura em banco de dados.....	29
Quadro 3	Quantitativo de atletas do EB.....	78
Quadro 4	Percentuais obtidas pelo programa NVivo.....	81
Quadro 5	Categorias com percentuais.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art	Artigo
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CBC	Confederação Brasileira de Clubes ou Comitê Brasileiro de Clubes
CDB	Confederação Brasileira de Desporto
CDE	Comissão de Desportos do Exército
CDFA	Conselho Desportivo da Força Aérea
CDMB	Comissão Desportiva Militar do Brasil
CISM	Conselho Internacional du Sports Militaire
CML	Comando Militar do Leste
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
CPB	Comitê Paraolímpico Brasileiro
DDE	Departamento de Desporto do Exército Brasileiro
DECEX	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DGP	Departamento Geral de Pessoal
EB	Exército Brasileiro
EBST	Estágio Básico de Sargentos Temporários
EsEFEx	Escola de Educação Física do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
Inc	Inciso
PAAR	Programa de Atletas de Alto Rendimento
PROFES	Programa Força na Escola
P	
PMPR	Polícia Militar do Paraná
RCont	Regulamento de Continências do Exército
RNT	Rede Nacional de Treinamento

LISTA DE SÍMBOLOS

- © copyright
- @ arroba
- ® marca registrada

SUMÁRIO

	PRÓLOGO	16
1	INTRODUÇÃO	17
1.1	TEMA.....	23
1.2	PROBLEMA.....	24
1.3	OBJETIVO GERAL.....	24
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	24
1.5	JUSTIFICATIVA.....	25
2	METODOLOGIA	27
3	AMPARO SOCIOLOGICO AO TEMA – TEORIA DE NORBERT ELIAS	33
4	LEGISLAÇÃO ESPORTIVA BRASILEIRA ENVOLVENDO AS FORÇAS ARMADAS	57
4.1	PROGRAMA DE ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO.....	67
4.2	PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS MILITARES DO EXÉRCITO EM JOGOS OLÍMPICOS.....	75
5	INFORMAÇÕES DOS AGENTES DE INTERESSE PARA O PROGRAMA DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	78
5.1	FATORES MOTIVACIONAIS PARA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA.....	81
5.2	OBJETIVO DO PROGRAMA.....	87
5.3	CRIAÇÃO LEGISLATIVA.....	89
5.4	EXÉRCITO NA CONFIGURAÇÃO ESPORTIVA.....	95
5.5	BENEFÍCIOS DO PAAR.....	100
5.6	FATORES NEGATIVOS.....	105
5.7	OUTROS PAÍSES QUE POSSUEM PROGRAMAS SEMELHANTES...	109
5.8	CONTINUIDADE DO PROGRAMA ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO.....	111
5.9	VERBAS.....	114
5.10	RESULTADOS.....	117
6	DISCUSSÃO	120
6.1	CONFIGURAÇÕES SOCIAIS.....	120

6.2	JOGO DE PODER.....	122
6.3	PROCESSO CEGO.....	124
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
7.1	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS, INCLUINDO DA PRÓPRIA AUTORA.....	131
	REFERÊNCIAS	132
	APÊNDICE	137
	ANEXO	139

PRÓLOGO

As justificativas pessoais dessa dissertação estão intimamente envolvidas com a vida da pesquisadora, que sempre amou o esporte, o esporte de rendimento em especial.

Desde tenra idade fui incentivada a desenvolver habilidades esportivas dedicando-me à natação, corrida e por fim o triatlo que culminou na realização do Ironman®, uma das maiores provas de triatlo do mundo.

Por essa disposição esportiva, minha profissão foi influenciada, escolhi ser Oficial da Polícia Militar do Paraná e sempre percebi que esporte e vida militar combinam muito e apesar disso a sociedade, na minha opinião, não tem conhecimento amplo dessa questão, por não saber exatamente o que faz um policial militar.

A formação que busquei após a conclusão do Curso de Formação de Oficiais também acabou influenciando. No curso de direito, finalizado no ano de 2011, a curiosidade e interesse por legislações aplicadas a políticas públicas foi crescendo cada vez mais, até culminar no ingresso no programa de pós-graduação da UFPR.

Ao estudar a legislação esportiva e as políticas públicas brasileiras algo sempre me chamava a atenção, o Programa de Atletas de Alto Rendimento das FFAA, pois este materializava tudo o que eu senti durante anos na prática, esse casamento apaixonado entre o esporte e o militarismo.

A curiosidade, presente como uma característica muito evidente da minha personalidade me deixou inquieta, e queria saber mais, analisar com maior profundidade, entender o que estava acontecendo e principalmente explicar, por meio da sociologia, porque isso estava ocorrendo e assim surgiu a ideia, a aceitação pelo meu orientador e, principalmente, a ajuda incontestável dele e outras pessoas que trilharam esse caminho comigo.

A importância da pesquisa é social, pois a sociedade necessita conhecer melhor como funciona essa modalidade de política/financiamento público esportivo, para ajudar a pensar sua expansão ou não para outros campos das Forças Armadas.

1 INTRODUÇÃO

Nos Jogos Olímpicos 2016, o ato da continência¹ ficou evidente quando alguns atletas brasileiros realizaram este gesto ao receber a medalha olímpica, noticiado por vários meios de comunicação, permeado de elogios e críticas. Como exemplo, infere-se na matéria publicada pelo programa esportivo Globo Esporte, em 16 de agosto de 2016 quando se questionou tal gesto com a seguinte redação: a continência de alguns atletas brasileiros no pódio durante o hasteamento da bandeira gera debate. Trata-se de uma questão política para gerar propaganda para Exército, Marinha e Aeronáutica ou é apenas um sinal de respeito à bandeira nacional previsto no regulamento das Forças Armadas (ENTENDA..., 2016).

O grande início esportivo de mega eventos foi no ano de 2007, quando o Brasil sediou os Jogos Pan-Americanos, que culminaram com os Jogos Olímpicos de 2016, um dos eventos esportivos de maior expressão mundial.

Durante as competições ficou evidente o gesto da continência para quem assistia as premiações; os atletas militares prestavam ao receber a premiação, causando a curiosidade no espectador para saber a motivação daquela ação, sendo explicitado naquele gesto que o atleta que ali estava também era um militar.

Porém, a grande maioria da população brasileira desconhecia o que se passava naquele momento, quem são esses atletas militares e como funciona esse programa de incentivo ao esporte nacional e o real motivo daquela simbologia. Esses atletas são realmente militares ou são atletas patrocinados por uma força militarizada? Aquela ação era voluntária? Ou se revestia de alguma outra intenção não apreciada no simples gesto?

Assim, na cidade do Rio de Janeiro, em 2016, o Brasil além de sediar umas das maiores competições esportivas internacionais, participou de maneira competitiva conquistando o 13º lugar geral no ranking que prioriza medalhas de ouro e 12º no quadro geral de medalhas, sendo esse o melhor resultado de sua história (COMITÉ OLÍMPICO DO BRASIL, 2016).

¹ O que significa a palavra continência: segundo o regulamento de continências das Forças Armadas Brasileiras, continência é a saudação militar, sinal de respeito. Gesto realizado para Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (RCont) que foi publicado pela PORTARIA NORMATIVA número 660/MD, de 19 de maio de 2009.

Contribuindo para estas conquistas, participaram alguns atletas que integravam o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR), programa destinado a contratar² atletas temporariamente como militares, a fim de proporcionar aos mesmos uma estrutura de treinamento e remuneração para a manutenção desse indivíduo.

Por meio de um contrato, mesmo que de caráter provisório, as forças armadas brasileiras estiveram presentes nos Jogos Olímpicos e foram identificados em algumas oportunidades pelo ato da continência ou por outros símbolos militares que eram visíveis nos atletas, como tatuagens temporárias e uniformes com símbolos das FFAA.

Participam desse programa a Marinha, Exército e a Força Aérea brasileira, cada um com uma participação específica em determinadas modalidades. Pelo fato de o Exército ser a força terrestre com maior proximidade com a corporação a que pertence, a pesquisadora (PMPR)³, e por ser uma força que possui o maior número de medalhas olímpicas conquistadas por seus atletas⁴, será delimitado esse recorte, a fim de direcionar o estudo e trazer uma qualidade maior pelo espaço temporal que se possui.

Esse período de participação do atleta no programa tem a duração máxima de oito anos e obedece a critérios específicos do edital de contratação de cada uma das Forças Armadas e respectivas unidades militares a qual se refere o edital (BRASIL, 2016b); no caso do Exército estes editais são centralizados na primeira região militar, que englobam os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, entretanto os atletas estão pulverizados por todo o país.

Os atletas de maneira voluntária se inscrevem para análise de seu currículo esportivo, que leva em consideração seus resultados no período delimitado pelo edital de convocação. Aquele atleta que somar mais pontos será o escolhido para preencher a vaga disponibilizada, após passar por entrevista e inspeções. Além disso, o atleta vai contar com a estrutura das Forças Armadas, atendimento médico, nutricional, fisioterápico e psicológico.

² No decorrer do trabalho será explicado, com a base na legislação esportiva, como se opera a "contratação" do atleta.

³ As polícias militares estaduais por força Constitucional figuram como força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro.

⁴ Medalhas conquistadas por atletas de carreira e do PAAR ao longo da trajetória olímpica brasileira.

O atleta selecionado pelo programa não precisará permanecer o tempo todo em um quartel ou mudar-se, necessariamente, para outro local de treinamento; ele terá que seguir a sua rotina de treinamento que será avaliada pelo seu treinador e pela comissão responsável do programa para aquela modalidade. Dessa forma, será decidido, em conjunto, qual a melhor maneira de condução dos treinamentos e do local onde irá permanecer.

Em casos como o hipismo, é mais vantajoso ao atleta treinar no local onde permanece seu cavalo, por questões estruturais, já outras modalidades como o judô e a ginástica, nem sempre o atleta treina no local estruturante de sua força, devendo comparecer esporadicamente na organização militar conforme cronograma definido.

Contudo, não foi somente o Brasil que participou dos Jogos Olímpicos de 2016 com atletas militares, vários países como EUA, Itália, França e Inglaterra estavam participando com atletas militares. Sabe-se que alguns países possuem programas semelhantes⁵ ao PAAR, entre eles os Estados Unidos da América e a Inglaterra, os quais, segundo o Ministério da Defesa, foram exemplos para a aplicação desta política no Brasil (BRASIL, 2016b).

Um exemplo evidente desta presença foi a participação do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) na Vila Olímpica do Rio de Janeiro. O CISM detinha uma estrutura, a qual servia para centralizar os atletas militares dos países participantes dos Jogos Olímpicos, proporcionando reuniões desses atletas que possuíam em comum sua aderência a algum programa militarizado, seja ele temporário ou de carreira (INTERNATIONAL MILITARY SPORTS COUNCIL, 2018). Assim, evidenciou-se que não era somente o Brasil que adotava essa prática, que outros países possuíam atletas militares e que diante disso, interessante seria o estudo do que efetivamente provocou esse fenômeno também em nosso país. Porém, a dúvida permanece no ponto, se são militares atletas ou atletas militarizados e nesse contexto essencial é o estudo aqui viabilizado, pois procura-se entender algumas características do programa que são explicadas pelo aporte sociológico.

⁵ Aqui se usou o termo semelhante pois cada país tem uma forma distinta de abordagem ao programa militar para seus atletas. Alguns países os atletas são naturalizados e após o período de contribuição esportiva permanecem nas forças armadas do país (EUA), outros utilizam de militares de carreira (Inglaterra), outros ainda adotam o sistema temporário (Itália).

Vale salientar que este programa é diverso do que ocorria em países como Rússia e China, que defendiam um viés muito mais estatal e ideológico para a formação de seu atleta de alta performance que propriamente uma parceria entre uma instituição militarizada.

As leis brasileiras tornam visíveis e regulamentam as políticas públicas para o esporte de alto rendimento, tendo como gênese legislativa a Lei Federal nº 9.615/98, que institui o Sistema Brasileiro do Esporte, constituído pelo Ministério do Esporte, agora Secretaria Especial do Esporte, e pelo Conselho Nacional do Esporte, isso em âmbito federal.

Outro marco importante, ainda que seja mais teórico que explícito, é a ação governamental que por meio da Lei Federal nº 12.395/2011 instituiu a Rede Nacional de Treinamento (RNT)⁶, que segundo dados do Ministério do Esporte (2017), visa desenvolver o esporte por meio de parcerias entre entidades representativas e o governo.

Como uma das etapas de instrumentalização e efetivação dessa RNT temos o PAAR, como um dos parceiros que foi implantado por uma política pública e auxilia na expansão do esporte de rendimento brasileiro.

O programa que envolve atletas e as Forças Armadas no Brasil originou-se da intersectorialidade dos Ministério do Esporte e da Defesa. Ambos uniram esforços e interesses em prol do cenário esportivo de alto rendimento e em 2008 criaram o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) das Forças Armadas (BRASIL, 2016b)

Nos Jogos Olímpicos de 2012, realizado em Londres, o Brasil participou com 259 membros (PORTAL BRASIL, 2017), dos quais 51 deles pertenciam às Forças Armadas sendo alguns poucos de carreira e os demais estavam vinculados ao PAAR (Quadro 1). Neste ano, o país conquistou 17 medalhas e entre estas, cinco foram angariadas por atletas militares do PAAR (BRASIL, 2016b.)⁷.

A contribuição das Forças Armadas para o sustento e desenvolvimento de atletas de alto rendimento no Brasil aconteceu, pois conforme os dados do Ministério

⁶ BRASIL. Lei Federal nº 12.395/2011. **Instituiu no país uma rede teórica de treinamento esportivo que muitas vezes não está exatamente como na prática.** Brasília, DF, 2011.

⁷ Aqui foram contabilizados os atletas de maneira ampla, contando com atletas de carreira e contratados temporariamente pelo PAAR.

da Defesa, dos 465 atletas do time brasileiro que participaram da edição dos Jogos Olímpicos Rio 2016, 145 pertenciam às Forças Armadas, (BRASIL, 2016a,b). O Exército contribuiu com 52 atletas da seleção olímpica, com destaque para os da delegação de judô, em que, todos os atletas masculinos pertenciam às Forças Armadas.

Quadro 1 - Quantitativo de medalhas, atletas e atletas militares

Ano	Atletas geral	Atletas militares	Medalhas geral	Medalhas militares
2012 Londres	259	51	17	5
2016 Rio de Janeiro	465	145	19	13

Fonte: Brasil (2016b).

As Forças Armadas estiveram vinculadas aos atletas de 27 modalidades olímpicas, além de outras modalidades não olímpicas entre elas algumas tipicamente militares, tais como o cross country, o *lifesaving*, a orientação, o paraquedismo, o pentatlo aeronáutico, o pentatlo militar e o pentatlo naval, totalizando assim 35 modalidades esportivas⁸, conforme dados obtidos do Ministério da Defesa (BRASIL, 2016b).

No ano de 2016, 670 militares fizeram parte do grupo de atletas de alto rendimento das Forças Armadas Brasileiras, sendo 76 militares de carreira e outros 594 militares temporários, cujo objetivo, segundo o Ministério da Defesa (2016), era “defender⁹” o Brasil nos Jogos Olímpicos (BRASIL, 2016b).

Esse cenário foi possível, em partes, pela legislação brasileira referente ao esporte de alto rendimento, pois uma das intenções na criação do Programa de Atletas

⁸ Cross country: modalidade de corrida em terrenos irregulares; *lifesaving*: modalidade de atividades envolvendo salvamento militar; orientação: esporte muito difundido no meio militar que basicamente utiliza-se de mapa e bússola em uma corrida com pontos pré-determinados neste mapa; paraquedismo: modalidade em que se afere a precisão de saltos e aterrissagem; o pentatlo aeronáutico, militar e naval: atividade composta de algumas atividades envolvendo cada força envolvida.

⁹ Porém muito além desse defender existe uma série de interesses, inegável é que uma vinculação entre o Ministério da Defesa, no âmbito esportivo, trouxe algumas vantagens como representatividade, estrutura e também visibilidade social, porém muito mais que somente as vantagens explicitadas, outros fatores também contribuíram.

de Alto Rendimento, em 2008, era reforçar a delegação que participaria dos jogos militares que foram disputados em 2011 no Rio de Janeiro (BRASIL, 2016b).

Com significativos resultados, nos Jogos Olímpicos de Londres 2012, o programa continuou e se fortaleceu contribuindo com mais atletas militares para o time Brasil em 2016.

Segundo dados do Ministério da Defesa, são investidos, anualmente, R\$ 15 milhões de reais em salários para atletas militares. Além disso, são investidos aproximadamente R\$ 3 milhões na reforma de estrutura de treinos, em competições e em equipamentos para o desenvolvimento das modalidades esportivas (BRASIL, 2016b). Desta forma, evidenciado é que houve investimentos em pessoal, entre outros que serão estudados no trabalho.

Até esse ponto conseguimos dispor o cenário atual do esporte de alto rendimento com o suporte das Forças Armadas brasileiras e a partir daqui conseguimos minimamente traçar o fenômeno “militar e esportivo” ocorrido desde a criação do Programa de Atletas de Alto Rendimento.

Os estudos acerca desta temática tornam-se relevantes uma vez que a parceria entre vários agentes, para a efetivação e a criação do Programa de Atletas de Alto Rendimento, promoveu incremento nos resultados do esporte de alto rendimento no Brasil desde 2008.

Este trabalho, embora amparado por textos que tangenciam temáticas correlatas, objetiva suprir uma lacuna observada, em função da escassez de produções nacionais relacionadas ao referido tema, em especial, quando se trata da efetivação de políticas públicas por meio de parcerias entre as Forças Armadas e o Ministério do Esporte, via legislações que possibilitam recursos para isso.

Quando falamos especificamente sobre o PAAR e outros programas de caráter militar há poucas fontes. Alguns exemplos são: Castro (1997), Capela (2006), Guirra (2014), Linhares (1996), porém nenhum deles especificamente a respeito do Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) e sim sobre outras vertentes do fenômeno esportivo militar.

Vale salientar que o PAAR é uma parte integrante do cenário nacional brasileiro esportivo, composto também pelo CBC, COB, Clubes, Estados e prefeituras, cenário

este que necessita de estudos para que seja conhecido e aprimorado, por isso um estudo referente ao PAAR colaborará para a elucidação das lacunas de estudo.

O que vem acontecendo no Brasil é a união entre entidades privadas e públicas a fim de organizar e promover a gestão esportiva brasileira, e isto não é uma inovação. Nesse sentido, Houlihan e Green (2008) apontam que os países que se destacam no esporte possuem entidades que são responsáveis pela gestão esportiva, que se unem em prol do desenvolvimento do esporte e esta união foi perceptível na participação dos atletas militares do Programa de Atletas de Alto Rendimento.

Este estudo pretende pesquisar o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) no Brasil, envolvendo o exército e a legislação que legitima sua efetivação, sendo basicamente o arcabouço legal que regulamenta o Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST).

Por meio deste estudo de base da legislação, iremos permear na análise sociológica que reside sobre o tema, analisando com supedâneo em Norbert Elias as relações de poder, interdependências, *habitus* e enriquecido com as informações coletadas nas entrevistas divididas e categorizadas pela análise de trabalhos em legislação esportiva, que será melhor discriminado na metodologia.

Diante de toda essa situação apresentada e desses fenômenos observados que carecem de uma análise pormenorizada, levando em consideração todas as influências sociológicas que ficam em segundo plano em uma observação simplista, mas que surgem como evidentes para toda uma população que anseia entender como todo esse fenômeno se comporta, temos a necessidade de estudo.

1.1 TEMA

A temática apresentada para a pesquisa foi “Exército e PAAR: processos de militarização no esporte nacional”.

1.2 PROBLEMA

Considerando as informações apresentadas, observamos que a questão norteadora desse projeto são quais as principais motivações para a criação e os principais impactos do PAAR na militarização esportiva, na visão dos comandantes. Analisando as influências no plano de ação do governo brasileiro e as configurações esportivas do Brasil. Para tal, realizou-se uma análise da legislação do PAAR que foi instrumentalizada pelo processo metodológico e levantadas categorias de análise conforme a relevância e frequência verificadas nas entrevistas.

1.3 OBJETIVO GERAL

Analisar o Programa de Atletas de Alto Rendimento desenvolvido no Exército Brasileiro, como uma política pública de importância ao esporte nacional, explicada com base na teoria de Norbert Elias. E como o Programa influenciou no plano de ação do governo brasileiro e as configurações esportivas do Brasil.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) identificar e apresentar a legislação referente ao Programa de Atletas de Alto Rendimento no Brasil que versa sobre o esporte de alto rendimento no Exército Brasileiro;
- b) descrever como essa legislação se efetiva no Exército Brasileiro;
- c) reconhecer as relações de interdependências entre o Estado, o Exército e os atletas de alto rendimento para a configuração do esporte nacional;
- d) buscar por meio da percepção de categoria de estudos, quais foram os temas mais apontados pelos dirigentes como importantes ao programa durante as entrevistas.

1.5 JUSTIFICATIVA

A justificativa pessoal e acadêmica do trabalho é devido a formação desta pesquisadora como militar-estadual e bacharel em direito, combinado com o envolvimento no esporte de triatlo¹⁰ e atletismo. O esporte sempre despertou a atenção, ainda mais quando para desenvolvimento da modalidade esportiva percebe-se que existem fatores motivadores para atletas e sociedade. Pela importância dessas justificativas no trabalho, foi elaborado um prólogo antes do início da dissertação propriamente dita.

Além disso, este estudo assume também em sua justificativa social a possibilidade de gerar subsídios para que futuramente outros órgãos de cunho militar ou não efetuem programas semelhantes a este quando vantajoso para as instituições e sociedade.

Além disso, observam-se indícios de um fenômeno que marcou os Jogos Olímpicos de 2016, realizados no Brasil, pela evidente participação de militares, fenômeno este que vem sendo frequente a alguns anos nos jogos militares, que funcionam como uma competição esportiva que revela muitos atletas com níveis de competição olímpica, porém não muito conhecido pela sociedade.

Será ainda realizada uma aproximação sociológica, visando a compreensão da configuração esportiva no interior do Exército, especialmente sobre o aproveitamento e a inserção de atletas olímpicos nesse contexto, sejam eles militares de carreira ou temporariamente vinculados.

Elias (1980, 1993) coloca que as configurações sociais não são programadas nem planejadas, contudo, seguem uma direção por vezes muito específica e são demonstráveis, pois há uma lógica própria, um padrão que é passível de ser entendido. Nesse sentido percebe-se a tendência nessas relações sociais no esporte, que serão analisadas dentro desse viés sociológico.

Foi feita a análise do estudo com base em Norbert Elias, principalmente nas relações de interdependências, *habitus*, processo cego e poder, e nessa análise foi feita uma aproximação com o Programa de Atletas de Alto Rendimento.

¹⁰ Grafia oficial do COB <https://www.cob.org.br/pt/cob/time-brasil/esportes>.

Justamente essas interações que necessitam de estudo, para entender como toda essa rede social se formou e auxiliou o Brasil em sua participação nos Jogos Olímpicos de 2012 e 2016, desde a criação do Programa de Atletas de Alto Rendimento vinculado às FFAA.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a exploratória, com base na qualidade das informações, desenvolvida a partir da análise dos relatos de entrevistas e da legislação estudada permeando com os conceitos sociológicos, abordando o Programa de Atletas de Alto Rendimento e suas relações sociais.

A abordagem qualitativa busca uma compreensão profunda e ampla de um caso específico – esporte e exército – em que se reconhece a impossibilidade de generalizações dos resultados para outros casos (GIL, 2007; MARTINS, 2004).

A pesquisa trabalha com significações, atitudes, valores, contribuindo dessa maneira para uma compreensão adequada de certos fenômenos sociais, valorizando o conteúdo apresentado pelo sujeito (MINAYO, 2004) e como o trabalho tem o caráter sociológico, é necessário sempre esse cuidado metodológico.

A estruturação do trabalho seguirá o seguinte:

1. definição da metodologia;
2. aproximação sociológica do tema, trazendo a lume Norbert Elias com conceitos de interdependências, poder e *habitus*;
3. descritivo legislativo, monopólio do Estado na elaboração das leis;
4. levantamento dos dados e entrevistas, analisando o funcionamento do programa e o situando na rede nacional de treinamento (RNT) formal teórica e prática;
5. levantamento das categorias e discussão.

Sociologicamente verificamos a relevância do estudo com base na teoria figuracional de Norbert Elias, que em suas obras aborda as influências de poderes e as interpelações sociais.

Nesse contexto podemos analisar as configurações de Elias aplicadas ao esporte de alto rendimento olímpico e ao objetivo do governo brasileiro em criar uma legislação de apoio ao atleta de alto rendimento vinculando o mesmo às Forças Armadas brasileiras.

Segundo Elias (1994), a estrutura no comportamento civilizado está ligada às estruturas do Estado e a própria organização da sociedade, o autor ainda colabora com tal entendimento expondo que as inter-relações sociais formam uma rede

complexa, com divisão de funções e estruturas internas. Tais inter-relações podem ser melhor analisadas após identificados os agentes, comportamentos e funções no ambiente onde atuam (ELIAS, 1993). A perspectiva sociológica figuracional (ELIAS, 2001) na leitura das legislações será realizada, no contexto da abordagem qualitativa do trabalho.

Em um primeiro momento trata-se de um estudo documental, que visa analisar a legislação brasileira do esporte de alto rendimento envolvendo as forças armadas, com um recorte específico das normas do PAAR, a fim de evidenciar qual a possibilidade que a legislação oferece às Forças Armadas mais especificamente ao Exército brasileiro, para que atletas na condição de militares temporários ou de carreira desenvolvam o esporte de alto rendimento em níveis de competição internacional.

Estas últimas relações sociais somente serão perceptíveis por meio das entrevistas desenvolvidas na pesquisa. Nesse sentido, procurar-se-á descrever, pelo olhar do entrevistado guiado pelas perguntas propostas na pesquisa os fatores que envolvem a assertividade ou não do programa, com a tradução em categorias de estudos tendo em vista a lacuna no tema estudado.

Serão registradas como fonte de dados as leis esportivas brasileiras vinculadas ao Programa de Atletas de Alto Rendimento, bem como a interpelação dos dados frente a pesquisa bibliográfica. As legislações que serão utilizadas são:

- Estatuto dos Militares, lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, pelo decreto nº 4.502, de 09 de dezembro de 2002 (Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército-R-68);
- Lei do Serviço Militar, lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar);
- Portaria nº 171-DGP, de 08 de julho de 2009;
- Portaria nº 046-DGP, de 27 de março de 2012 (EB30-N-30.009).
- Portaria nº 1416-Comandante do Exército, de 18 de outubro de 2017.

Analisar-se-ão também os editais do PAAR, que são elaborados e aplicados pelo Comitê Desportivo do Exército (CDE). O recorte de análise focou-se no Exército, uma vez que a quantidade de atletas e modalidades difere na abordagem de cada uma das forças armadas e o exército conta com a participação expressiva nas

modalidades esportivas. Dessa forma, a análise referente aos dados poderá ser compilada com maior propriedade e confiabilidade.

Uma vez analisada toda a parte documental referente à legislação, serão utilizadas as pesquisas correlatas, não diretamente referentes ao PAAR, tendo em vista a inexistência de trabalhos específicos sobre o assunto, mas para obtenção das informações dos trabalhos acadêmicos referentes à temática aqui proposta. O recorte foi de 2000-2018, tendo em vista o início da iniciativa legislativa e com as palavras-chave: “legislação esportiva”, “política esportiva brasileira”, “military” e “athletes military” na plataforma eletrônica SciELO e Capes (Quadro 2).

Quadro 2 - Pesquisa de literatura em banco de dados

Banco de dados	Data estipulada	Descritores	Artigos encontrados	Refinamento da busca	Artigos pré selecionados	Artigos selecionados
Periódicos Capes Teses e dissertações da Capes	2000-2018	Legislação esportiva	158	Leitura de títulos	3	3
		Política esportiva brasileira	232	Leitura de títulos	9	9
		Athletes military	17850	Athletes/ International Review for the Sociology of Sport_	20	2
		military	2.280.416	law	1.777	4
SCIELO	2000-2018	Legislação esportiva	2	Leitura dos títulos	1	1
		Política esportiva brasileira	5	Leitura dos títulos	4	4
		Military	3396	Sociologia	245	1
		Athletes military	15	Leitura dos títulos	0	0
Total de artigos selecionados						24

Fonte: A autora (2018).

Já em outro momento foram realizadas as entrevistas com o comandante e gestores envolvidos no processo do PAAR; neste caso será feita a análise da fala dos agentes entrevistados, não deixando de lado o contexto, fazendo uma sistematização baseada na qualidade (FERNANDES, 1991).

Será utilizada como instrumento a entrevista semiestruturada que, segundo Triviños (1987), caracteriza-se por questionamentos básicos apoiados em teorias relacionadas à pesquisa; os questionamentos podem desencadear hipóteses que surgem com as respostas dos entrevistados. Esse tipo de entrevista, ainda segundo o autor, favorece a sua explicação e a compreensão de fenômenos sociais em sua totalidade.

Esses questionamentos foram obtidos por perguntas aos entrevistados, cujo roteiro estará acostado no apêndice. As categorias de análise serão levantadas por meio das entrevistas, as categorias se farão *a posteriori* com o software NVivo – QSR International versão 12. Além da literatura e das entrevistas, não se descartaram as categorias que podem emergir das lacunas apontadas pelo próprio trabalho. Vale salientar que o software utilizado sistematiza as categorias com base na análise do pesquisador, logo ele simplesmente auxilia na organização dos dados, porém, é o próprio pesquisador que elenca as variáveis de relevância e conduz a entrevista de maneira isonômica.

A entrevista semiestruturada, para Manzini (1990/1991), é focada em um assunto no qual se confecciona um roteiro de perguntas principais, completadas por outras questões pertinentes à entrevista.

O objetivo da entrevista foi obter informações sobre a criação da lei e suas particularidades de aplicação e gestão, a visão dos gestores frente ao arcabouço jurídico implementado pelo PAAR, referentes ao porquê da aderência ao programa. Ao todo foram entrevistadas quatro pessoas que trabalham diretamente com o programa, a fim de subsidiar um material apropriado para o estudo do tema em comento; estes atores foram escolhidos pelos critérios de inclusão e exclusão.

Primeiramente em contato com o Comando do Exército foi possível compreender que a Comissão de Desportos do Exército é o órgão responsável pela gestão do PAAR no EB, nesse sentido procurou-se compreender como esse órgão

funciona e foi realizada uma visita à Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), entrando como critério de inclusão os gestores do PAAR no EB e também aqueles gestores do PAAR na Secretaria Especial de Esportes.

A visita aconteceu em julho de 2019; nessa visita foi possível analisar como funciona a estrutura, conversar com as pessoas responsáveis pelo PAAR e dessa maneira verificar quem seriam as pessoas mais adequadas para responder as perguntas sobre o programa objeto de interesse para esta dissertação.

Chegou-se às pessoas que seriam entrevistadas, justamente o principal gestor do PAAR no país, que além de explicar como funciona a parte legal e legislativa do programa, é relator de modalidades do PAAR, então pôde-se indicar quem seriam as outras pessoas a serem entrevistadas dentre estas da Secretaria Especial do Esporte, que após a análise da pesquisadora, a fim de verificar a relevância das pessoas indicadas, pode selecionar os outros entrevistados para chegar à quantidade e qualidade das entrevistas.

Realizou-se a pesquisa com dirigentes da Secretaria Especial do Esporte, antigo Ministério do Esporte, que teve essa nova configuração em 2019 com a posse do presidente Jair Bolsonaro, que com sua equipe extinguiu o ministério transformando-o em uma secretaria especial, a qual continuou com o programa.

Com o reconhecimento das relações de interdependência entre o Estado, o Exército e os técnicos, nesse sentido, após a visita, foi verificado que toda a gestão do programa se centraliza no Rio de Janeiro, especificamente no CDE, sendo esse local primordial para a compreensão do todo, o qual foi abordado de maneira completa na discussão da dissertação.

A Escola de Educação Física do Exército, hoje é um dos maiores centros esportivos do país, com uma estrutura extensa para diversas modalidades e utilização do espaço por militares, atletas e comunidade, localizado no Rio de Janeiro-RJ.

A pesquisa de campo, por fim, foi utilizada para saber quais as intenções e interesses que os comandantes e gestores destes locais e quais as vantagens ou desvantagens visualizadas pelos mesmos, se é uma questão estrutural, remuneratória ou outra diversa.

Qual o interesse do Exército, por meio de seus comandantes, em dispor da estrutura organizacional para manter e treinar esse atleta de alto rendimento sem

esquecer da parte financeira envolvida e as influências políticas que podem ser percebidas.

O presente projeto de pesquisa já foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFPR sob o número 2.748.001, no qual consta a descrição do objetivo de pesquisa que é a investigação do desenvolvimento do esporte brasileiro a partir da perspectiva dos indivíduos que compõem o campo esportivo.

As entrevistas tiveram os áudios gravados; foi realizada a coleta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de todos os entrevistados, tudo conforme aceite do Comitê de Ética em pesquisas da Universidade Federal do Paraná, sob protocolo CAAE: 88770618.4.0000.0102, parecer: 2.748.001, os áudios foram transcritos e estão sob a guarda da pesquisadora, juntamente com os termos de concessão.

Para preservar a identidade dos entrevistados os comandantes do EB e colaboradores da Secretaria Especial do Esporte receberão o símbolo “C”, atribuindo numeração aleatória.

Com esses dados obtidos, foi possível delinear como acontece o gerenciamento atual do PAAR e ainda buscou-se o resgate das intenções legislativas na concepção do programa por diferentes olhares, por comandantes, gestores e pessoas que gerenciam o programa.

3 AMPARO SOCIOLÓGICO AO TEMA - TEORIA DE NORBERT ELIAS

Quando nos referimos ao amparo sociológico ao tema, remetemo-nos a utilizar da ajuda do pensamento de mestres da sociologia para explicar um fenômeno atual, que são os interesses sociais incutidos nas relações estabelecidas por meio da legislação esportiva de alto rendimento, mais precisamente o Programa de Atletas de Alto Rendimento que é o objeto central do trabalho.

Diante disso, deparamo-nos com situações atuais que recorrendo a sociologia podem ser melhores explicadas, compreendidas e analisadas. Primeiramente não tratando a sociedade de modo retificante, objeto de estudo de um sociólogo, mas sim algo vivo e que se comunica criando uma interdependência.

Essas e outras ideias sociológicas são observadas nas obras do sociólogo Norbert Elias, sendo as principais aqui utilizadas: Introdução à Sociologia (2008), A Sociedade de Corte (2001), O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização (1993), Estabelecidos e Outsiders (2000) e A busca da Excitação (1992), sendo o autor, que com seus conceitos, subsidiará o entendimento do tema proposto ao estudo.

Em sua obra Introdução à Sociologia, o autor deixa claro que não se pode encarar a sociedade como “coisa” e sim como elementos comunicantes formados por seres humanos interdependentes (ELIAS, 2008, p. 14):

[...] conceitos como família ou escolas referem-se essencialmente a grupos de seres humanos interdependentes, as configurações específicas que as pessoas formam umas com as outras. Mas a nossa maneira tradicional de formar esses conceitos faz com que esses grupos formados por seres humanos interdependentes apareçam como bocados de matéria-objetos tais como rochas, árvores ou casas [...].

Isso é muito evidente no objeto de estudo, quando tratamos de legislação esportiva e principalmente quando analisamos o resultado que esta política pública obteve. Observa-se justamente essas relações formadas, por humanos independentes que estão submetidos à padronização legal de uma sociedade e também interesses de poderes, de diversas entidades que participam do todo esportivo.

Os indivíduos são primitivamente interdependentes e se associam para proceder sua existência, e por este motivo entendemos que também nas relações sociais de um Estado existem configurações que podem ser explicadas pelas teorias sociológicas apresentadas por Norbert Elias (2008).

Quando o referenciado autor fala em sua obra sobre o jogo de duas pessoas, esta análise pode ser trazida também para nós, explicando que por mais que um dos polos aparentemente seja o mais forte, mesmo em uma questão de aparente domínio, existe também influências mútuas (ELIAS, 2008, p. 88-90):

[...] 'A' é um jogador muito forte e "B" é muito fraco. Neste caso A tem uma grande capacidade de controle sobre B, até certo ponto, A pode forçar B a fazer determinadas jogadas. Em outras palavras A tem poder sobre B. Estes termos significam que exatamente que A consegue controlar em alto grau os movimentos de B, mas esta capacidade de obrigar não é ilimitada; o jogador B, embora seja relativamente fraco tem um grau de poder sobre A.

Assim, quando se trata do esporte de alto rendimento, vários entes aparecem como os mais fortes, que na obra de Elias foi denominado como o "A", ou seja, os mais fortes e suficientes. Subsumido à realidade, temos a rede esportiva brasileira para o esporte de alto rendimento, que não é composta por somente um ente, e sim por toda uma rede de desenvolvimento esportivo que buscaremos apresentar em apertada síntese no trabalho.

Atualmente quando falamos de exercício de poder no esporte de alto rendimento temos a dicotomia de que aquele que deveria ser o centro do espetáculo, o atleta com seu desenvolvimento esportivo, se torna o polo mais hipossuficiente diante do poderio alcançado pelos clubes, comitês, entidades, ministérios entre outros agentes do campo esportivo.

Há de se analisar também que, segundo Elias, existe a influência nas configurações sociais dos menos favorecidos neste jogo de interdependências; segundo o autor a interdependência dos dois círculos impõe limitações a cada jogador, mesmo aos de nível mais alto. Mesmo um jogador no nível mais alto, numa posição muito forte pode não ter o domínio completo, pois as formas de equilíbrio de poder interdependentes admitem a possibilidade de muitas constelações que limitam

consideravelmente as possibilidades de controle mesmo por parte do jogador mais forte de nível superior (ELIAS, 2008, p.103).

Diante de tudo isso, não podemos considerar o atleta como um ser que não vai influenciar essas relações, ele irá sim ter um papel preponderante na situação apesar de não parecer a *prima facie* o polo mais forte nesse certame, e vai mesmo que de maneira não aparente, influenciar todo esse entrelaçamento de poderes e interesses que a princípio, nessa pesquisa, parece ser privado e estatal, mas com uma ênfase de estudo no estatal.

Quando Elias utiliza a representação de jogos para explicar os fatores sociológicos envolvidos nas relações de poderes sociais é porque se torna uma excelente forma de representar o caráter distintivo das formas de organização que encontramos na interação que as sociedades humanas representam (ELIAS, 2008, p. 105), tornando mais fácil ao leitor entender como essas interações acontecem em todas as áreas sociais, praticamente relatando que as relações de poderes são inerentes da vida em sociedade.

Na presente dissertação, os estudos de Elias se aproximam bastante das intenções a serem investigadas, em que se procuram evidências nas relações de poderes existentes entre as entidades brasileiras que desenvolvem o esporte de alto rendimento e principalmente o fenômeno esportivo novo que foi implantando pela política pública esportiva, instrumentalizada por meio da legislação brasileira do esporte de alto rendimento nas forças armadas que foi o Programa de Atletas de Alto Rendimento.

[...]encontramos em sociologia formas distintas e específicas de integração e desintegração, modelos de ordem e desordem, tipos de relacionamento e tipos de estrutura e função. Estas formas são diferentes das que encontramos nos níveis anteriores de integração, não podendo reduzir-se a elas [...] (ELIAS, 2008, p. 116).

Para que seja atingido o objetivo do trabalho em sua totalidade, recorreremos incansavelmente ao conceito de configuração social, pois para tratar dos problemas da sociedade de modo profundo não podemos esquecer da situação do indivíduo e como este se relaciona socialmente com os diversos entes presentes em uma vida social moderna.

O próprio Elias expõe que o sociólogo não deve de modo algum estar de acordo com uma tradição que restringe o escopo das teorias sociológicas exclusivamente à sociedade, que as critica procurando conciliá-las com outros conhecimentos disponíveis, mas que, no entanto, não segue o mesmo caminho no que respeita às ideias sobre o indivíduo (ELIAS, 2008, p. 140).

Sendo assim o conceito de configuração social serve, portanto, de simples instrumento conceitual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falar e pensar como se o indivíduo e a sociedade fossem antagônicos e diferentes (ELIAS, 2008, p. 141).

Neste sentido, ao estudar esse fenômeno social, parte da configuração esportiva brasileira, levando em consideração todos os seus interlocutores, mas não esquecendo que estes funcionam como um fenômeno único, tendo um sentido, mesmo que este sentido não possa ser avaliado e pré-definido no início do fenômeno social, ou seja, aqui na criação legislativa de diversas leis esportivas e como objeto de estudo o PAAR e suas leis e decretos influenciadores. Em poucas palavras, podemos afirmar que na análise sociológica de Elias, os indivíduos são analisados nas suas ações inter-relacionais, é viva, diferente de analisar a sociedade estática, parada, como se estivessemos estudando-a a partir de uma fotografia.

Logo no início da criação de uma lei esportiva jamais seria possível entender todas as nuances e influências que poderiam ser alcançadas.

Ilustramos todas estas questões para deixar claro que o estudo social leva em consideração diversos fatores que estão ligados e isto o autor relaciona denominando de configurações sociais, onde existe essa rede de interdependência inseparável do estudo da sociedade.

Torna-se muito evidente na elaboração e prática de uma lei esportiva, em que fatores sociais, econômicos e de poder são intimamente ligados para a obtenção de resultados positivos desejados por vários interlocutores e por uma grande parte da sociedade.

Não podemos nos furtar em reconhecer que os resultados são muito importantes para que um governo que deseja ter popularidade. O esporte ocupa papéis sociais relevantes, ainda mais um país como o Brasil, que dispõe de uma tradição esportiva, principalmente em alguns esportes, que ao longo do século XX se

tornaram populares como futebol e voleibol, entretanto é muito inexpressivo em outros tantos.

Porém para entendermos como funciona essa estrutura, algo muito mais profundo e complexo necessita ser estudado, que são justamente essas configurações sociais que derivam do comportamento em uma sociedade.

Elias explica que o comportamento de muitas pessoas separadas se enreda de modo a formar estruturas entrelaçadas.

Uma visão atômica da sociedade baseia-se certamente em parte numa incapacidade de compreensão de que estas estruturas, sejam elas casamentos ou parlamentos, crises econômicas ou guerras, não podem ser compreendidas nem explicadas pela sua redução ao comportamento dos seus participantes tomados isoladamente (ELIAS, 2008, p. 144).

As ligações afetivas que são verificadas na prática legislativa certamente não são analisadas pelo legislador em sua totalidade no momento em que este está a elaborar a lei; estas ligações são percebidas de uma maneira mais evidente na aplicação efetiva da lei ao caso concreto. Neste particular, nos editais do PAAR e ainda nos resultados obtidos pelos atletas nas competições que eles se dispõem a participar e todas as consequências dessas participações.

Elias quando fala das ligações afetivas, aponta que o conceito de configurações coloca o problema das interdependências humanas no centro da teoria sociológica (ELIAS, 2008).

Em todas essas relações que se apresentam e desenvolvem em uma análise da sociologia observa-se que as questões políticas e econômicas estruturais são dois aspectos inseparáveis da evolução de toda relação funcional da humanidade. Muito dos processos políticos são explicados por essa indivisibilidade entre os aspectos políticos e econômicos de uma sociedade, chegando-se a conclusão que a esfera econômica pode ser considerada como um dos motores do desenvolvimento social, entretanto não o único.

Nesse aspecto específico, a correlação encontrada entre os fatores motivacionais na elaboração e manutenção de políticas públicas que envolvem um aporte econômico considerável como o PAAR nada mais é que uma configuração de poder explicada pelos escritos sociológicos de Norbert Elias.

Vale ressaltar que isso não se deu ao acaso, na verdade é uma construção social, política, econômica, que é legitimada por meio de uma lei que permite a contratação dos atletas como militares temporários e todas as implicações jurídicas, sociais e econômicas que envolvem uma ação como esta.

Durante muito tempo se estudou o desenvolvimento do ser humano e também as consequências dessas relações que hodiernamente também são analisadas e modificadas constantemente pelas construções sociais contemporâneas.

[...] temos que imaginar o rio como estático antes de dizermos que ele corre. Mas quando falamos das características universais da sociedade humana não estaremos a procura do imutável nas sociedades sempre em mutação? De modo algum. Acentuou-se que as pessoas se adaptam naturalmente à mudança e são dotadas constitucionalmente de órgãos que lhes permitem aprender constantemente, armazenar constantemente novas experiências, ajustar o seu comportamento de modo adequado e mudar o padrão de sua vida social [...] (ELIAS, 2008, p. 125).

Claro que como podem existir influências sociais pessoais, há também as governamentais e também aquelas que em um estudo mais profundo vão interferir em todos esses entes sociais e em outras mais diversas influências e muito em voga atualmente as econômicas.

Elias quando trata da configuração social, explica que jamais devemos estar de acordo com a tradição sociológica de analisar a sociedade com teorias exclusivamente sociais que não respeitam a ideia do indivíduo.

O conceito de configuração social serve de instrumento conceitual e tem como objetivo aproximar o indivíduo e a sociedade estudando-os de uma maneira uníssona e não antagônica como muitas vezes se faz.

A interpenetração entre os indivíduos sociais faz com que no momento que estes traçam um objetivo em comum, suas ações, mesmo que sendo distintas uma das outras, concorrem para um sentido comum que aquele grupo visa alcançar, que nada mais é o resultado das ações desse grupo.

Essa configuração existente é muito real e não somente uma abstração, segundo Elias 2008, ela é tão real quanto os indivíduos não podendo ser diminuída no seu aspecto existencial

[...] O 'jogo' não é mais abstrato do que os "jogadores". O mesmo se aplica à configuração formada pelos quatro jogadores à volta de uma mesa. Se o termo "concreto" tem algum significado, podemos dizer que a configuração formada pelos jogadores é tão concreta como os próprios jogadores [...] (ELIAS, 2008, p. 142).

Esse entrelaçado flexível de tensões como nos indica Elias é um padrão sujeito à modificação formado por um grupo de indivíduos, não levando em consideração somente suas características, mas a totalidade de suas ações nas relações que estão participando. Essa interdependência entre os jogadores é uma condição para existir uma configuração. Importante observar que estas configurações podem existir ainda que os indivíduos tenham objetivos antagônicos, que seria uma situação cujos componentes de um grupo possuem aliados e adversários, mas ainda assim estão entrelaçando suas tensões (ELIAS, 2008, p. 142):

[...] Tomando como exemplo o futebol, podemos ver que uma configuração é uma estrutura de jogo que pode ter uma hierarquia de várias relações de "eu" e "ele", "nós" ou "eles". Torna-se evidente que dois grupos de adversários, que tem em si uma relação de "nós" e de "eles" formam uma configuração singular. Só podemos compreender o fluxo constante do agrupamento dos jogadores de um dos lados se virmos que o grupo de jogadores do outro lado também está num fluxo constante. Se se pretende que os espectadores compreendam e gostem do jogo, terão que estar aptos a compreender o modo como estão relacionadas as disposições mutáveis de cada lado-para seguir a configuração fluida de cada uma das equipes...

Partindo desses pensamentos não teria sentido analisar cada jogador como algo concreto e desconsiderar a configuração formada pelo todo como algo abstrato. A configuração possui um equilíbrio de poderes que permitem que essa configuração exista apesar da singularidade de poder existente em cada indivíduo.

Diante de tudo isso, muitas vezes é questionado o que une as pessoas nessas configurações, certamente não se fala de somente uma razão para isso, mas toda uma complexidade de situações que não são compreendidas sem uma análise profunda do todo.

Trazendo para as configurações esportivas, muito bem se explica esse entrelaçamento existente, para existir uma legislação que posteriormente se materializa em um programa que procura atingir objetivos pré-determinados e outros que com o desenvolver aparecem, sejam falhas ou acertos, vão necessariamente

existir interesses de pessoas e institucionais, que por mais que exerçam ações diferentes em todo o cenário esportivo elas convergem para um sentido, que muitas vezes não é o esperado, porém inevitável o prosseguimento.

Entretanto, elas não podem ser reduzidas a somente o comportamento de seus participantes, sob pena de existir uma falha na compreensão da autonomia relativa no campo da investigação sociológica (ELIAS, 2008, p. 145)

O conceito de configurações tem como característica colocar no centro da teoria sociológica a questão das interdependências. As dependências recíprocas das pessoas não são sempre as mesmas, estas mudam com as diferenças de uma sociedade e a sua estratificação.

Há infinitas necessidades para que o ser humano se ligue socialmente um ao outro, duas muito presentes são as ligações afetivas, as quais são mais compreendidas em uma análise dos indivíduos como ser sociável, que vem a interligar-se a outros por diversos motivos e as ligações políticas e econômicas, as quais evidenciam muito no presente trabalho.

Com a implantação da legislação referente ao PAAR, além de relações afetivas, muito mais evidente ficam as relações políticas e econômicas que foram firmadas. Ao ser criada uma legislação como esta, muitos objetivos já estavam traçados e eram esperados, porém, esse sentido também levou para outros patamares que certamente seu criador jamais imaginaria, patamares estes positivos e também negativos.

[...] torna-se claro que o desenvolvimento das estruturas políticas e econômicas são dois aspectos absolutamente inseparáveis da evolução de toda a relação funcional da sociedade. Intimamente associados ao desenvolvimento das instituições políticas, havia muitos processos conducentes ao alargamento das cadeias de interdependência social [...] (ELIAS, 2008, p. 154)

O conceito de desenvolvimento significa, segundo Elias, uma atividade, algo que as pessoas fazem tendo em vista objetivos nítidos, e com certo grau de planejamento. Naquilo que tem de essencial o seu principal objetivo será a diminuição da pobreza de uma sociedade (ELIAS, 2008, p. 159).

Por mais que esse planeamento muitas vezes não seja controlável, mas não significa ser incompreensível. São, na verdade, consequências de uma interpenetração das ações de inúmeras pessoas.

Logo a evolução social muitas vezes é compreendida como inevitável, como algo cíclico e planejado, mas não são sempre assim, apesar de ocorrer situações planejadas, essas configurações são maleáveis, ela permite muitas transformações que não são possíveis de planejar.

[...] Em muitos, senão em todos os casos, as configurações formadas por pessoas interdependentes são tão plásticas que a configuração num estágio tardio do fluxo configuracional é de fato apenas uma das muitas possíveis transformações de uma configuração anterior. Porém, à medida que uma determinada configuração se transforma noutra, dá-se o estreitamento de uma grande dispersão de possíveis transformações até surgir uma única consequência [...] (ELIAS, 2008, p. 159).

Essa evolução social também é dependente de tempo, existem evoluções macro e outras em um espaço de tempo menor, ainda sim existente é a evolução. Com essas evoluções micro e macro são possíveis analisar as tendências sociais que foram criadas, de maneira positiva e negativa para os entes participantes dessa evolução, sejam eles participantes ativos ou passivos.

Quando se estuda o PAAR, no decorrer do tempo em que ele está inserido no contexto social brasileiro, existe a possibilidade de análises micro e macro dessas evoluções, que de alguma maneira impactaram de maneira positiva ou negativa a sociedade brasileira, sendo possível verificar ainda que as intenções ocultas não apareçam em um primeiro momento na letra de lei, entretanto, ela é existente e influencia muito as pessoas e entes envolvidos com uma política pública.

Norbert Elias, em seu livro *a Sociedade dos Indivíduos* (1994), que é composto por três ensaios distintos do autor, em sua primeira parte de 1939, fala da Sociedade de Indivíduos, expõe que o que nos falta são modelos conceituais e uma visão global para entender que o que vivemos em nossa rotina e a formação de uma sociedade que se modifica de maneira específica seguindo um curso não planejado.

Assim, para que seja possível que a sociedade se mantenha harmoniosa existirá sempre esse conflito entre necessidades X as inclinações pessoais (ELIAS, 2008, p. 15).

[...] Entre as necessidades e inclinações pessoais e as exigências da vida social, parece haver sempre, nas sociedades que nos são familiares, um conflito considerável, um abismo quase que intransponível para a maioria das pessoas implicadas. E parece razoável supor que é aí, nessa discrepância de nossa vida, que se devem buscar as razões das discrepâncias correspondentes em nosso pensamento...

Sendo assim para que uma política pública seja considerada de sucesso, estes conflitos entre as necessidades sociais e as inclinações pessoas precisam estar em harmonia, sob pena de fracasso da lei.

Nesse contexto importante se faz frisar o atual estudo do PAAR, que nada mais é que, em partes, explicitar estes fatores para uma análise de efetividade benéfica ou não da legislação.

Analisando a sociedade como um todo, nítido é que essa harmonia esperada dificilmente é atingida em seu todo. As sociedades não possuem uma forma perceptível, e por este motivo são de difícil avaliação.

O que queremos demonstrar aqui é que muitas vezes apesar dos esforços atribuídos ao estudo dessa sociedade, talvez não tenhamos uma noção do todo social e com clareza os aspectos positivos e negativos que esperamos encontrar

[...] A vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa. Mas, se não a harmonia, ao menos a palavra “todo” evoca-nos a ideia de alguma coisa completa em si, de uma formação de contornos nítidos, de uma forma perceptível e uma estrutura discernível e mais ou menos visível. As sociedades, porém, não têm essa forma perceptível. Não possuem estruturas passíveis de serem vistas, ouvidas ou diretamente tocadas no espaço. Consideradas como totalidades, são sempre mais ou menos incompletas: de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro [...] (ELIAS, 2008, p.17).

Cada pessoa nesse turbilhão faz parte de um determinado lugar como sugere o autor, e nesse aspecto temos esta certeza que neste emaranhado de leis e de

entidades participantes no esporte de alto rendimento brasileiro, cada peça está em determinado lugar.

Para que tudo isso funcione elas precisam estar minimamente harmoniosas, entretanto, quando se estuda mais profundamente perceptível ficará as partes que faltam nesse cenário esportivo nacional.

Não nos parece assim, uma tarefa fácil a limitação desse abismo que por vezes se forma entre indivíduo e sociedade, mas pelo posicionamento atual da sociedade não se pode imaginar a sobrevivência isolado, sendo uma consequência social essa vida em sociedade.

Elias, em sua obra *Sociedade de Corte* (2001), traz-nos alguns ensinamentos que nos auxiliam a entender alguns fenômenos aqui estudados, ele nos fala que a ascensão da sociedade está intimamente ligada ao impulso crescente da centralização do poder do Estado.

Duas fontes principais permitem isso, as taxas e impostos e o poderio militar e policial. Quando se analisa o PAAR, nítido são esses fatores, sendo eles muito decisivos na prática legislativa, tendenciado que o poder fique sobremaneira para aqueles senhores em posição central, no caso da sociedade moderna onde o poder não é centralizado unicamente na mão de uma pessoa, ficaria ligado ao posicionamento do Estado democrático e seus representantes como um todo.

Vale ressaltar que anteriormente o Brasil não vinculava o seu esporte de alto rendimento com as forças militares, e isso mudou com a criação do PAAR, que trouxe uma diferente perspectiva esportiva para o país, não cabendo nesse momento apontar se positiva ou negativa.

As conexões e dependências humanas, como expõe Elias (2001), abarcam as estruturas e os processos que, em longo prazo, se repetem continuamente e que são designados como os conceitos de “estado” ou “ordens”, sociedades feudais, de corte ou industriais. Como esse plano normalmente fica de fora da análise tradicional investigativa histórica de uma sociedade, carecem uma verificação científica.

Com o movimento que ocorreu no final da Idade Média, no sentido de conferir aos objetos uma identidade, uma realidade e uma efetividade, independente das representações carregadas afetivamente que se vinculam aos grupos pela tradição, esse impulso para maior consciência da autonomia dos objetos e na vivência dos

sujeitos está intimamente ligada ao desenvolvimento sob a forma de autocontrole mais ou menos profundos que se intercalam entre objeto e afetos, conforme dispõe Elias (2001).

O homem, na busca do conhecimento mais abrangente de seu mundo e na obtenção de um maior grau de certeza dos conhecimentos, transitou seu pensamento de uma forma teleológica para uma científica na obtenção do saber, possibilitando assim a abertura de uma nova visão social e posicionamento individual perante o poderio econômico/social da sociedade instrumentalizado pelo Estado.

Elias (2001) expõe que nas sociedades pré-industriais a desigualdade na distribuição dos centros de poder é muito grande em relação à que existe nos Estados nacionais desenvolvidos e industrializados:

[...] A sociedade de corte é um exemplo de elite monopolista pré-industrial. A maior desigualdade na distribuição das chances de poder se expressava, por exemplo, no fato de que a grande maioria do povo francês só interessava propriamente aos aristocratas de corte em seu papel de servidores. Como consequência da crescente modernização e comercialização, da urbanização e centralização, as relações de dependência e referência mútuas entre as elites monopolistas tradicionais e as massas se modificaram lentamente e favor dessa última [...] (ELIAS, 2001, p. 267).

O deslocamento do equilíbrio do poder ocorreu lentamente na sociedade, tanto que só é possível a percepção ao analisar preteritamente a questão. A fase de transformação engloba tanto uma fase gradual e paulatina quanto fases mais aceleradas geralmente envolvendo lutas.

O monopólio do exercício do poder, por parte dos que até então governavam, passa a ser contestado pelo uso da força física pelas camadas até então excluídas de tal monopólio, englobando depois disso a participação dos anteriormente excluídos desse certame ou abolindo aquela forma de poder para a inclusão de outra. Isso foi muito evidente no Brasil após as eleições em 2002 e agora novamente em 2019.

O que normalmente acontece é que grupos que antes eram excluídos da participação do poder pelo controle do monopólio ou ganham a participação ou substituem o outro existente.

Nesse sentido percebeu-se que a sociedade tinha força no exercício do poder e foi cada vez ficando mais evidente que não era possível o exercício pleno de um

poder e sua manutenção se todas as classes sociais não estivessem envolvidas e até mesmo de certa forma satisfeitas com aquele uso de poder.

Claro que ao longo da história e até mesmo na atualidade, difícil é a aceitação unânime de um exercício de poder por uma determinada equipe de governo, se não impossível de acontecer diríamos, entretanto, evidente fica que necessário é a aceitação da grande parcela daquela sociedade na forma de governar e, conseqüentemente, na formulação legislativa, correndo o risco do não exercício de poder e até mesmo da destituição daquela equipe.

Assim já colocava em sua obra Elias (2001), falando sobre essas relações de poderes estatais e suas conseqüentes percepções sociais conforme era exercido o poder pelas classes que em determinados momentos da história detinham em suas mãos.

[...] Não era apenas sobre o que estava em jogo. Dentro desse campo social, um usurpador do poder só poderia se impor se existisse um forte deslocamento na relação das forças sociais, e se estivesse à frente da camada fortalecida como um líder carismático, ou então se fosse tão superior ao rei em termos financeiros, e com isso em termos militares, que pudesse não só derrotar o exército do rei de modo decisivo, mas também quebrar a resistência de todos os grupos de interessados na manutenção do equilíbrio vigente. Não sendo o caso, era muito grande a probabilidade de que a figuração desenvolvida até aquele momento voltasse a se repetir, aproximadamente no mesmo estado de equilíbrio já alcançado. Assim o novo detentor do poder acabava aparecendo como ilegítimo, ou seja, como um poder que ameaçava o estado de equilíbrio vigente: em relação ao rei legítimo, mesmo quando ele se via desacreditado por representantes impopulares, tinha pouca chance [...] (ELIAS, 2001, p. 186).

Elias (2001) demonstrou que dentro de uma sociedade, governo, existem tensões sociais que determinam atitudes dos entes envolvidos em determinadas matérias. Por exemplo, a necessidade da criação de um programa como o PAAR, o qual vinculou dois ministérios que não tinham muitas ações em conjunto, para a criação de um programa que surtiria efeitos positivos e também negativos, tanto para o Ministério da Defesa quanto o Ministério do Esporte, legislação esta que pode ter uma influência destas tensões sociais que serão abordadas.

Antigamente se falava em nobreza, rei e corte, hoje se fala em parlamentares, ministérios, entidades e porque não em lideranças da própria sociedade, e essas

figuras causam tensionamento uma sobre as outras para o exercício de um poder. Exemplos que envolvem os esportes não nos faltam, basta que observemos as confederações, federações esportivas, programas como Bolsa Atleta e PAAR e leis de arrecadação fiscal com destinação específica ao esporte, como a Lei Pelé e Agnelo Piva.

Para a elaboração e aplicação da legislação esportiva, esses poderes e tensões no exercício de poder são evidentes, por mais que por muitas vezes, não são explícitas a todas as camadas sociais.

Não podemos pensar que algo é criado sem interesse social ou pessoal, gostaríamos de acreditar que todas as ações governamentais e construções legislativas partissem somente da necessidade social e na intenção da resolução de um problema, mas percebemos que isso passa longe de ser uma regra ou algo comum, e isso fica evidenciado na teoria configuracional.

Tudo se torna intimamente ligado ao jogo de interesses e vantagens que determinada classe ou instituição vai aferir, como Elias dispõe em sua obra falando da nobreza francesa (ELIAS, 2001, p. 209-210):

[...] Já demonstramos como existia, dentro da corte, um estado peculiar de tensão sobretudo entre os grupos e pessoas que o rei havia distinguido e aqueles que se destacavam com base em seus próprios títulos de nobreza, era manipulando essa tensão que o rei governava sua corte. Demonstramos ainda como fazia parte das condições de dominação do rei um equilíbrio de tensões específico no reino fornecendo aos representantes da realeza a chance de uma concentração especialmente ampla de seu poder, cuja consumação era o sistema de monarquia absolutista. Essas tensões em um caso e no outro, os equilíbrios de tensões na corte e no reino, eram particularidades estruturais de um mesmo estágio de desenvolvimento da sociedade estatal francesa como um todo - figuração em seu conjunto [...].

Nesse sentido vislumbra-se que para existir o sucesso na prática governamental e na aplicação legislativa é necessário o apoio mútuo, daquele que detém o poder e também das entidades que mantêm o poder.

Para que o PAAR fosse realmente uma legislação longínqua, que hoje já conta com mais de dez anos de duração, o poder precisou ser sustentado pelas diversas entidades que participaram de alguma maneira em sua criação, desenvolvimento e manutenção.

Assim percebemos que o governo necessita das entidades que desenvolvem o esporte de alto rendimento no Brasil, assim como o rei necessitava da nobreza a séculos atrás.

[...] O rei precisava da nobreza. Além de todas as dependências específicas que foram questionadas ao longo desse estudo (por exemplo, a dependência tradicional oriunda da relação entre os suseranos e seus vassalos), da necessidade de convívio com a sociedade a que ele próprio pertencia e de cujos costumes partilhava, de tudo isso o rei necessitava da nobreza para assegurar o equilíbrio de tensões entre as camadas em que ele se apoiava [...] (ELIAS, 2001, p. 211).

Ficando claro, a partir da análise de todo esse ensaio, que as interdependências criadas e instrumentalizadas para a manutenção do poder continuaram por meio dos séculos até a atualidade, sendo que só é possível o estudo integral de uma política pública quando se parte da premissa das interdependências no exercício do poder pela entidade governamental, seja a estrutura que for.

Levando em consideração as interdependências menores mais próximas do atleta, ou aquelas mais complexas envolvendo vários setores que por vezes nem imaginaríamos que existissem.

Logo para que essa interdependência seja estudada de maneira plena há a necessidade de determinação da estrutura de interdependência, a qual será abordada em momento próprio do trabalho, tendo como parte conceitual essa análise de Elias (2001, p. 226) que em sua obra “A Sociedade de Corte” já deixava isso bem delineado.

[...] Sem a determinação da estrutura de interdependência, na qual ele se encontra como um dos indivíduos que a constituem, não é possível colocar-se em sua situação de com prender quais alternativas ele tinha de fato, na condução de seu governo, e como ele mesmo a compreendia de acordo com seu desenvolvimento e posição. Só quando temos em vista seu comportamento, especialmente as decisões que tomava em função dessas alternativas, e da margem de ação que lhe permitia sua rede de interdependências, podemos fazer uma imagem satisfatória de sua pessoa [...].

Elias (2001) dispõe que a análise das figurações é um método que visa garantir ao pesquisador uma distância maior e também uma autonomia em relação a critérios de valor.

Somente com o esforço do pesquisador por maior autonomia do objeto de pesquisa possibilita o controle dos ideais heterônomos que influenciam o pesquisador em seu estudo. Quando se percebe o indivíduo como pessoa em configurações que constituem acompanhado de outras pessoas, isso aprofunda a nossa compreensão de individualidade.

Nas sociedades modernas vivemos em alguns períodos mais explicitamente essas disputas de poder e em outros períodos de maneira mais velada. Camadas de duas frentes, submetendo-as a coerções particularmente opressivas, sobretudo autocoerções civilizadoras justamente por viverem sob a tensão permanente e conflitos constantes.

As camadas superiores só precisariam se defender das pressões advindas de baixo, uma vez que não possuem ninguém acima, isso se dá principalmente pelo desequilíbrio na divisão de poder, entretanto, este sempre existirá, tonando-se menos coercitivo quanto maior for a sua distribuição, como já colocava Elias (2001).

Sendo assim, é evidente que não se pode construir uma rede de desenvolvimento esportivo com entes isolados, tudo começa com grandes associações de pessoas que acabam detendo um poder que individualmente não seria possível. No Brasil esse fenômeno é observado quando percebemos as entidades mantenedoras do poderio esportivo nacional.

Impossível é falar de seres isolados, até porque este seria muito frágil frente à condução histórica de sobrevivência de uma sociedade, Elias, em sua obra *O Processo Civilizador* (2001, p. 116), complementa nesse sentido falando que historicamente os indivíduos não são isolados.

[...] Na realidade histórica, certamente não são sempre indivíduos isolados que praticam esse mecanismo. Com frequência entram no jogo grandes associações de pessoas, como, por exemplo, territórios ou Estados. O curso dos fatos, na realidade, é em geral bem mais complicado do que nesse modelo esquemático, comportando inúmeras variações [...].

O que conhecemos hoje por economia nacional constitui um exemplo desse processo, pois ela se desenvolve oriunda da economia privada, pois anteriormente não existia essa distinção entre rendas e despesas públicas e privadas.

Com a transformação do modelo de estado absolutista tivemos o surgimento da expressão orçamento, destinada para que o indivíduo que exerce o poder central atendesse as despesas de sua família ou corte e nesse caso trazendo a atualidade da sociedade que governa.

Atualmente as despesas da organização governamental são rigorosamente separadas das que são usadas para fins privados, sob pena da incidência legal da improbidade administrativa.

Com essa separação ficou bem claro qual é o papel do administrador, não sendo tolerada qualquer uso arbitrário do poder econômico que não seja em prol da sociedade. E essas formas de controle estão pulverizadas em várias pessoas, trazendo uma forma ampla de fiscalização e controle (ELIAS, 2001, p. 120):

[...]Todos os monopólios tendem, a partir de certo grau de acumulação, a escapar do controle de um único indivíduo e passar para o de grupos sociais completos, começando frequentemente com os antigos funcionários do governo, os primeiros servidores monopolistas. O processo de feudalização é um exemplo disso. Mostramos antes que, no curso desse processo, o controle sobre a propriedade territoriais relativamente grandes e o poder militar escaparam em sucessivas ondas ao governante monopolista, inicialmente passando a seus antigos funcionários ou seus herdeiros e depois à classe de guerreiros como um todo, com sua própria hierarquia interna [...].

Assim ele explica que graças à centralização e à monopolização fiscalizada, situações que anteriormente eram obtidas por meio do uso da força, hoje são obtidas pelo planejamento estatal. Isso foi determinado a partir de certo ponto de desenvolvimento social, delegando ao governante monopolista a tarefa da distribuição. Existe assim uma dependência de todas as demais funções da rede humana interdependente (ELIAS, 2001, p. 123).

[...] O controle do monopólio, o preenchimento de suas posições decisivas, não é mais decisivo pelas vicissitudes da 'livre' competição, mas por provas de eliminação que se repetem, sem uso de armas, e que são reguladas pela máquina e, assim, pela competição 'não livre'.

Em outras palavras, forma-se o que estamos acostumados a chamar 'regime democrático' [...].

As lutas econômicas atuais pressupõem a existência de monopólios muito desenvolvidos, eles ocupam seu lugar dentro do contexto histórico mais amplo, somente analisando esse contexto é que as observações genéricas sobre o mecanismo de competição e de monopólio podem assumir todo seu significado, conforme explica Elias (2001).

É necessário levar em consideração a sociogênese dessas instituições monopolistas, presentes nesse "Estado", que durante sua evolução abriu a esfera econômica para outras pessoas que não aquele ente central, seja ele o rei, presidente ou parlamento e assim a formação de novos monopólios privados, só então poderemos distinguir a interação dos mecanismos sociais que são formadores desse grande monopólio. Evidencia-se isso com as grandes empresas privadas que hoje financiam alguns setores esportivos, cujo interesse é a publicidade e em contrapartida o Estado poderá fortalecer seu prestígio esportivo frente a outras nações, em uma olimpíada, por exemplo, e ainda ter benefícios sociais, com a participação da sociedade no evento com as mais diversas ocupações e vinculações.

Algumas mudanças específicas no comportamento social ocorreram após toda essa mudança que se explicou anteriormente. As personalidades necessitaram ser moldadas diferentemente para uma convivência pacífica em sociedade.

Essa maneira diferenciada e influenciada de comportamento foi o que Elias (2001) denominou de uma personalidade "civilizadora". As funções sociais pressionadas pela competição tornaram-se cada vez mais diferenciadas, crescendo cada vez mais o número de funções sociais exercidas, tornando os indivíduos cada vez mais dependentes. Quanto mais as pessoas se socializavam e se tornavam próximas e dependentes umas das outras as teias de ações eram formadas de maneiras mais complexas e rigorosas.

Em cada ação realizada pelo indivíduo existia um papel social, sendo isso uma regulação para que suas ações fossem estáveis, uniformes e previsíveis, não causando dessa maneira inseguranças sociais aos demais indivíduos que participavam da sua convivência.

Por toda essa transformação social imposta de certa maneira cada vez mais mudanças psicológicas foram inevitáveis no decurso da civilização, um controle muito mais complexo e estável das condutas foi exigido desde muito cedo a esse novo ser social, como uma espécie de regra que Elias denominou de automatismo (ELIAS, 2001, p. 225):

[...] O fato seguinte foi característico das mudanças psicológicas ocorridas no curso da civilização: o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma auto compulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse. A teia de ações tornou-se tão complexa e extensa, o esforço necessário para comportar-se 'corretamente' dentro dela ficou tão grande que além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho automático de autocontrole foi firmemente estabelecido [...].

Todo esse mecanismo de controle tem uma intenção, prevenir que o indivíduo transgredisse os comportamentos definidos como socialmente aceitáveis; esse mecanismo é mantido por medos que são profundamente incutidos desde a mais tenra idade, fazendo com que o indivíduo os respeite pelo hábito. Entretanto, indiferente se essas reações eram conscientes ou inconscientes, essa transformação de conduta por essa regulamentação de impulsos, fazia com que este indivíduo se tornasse cada vez mais integrado com os demais.

Para que uma pessoa atualmente seja considerada "civilizada" um aparato muito complexo de autocontrole é incutido desde seu nascimento, transformando-se em hábitos que são comuns entre a maioria das pessoas daquela sociedade. Essa situação mantém uma relação muito próxima com a monopolização da força física e estabilidade dos órgãos da sociedade que são designados para que detenham essa força.

Devido a essa formação monopolística da força, as sociedades adquirem a característica de estabilidade e consequentemente de civilizada, por essa sintonia desde a infância que se torna tão automática que é vista como uma segunda natureza praticamente indissociável.

Com a formação desses monopólios de força criam-se espaços sociais pacificados, que embora ainda seja possível, geralmente são ausentes de atos violentos. As pressões que atuam sobre os indivíduos agora são outras, pois aquelas

pressões que anteriormente sempre estavam intrínsecas à força física agora são dissociadas como, por exemplo, a violência econômica (ELIAS, 2001, p. 226).

[...] A monopolização dos meios de produção, dos meios 'econômico', é uma das poucas que se destacam quando os meios de violência física se tornam monopolizados, quando, em outras palavras, na sociedade mais pacificada do Estado, o livre uso da força física por aqueles que são fisicamente mais fortes deixa de ser permitido [...].

Elias (2001) explica que de modo geral a constituição afetiva e o comportamento do indivíduo mudam quando a estrutura dos relacionamentos se modificam pelo monopólio estatal da força, pois em sociedades que não estão no Estado o monopólio dá força à divisão de funções é relativamente pequena e também curtam são as cadeias de ações que ligam os indivíduos entre si.

Consequentemente as sociedades, com o monopólio da força, a divisão de funções é mais avançada e existe uma dependência maior entre os indivíduos, causando maior dependência funcional; nela os indivíduos são protegidos contra ataques de violência pois, o Estado agora possui esse monopólio, mas ao mesmo tempo ele também é forçado a reprimir os impulsos de atacar outro indivíduo fisicamente e as demais formas de compulsão que prevalecem nos espaços sociais pacificados e modelam as atitudes dos indivíduos.

Quanto mais apertada se torna a rede de interdependências onde o indivíduo está inserido, mais ameaçada se torna a existência social do indivíduo que dá expressão a impulsos e emoções espontâneas, e maior a vantagem social daqueles capazes de moderar suas paixões.

[...] A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeia de causa e efeito – todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias de ação e interdependências social. Ocorre uma mudança 'civilizadora' do comportamento [...] (ELIAS 1993, p. 198).

Mesmo com toda essa organização de controle, a violência física ou a ameaça dela exerce influências sobre os indivíduos, tendo esse indivíduo consciência ou não disso.

É uma pressão contínua, que a violência física reprimida armazenada diariamente, que muitas vezes é negligenciada pois desde muito pequeno o indivíduo é criado para reprimir esse tipo de emoções ajustando-se à estrutura social imposta.

Esse monopólio da violência física geralmente não controla os indivíduos por meio de ameaças diretas, mas várias pressões exercidas das mais variáveis maneiras e por diversos entes e indivíduos são constantemente aplicadas.

O que ocorreu na sociedade foi uma mudança nessa possibilidade de exercício particular da força pelo indivíduo, pois este não pode satisfazer deliberadamente seus desejos pois todo um controle social está presente em sua vida. Elias (2001, p. 232) fala que anteriormente, nas sociedades guerreiras, o homem detinha menos controle de suas paixões e muitas vezes deixava-se dominar por elas.

[...] Anteriormente na sociedade guerreira, o indivíduo podia empregar violência física, se fosse forte e poderoso o suficiente; podia satisfazer abertamente suas inclinações em muitas direções que, mais tarde, foram fechadas por proibições sociais. Mas pagava, por essa maior oportunidade de prazer direto, com uma possibilidade maior de medo direto e claro. As concepções medievais do inferno, alias, dão-nos uma ideia de como era forte esse medo que um homem inspirava em outro. Alegria e dor eram liberadas mais aberta e livremente. Mas o indivíduo tornava-se sua presa, jogado de um lado para o outro tanto por seus sentimentos quanto pelas forças da natureza. Tinha menos controle de suas paixões. Era mais controlado por elas [...].

Assim, o homem aprendeu a controlar-se e tornou-se menos prisioneiro de suas paixões, entretanto, pela sua vida social e pelas inúmeras restrições explícitas e veladas impostas pela sociedade fez com que sua conduta fosse restringida e por inúmeras vezes suas paixões e anseios não são satisfeitos (ELIAS, 2001, p. 232-233):

[...] A vida torna-se menos perigosa, mas também menos emocional ou agradável, pelo menos no que diz respeito à satisfação direta do prazer. Para tudo o que faltava na vida diária um substituto foi criado nos sonhos, nos livros, na pintura. De modo que, evoluímos para se tornar cortês, a nobreza leu novelas de cavalaria; os burgueses assistem a filmes à violência e à paixão erótica. Os choques físicos, as guerras e as rixas diminuíram e tudo o que as lembrava, até mesmo o trinchamento de animais mortos e o uso de faca à mesa, foi banido da vista ou, pelo menos, submetidos a regras sociais cada vez mais

exatas. Mas, ao mesmo tempo, o campo de batalha foi, em certo sentido, transportado para dentro do indivíduo. Parte das tensões e paixões que antes eram liberadas diretamente na luta de um homem com outro terá agora que ser elaborada no interior do ser humano [...].

E assim entendemos o quão importante se tornou o esporte na atualidade, pois é por meio do esporte, uma das maneiras, que o homem da sociedade moderna encontrou para regular suas paixões e externalizá-las em alguns momentos de maneira permitida por esta sociedade.

Tornando-se um atleta de alto rendimento, o homem moderno pode demonstrar que é diferente dos demais, que faz algo que não está no comum do ser humano médio, algo louvável, as vezes quase que inatingível a tentar quebrar um recorde por exemplo, fazendo que se torne destaque de uma maneira lícita, permitida e aceitável. O indivíduo social também se utiliza da emoção ao assistir determinado esporte para promover em si aquele espírito da disputa, competição e porque não dizer até mesmo violência.

Os esportes modernos envolvem muito isso, alguns com uma violência mais óbvias como é o caso das lutas e outros com menor intensidade de violência explícita, mas com uma disposição ao perigo diferente do que a grande maioria das pessoas dispõe em sua vida cotidiana.

As tensões provocadas pela expectativa do jogo, o espetáculo promovido para que a sociedade participe, envolva-se naquele meio é presente em nossa vivência. As cifras econômicas que envolvem essas apresentações são milionárias e envolvem uma rede gigantesca de pessoas para isso.

E isso também se apresenta com outro viés, e este mais ligado ao nosso trabalho, o porquê de atletas se submeterem a participar de um programa de atletas de alto rendimento envolvido com as Forças Armadas.

Com esse aporte sociológico pode-se construir uma justificativa plausível para a criação e manutenção de uma lei esportiva de alto rendimento como o PAAR, pois assim conseguimos apontar que toda essa rede construída, sendo o PAAR parte dela, é essencial para o ser humano atual, que procura aqui uma forma de alívio tensional ilícito. Assim aponta Elias (2001, p. 209):

[...] Os grupos estabelecidos que competem entre si são, assim, compelidos a levar em consideração as exigências da grande massa de *outsiders*. Mas como dessa maneira as funções sociais e o poder das massas assumem maior importância, tais funções exigem e permitem maior espírito de previsão em seu desempenho. Geralmente sob uma forte pressão social, membros dos estratos mais baixos acostumam-se a controlar suas emoções momentâneas e a disciplinar sua conduta com base numa compreensão mais profunda da sociedade total e de sua posição nela. Por isso mesmo, seu comportamento é impelido cada vez mais na direção inicialmente limitada aos estratos superiores. Aumenta seu poder social em relação a este último, mas simultaneamente, seus membros são treinados a assumir uma visão de longo prazo, pouco importando por quem ou de acordo com quais modelos tal treinamento se dê. Eles também, são cada vez mais submetidos ao tipo de compulsões externas que se transformam em autocontrole individual; neles, também, aumenta a tensão horizontal entre a agência de controle do ser, o 'superego', e as energias da libido que agora são transformadas, controladas ou reprimidas, com maior ou menor sucesso. Dessa maneira, as estruturas civilizadoras estão se expandindo constantemente na sociedade ocidental [...].

Diante de tudo estudado percebe-se que não é somente o jogo político e econômico que determinam as mudanças sociais, apesar de serem fatores muito importantes não podem ser considerados únicos. Como coloca Elias (2001, p. 302):

[...] Hoje, tanto quanto antes, não apenas as metas pressões 'econômicas' nem tampouco apenas os motivos políticos que constituem as principais forças motrizes de mudanças. Nem a aquisição de mais dinheiro ou mais poder econômico é a meta real da rivalidade entre Estados ou da ampliação do âmbito do Estado, nem a aquisição de mais poder político e militar constitui simplesmente uma máscara, um meio para atingir a meta econômica. Os monopólios de violência física e dos meios econômicos de consumo e produção, sejam coordenados ou não, estão inseparavelmente interligados, sem que um deles jamais seja a base real e o outro meramente 'superestruturas'.

Tudo depende de vários interesses de poder, econômicos, políticos entre outros, sendo todos muito ligados e praticamente indissociáveis. Assim, após toda a construção sociológica temos como ponto de partida a compreensão de toda essa rede de estruturas que envolve uma política pública como o PAAR, são diversos fatores que serão discutidos nos próximos capítulos, com base em tudo que já foi apresentado, correlacionando os interesses econômicos, sociais, de poder entre outros que certamente ficam nítidos com o estudo aprofundado do tema.

Elias (2001) nos dá aporte para essa construção, expondo que essas tensões sociais e interesses são a base para o desenvolvimento da estrutura social, permitindo-nos compreender melhor o sentido dessa política, tornando mais límpida a visão da pesquisadora na condução do revelar dos meandros que envolvem todo conjunto de leis na criação do PAAR.

[...] Juntos, eles geram tensões específicas em pontos particulares no desenvolvimento da estrutura social, tensões que pressionam no sentido de sua transformação. Juntos formam o cadeado que liga a corrente que agrilha homens entre si. Em ambas as esferas de aglutinação humana, a política e a econômica, estão em funcionamento os mesmos mecanismos, em permanente independência [...] (ELIAS, 2001, p.104).

Com fundamento em tudo anteriormente discriminado, agora se faz necessária a dedicação ao aprofundamento do tema proposto sem deixar em nenhum momento esse aporte sociológico que foi utilizado para uma compreensão adequada sobre todos os aspectos que possam envolver ou ter envolvido a criação e o desenvolvimento da legislação do PAAR vinculado ao Exército Brasileiro, tornando possível a pesquisa entender as intenções explícitas e algumas implícitas de dirigentes, comandantes e atletas.

Claro que não acreditamos que todas as questões serão esgotadas, porém acreditamos que o trabalho servirá como um caminho para diminuir a lacuna existente no estudo do tema no Brasil, que seja pelo PAAR ou por outros fatores, que após os Jogos Olímpicos no Brasil teve uma mudança no quesito esporte de alto rendimento.

4 LEGISLAÇÃO ESPORTIVA BRASILEIRA ENVOLVENDO AS FORÇAS ARMADAS

Partindo da premissa do esporte de alto rendimento e como se dão as relações desses esportes com as Forças Armadas, existe a necessidade de organizar a exposição da legislação de alto rendimento brasileira no decorrer do tempo.

Essa questão do envolvimento entre esporte e o Exército não é algo que se desenvolveu somente atualmente, essa relação já existe a algum tempo no Brasil e é uma alternativa experimentada em diversos países do mundo, reservada a particularidade de cada nação. Possível essas percepções ao observar países como China e União Soviética com uma participação militar muito forte dos atletas em jogos olímpicos, acompanhada de uma maneira totalitária de governo, mas também era possível identificar atletas militares de outros países que não detinham uma política militar totalitária, ou seja, em Estados de regime democrático também era percebida a participação militar esportiva, como exemplo da França e dos EUA.

A exemplificar o Brasil, essa política não é nova, em 1956 o Brasil já possuía uma instituição para questões referentes a esportes militares que era a Comissão Desportiva Militar do Brasil de sigla CDMB. Esse órgão era subordinado ao Conselho Internacional *du Sports Militaire* (CISM), conselho este que reúne nações do mundo todo com objetivos relacionados ao esporte militar.

Essa comissão brasileira era integrante do Ministério da Defesa e tinha como função precípua administrar, fiscalizar, organizar, coordenar e difundir o esporte militar no Brasil e além disso possuía vínculos a outras secretarias, como Secretaria de Ensino, Saúde e Desportos (BRASIL, 2011)¹¹

Mas antes de falar do esporte militar na década de 60, envolvendo outros órgãos internacionais, vamos retroceder para a construção legislativa brasileira do esporte de rendimento, como apontamos não foi algo atual e sim uma construção de mais de 100 anos no Brasil e assim perceber o entrelaçamento com o esporte militar desde sua origem.

¹¹ Revista Verde-Oliva do Exército Brasileiro. edição especial sobre o Exército brasileiro nos V Jogos Mundiais Militares (BRASIL, 2011).

O esporte militar sempre buscou uma organização no Brasil, mas essa organização conforme pode se observar na literatura legislativa não foi rápida. A primeira forma de organização que se pode perceber no esporte militar vinculado ao Exército foi a Liga Militar de Futebol de 1915 que mudou de nomenclatura para Liga de *Sports* do Exército e foi a origem, em 1922, da Comissão Militar Esportiva que, juntamente com a Confederação Brasileira de Desporto, realizou pela primeira vez na América do Sul os denominados Jogos Latino-Americanos.

Assim, iniciou-se a estruturação do próprio Exército com referência ao esporte militar, criando primeiramente um órgão denominado Comissão de Desportos do Exército de sigla CDE, essa comissão subordinada ao Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx) (Figura 1) teve sua fundação em 1915 na Fortaleza de São João, bairro da Urca no Rio de Janeiro e tem como missão a organização e controle da prática desportiva no Exército.

Figura 1 - Organograma centro de capacitação física do exército e fortaleza de São João



Fonte: <http://www.ccfex.eb.mil.br/organograma>. Acesso em: 17 maio 2019.

Entretanto, apesar de o esporte estar intimamente ligado ao dia a dia dos militares, pois a atividade militar exige uma compleição física mais apurada que uma pessoa não ligada ao meio militar, as competições e a performance não foram tão

presentes no início do século. Somente em 1929 se tem a notícia de que foi realizada a I Olimpíada do Exército e no ano seguinte a inauguração do Centro Militar de Educação Física, substituído com sua criação a Liga de *Sports* do Exército (BRASIL, 2011).

Alguns anos mais tarde, foi criada a Escola Superior de Educação Física do Exército (EsEFEX), que é, desde sua criação, uma das estruturas utilizadas para o treinamento dos atletas militares do Exército (Figura 2).

Figura 2 - Ginásio Leite de Castro-ESEFEX



Fonte: <http://www.esefex.eb.mil.br/instalacoes>. Acesso em: 17 maio 2019.

Em 1933, o presidente Getúlio Vargas publicou o decreto nº 23.252/33 criando a Escola Superior de Educação Física do Exército. Assim se explica como essa construção esportiva se deu no Exército, tendo em vista que até o final da década de 1940 o esporte militar se desenvolveu de maneira isolada em cada força armada e auxiliar (polícia e bombeiros militares) (CORREIA, 2006).

A EsEFEX tem sua gênese no governo Vargas, contando com expressividade na formação de profissionais de educação física brasileiros e ainda hoje conta com

uma estrutura esportiva muito utilizada por atletas de rendimento (FERREIRA NETO, 1999).

Retomando a organização legislativa brasileira, envolvendo o esporte militar, percebe-se que em 1941, o decreto-lei¹² nº3.199, instituiu o Conselho Nacional de Desportos, entidade esta que estava vinculada a outros ministérios e não somente ao da Defesa.

O Decreto-lei nº3.199/41 era vinculado ao Ministério da Educação e Saúde (LARDIES, 1971)¹³, seu objetivo era, assim como o PAAR, incentivar a prática do desporto em todo o território nacional, com o detalhe de que esse incentivo era com supedâneo em uma ação governamental, ou seja, tinha a influência direta do Estado. Muito além de somente incentivar o desporto em uma esfera nacional, o decreto-lei nº3.199/41 também abordou a temática do esporte militar, temática nunca antes abordada por meio de uma legislação, isso se percebe pela leitura do decreto que está anexo ao trabalho.

Paralelamente a todo esse cenário brasileiro do esporte, internacionalmente o esporte militar organizava-se. O Conselho Internacional de Esportes Militares CISM foi criado em 1948 durante um evento de esgrima que estava sendo realizado na cidade de Nice na França, onde cinco representantes se uniram, sendo eles da Bélgica, França, Dinamarca, Luxemburgo e Holanda (INTERNATIONAL MILITARY SPORTS COUNCIL, 2018).

Esse Conselho Esportivo das Forças Aliadas foi revivido, quando em Berlim foi organizada uma competição de atletismo. Assim, foi criado o Conselho Esportivo das Forças Aliadas, pelo coronel Debrus e major Mollet.

¹² O decreto-lei é espécie de ato normativo que foi substituído na Constituição de 1988 pela medida provisória. De acordo com o artigo 55, da Constituição Federal de 1967, com redação dada pela EC nº 1/69, "o Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesa, poderá expedir decretos-leis sobre as seguintes matérias: I - segurança nacional; II - finanças públicas, inclusive normas tributárias; e III - criação de cargos públicos e fixação de vencimentos". Hoje prevê a Constituição Federal, em seu artigo 62, que "em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional".

¹³ LARDIES, Miguel. **Coletânea de leis e regulamentos dos desportos**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1971.

Em 1948, o Conselho Esportivo da Forças Aliadas deu lugar para o Conselho Internacional de Esportes Militares desta vez com um ideal globalizado e não somente entre nações vinculando-as a Segunda Guerra Mundial¹⁴.

Em 1951, o Departamento de Desporto do Exército (DDE), cria o Conselho Desportivo das Forças Armadas (CDFA), que tinha por objetivo organizar competições militares em todo território nacional, entretanto legalmente ela somente foi reconhecida por meio do decreto nº 38.778, publicado no dia 27 de fevereiro de 1956 com a denominação de Comissão Desportiva das Forças Armadas (LARDIES, 1971).

A Comissão Desportiva das Forças Armadas estava subordinada ao Estado Maior das Forças Armadas e trouxe comandantes das três forças para sua composição, exatamente como ocorreu com o PAAR. Em 1958, a Comissão Desportiva das Forças Armadas desvincula-se do Departamento de Desporto do Exército tornando-se uma instituição própria estando vinculada somente ao Estado Maior das Forças Armadas.

Na década de 60 por meio do decreto-lei nº 54.559¹⁵, de 23 de outubro de 1964, o presidente Castelo Branco alterou a formação organizacional da Comissão Desportiva das Forças Armadas. As alterações dizem respeito a estruturação do CDFA.

Art. 1º A Comissão Desportiva das Forças Armadas (CDFA), criada pelo Decreto nº 38.778, de 27 de fevereiro de 1956, tem por finalidade organizar e dirigir as competições desportivas entre as Forças Armadas visando a um maior espírito de confraternização e de divulgação das práticas desportivas em todo o território nacional; constituir as representações nacionais em competições desportivas militares internacionais e opinar pelas Forças Armadas em congressos desportivos nacionais e internacionais.

§ 1º A CDFA é parte integrante do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), a cujo chefe é diretamente subordinada.

§ 2º A CDFA funcionará no EMFA.

Art. 2º A CDFA terá a seguinte constituição:

I - Presidência;

II - Divisão Técnica;

III - Serviço de Relações Públicas;

IV - Secretaria.

¹⁴ <http://www.milsport.one/cism/cism-history>. Acesso em: 17 maio 2019.

¹⁵ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54559-23-outubro-1964-394778-publicacaooriginal-1-pe.html>

Já na década de 70, o Brasil se consagrou tricampeão no futebol, sendo que o treinamento da seleção foi realizado na EsEFEX, e ainda revelou o atleta João do Pulo, que era cabo do Exército. Aqui se evidenciam os resultados internacionais obtidos pelas forças armadas, não que outros resultados não foram notados anteriormente por outros meios de preparação, entretanto, envolvendo o treinamento esportivo do Exército e o uso de suas estruturas, foi na década de 70 que apareceram os primeiros indicativos. Ressaltando sempre que isso era um indicativo, tomando como base exclusivamente resultados.

Foi em 1975, pela Lei Federal nº 6.251, com redação definida pelo art. 34 que possibilitou uma nova configuração no esporte militar nacional pois, esse artigo autorizava as equipes de desporto militar a participar de campeonatos e torneios regionais e nacionais regidos pelas confederações e federações não vinculadas ao esporte militar, possibilitando dessa maneira, pela primeira vez, uma participação de atletas militares em competições não militares.

Após 1975, a legislação esportiva que envolveu o esporte militar não teve muitas alterações. Outro fato relevante surgiu somente em 1980 para o esporte nacional, é constituída a Comissão de Reformulação do Desporto Nacional, que foi presidida por Manoel Gomes Tubino que era capitão pertencente a Marinha do Brasil nas décadas de 60 e 70. Ele ocupou na década de 80 o cargo de presidente do Conselho Nacional de Desportos (TUBINO, 1992; 1996; GUIRRA, 2014).

Em 1976, o decreto nº 78.392, regulamentado posteriormente pelo decreto nº 80.072/83 torna a Comissão Desportiva das Forças Armadas em Comissão Desportiva Militar do Brasil, visando participação maior em eventos internacionais (CORREIA, 2006).

Em 1985, o governo brasileiro, por meio do decreto federal nº 91.452 e da portaria ministerial nº 598/85 fez a previsão de uma comissão de reformulação do desporto nacional que tinha por missão precípua conceituar o que era esporte no Brasil e definir o Sistema Nacional de Desporto. Uma das questões importantes que foi alterada com essa previsão legislativa foi a redação dada para o art. 10 da Lei Federal nº 6.251/75 reconhecendo algumas formas de organização esportiva, entre elas desporto militar e as seguintes: I-Desporto Federado, II-Desporto Universitário,

III-Desporto Escolar, IV-Desporto Classista, V-Desporto Militar, VI-Desporto não Formal ou de Promoção Social, VII- Desporto Profissional (GUIRRA, 2014).

Essa Comissão de reformulação do desporto nacional tratou o esporte militar de maneira diferenciada do que até então era conduzido. A comissão reconheceu que o esporte militar abrangeria as três manifestações do conceito de esporte, sendo eles: esporte participação, esporte performance e esporte educação. Com isso permitiu o entendimento do esporte militar como algo que poderia ser aplicado de múltiplas formas, entretanto mesmo com essas modificações, na prática não se percebem grandes mudanças no que era o esporte militar (GUIRRA, 2014).

Outra questão que merece ser analisada é que a comissão de reformulação do desporto nacional não disciplinava como seriam repassados recursos para o esporte militar, ou seja, a comissão reconhece o esporte militar como algo importante e necessário, tirando o estigma de ser somente uma atividade física que visava a manutenção física dos militares para algo muito mais abrangente, incluindo o esporte escolar. Não há indícios de determinações legais que poderiam fazer a previsão de como ocorreria o financiamento. Prevvia-se de que poderia haver legislação específica para assegurar a participação das forças armadas em competições, com o caráter competitivo, porém não se teve grande expressão do esporte militar nessa fase.

Na década de 90 várias mudanças estruturais governamentais ocorreram e no esporte não foi diferente, nesse sentido, em 1993, foi criada a Lei Federal nº 8.672 de 06 de julho de 1993, denominada de lei Zico, foi apelidada assim pelo ocupante da cadeira de secretário do esporte do governo Collor, que era Artur Antunes Coimbra, ex-jogador de futebol, popularmente conhecido como Zico¹⁶.

Essa nova legislação esportiva tinha a intenção de diminuir o poder dos clubes e melhorar a condição do atleta, outros aspectos como a descentralização do poder econômico também são observados, no sentido de uma participação menor do Estado

¹⁶ Artur Antunes Coimbra, Zico, durante a presidência de Fernando Collor, Zico foi secretário nacional de esportes; ocupou o cargo nos anos de 1990 e 1991.

Seu projeto mais conhecido foi a "Lei Zico", que modificou a estrutura do futebol brasileiro, reduzindo o poder dos clubes em relação aos jogadores. Dentre os temas regulamentados pela lei Zico, figura, por exemplo, a criação do Conselho Superior de Desportos –entidade destinada a fazer cumprir a própria lei– e a organização da Justiça desportiva.

A "Lei Zico", que é como ficou conhecida a lei nº 8.672, foi promulgada em 06 de julho de 1993, e promoveu e concretizou a modernização da legislação desportiva.

e maior da iniciativa privada; essas constatações são possíveis por meio da análise da lei que está anexo ao trabalho.

A Lei Zico não trouxe referências ao esporte militar, deixando com que as alterações estabelecidas pela Comissão de reformulação do Desporto Nacional fossem praticamente as únicas regulamentações do esporte militar, analisando a lei em sua íntegra percebe-se que realmente o esporte militar não foi contemplado.

Em 1998, já com cinco anos de existência da lei Zico, ocorrem rupturas no cenário político brasileiro, chegando ao poder em Brasília Fernando Henrique Cardoso, o qual promulgou a Lei Federal nº 9.615 de 24 de março de 1998, que recebeu o apelido de lei Pelé (OURIQUES, 1999)¹⁷. Nessa nova legislação existiam referências ao esporte militar em seu art. 44¹⁸.

É vedada a pratica do profissionalismo, em qualquer modalidade, quando se tratar de:

I - desporto educacional, seja nos estabelecimentos escolares de 1o e 2o graus ou superiores;

II - desporto militar;

III - menores até a idade de dezesseis anos completos.

Correia (2006) aponta que no Brasil alguns fatores atrapalharam o desenvolvimento do esporte militar, e denomina esses fatores de “pontos de inflexão” que em sua análise seriam três, o investimento maciço da comunidade científica em esporte de performance, voltando a pesquisa para este campo, o segundo ponto seria o surgimento de legislação voltada à lógica das entidades gestoras do esporte brasileiro com a consequente diminuição dos recursos investidos o esporte militar e

¹⁷ Lei 9.615 de 24 de março de 1998, mais conhecida como lei Pelé ou lei do passe livre, é uma norma jurídica brasileira sobre desporto, com base nos princípios presentes na Constituição, e cujo efeito mais conhecido foi ter mudado a legislação sobre o passe de jogadores de futebol, revogando a denominada lei Zico (Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993). Foi idealizada quando Pelé era ministro do Esporte e presidente do Conselho do INDESP (Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto), e Hélio Viana de Freitas era vice-presidente do Conselho Deliberativo do Instituto, cargo correspondente ao de secretário executivo do Ministério. Além de ter sido o mentor e coordenador do projeto da lei, Hélio Viana de Freitas teve ainda o apoio e supervisão do jurista Gilmar Mendes, hoje ministro do STF e à época subchefe jurídico da Casa Civil do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nilso Ouriques (maio de 1999). «O gol contra do rei: a Lei Pele e suas consequências». Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Motrivivência*, p. 37-64. Acesso em: 17 maio 2019.

¹⁸ Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos – Lei nº 9.615, 24 de março de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm. Acesso em: 26 maio 2019.

terceiro seria uma adequação das entidades que gerenciam o esporte nacional e focam em lógicas neoliberais pelo Congresso Nacional.

Nesse contexto, com a nova ordem financeira visando o esporte de alta competição, é aprovada, em 16 de julho de 2001, a lei federal nº 10.264, conhecida como lei Agnelo Piva, que destinou 2% da verba das loterias para o esporte olímpico e paralímpico, trazendo com isso, uma nova realidade ao esporte de *performance* no Brasil, após essa legislação passou a obter uma gama muito maior de fundos para seu desenvolvimento (BRASIL, 2019)¹⁹.

Continuando o transformar político nacional, a eleição a qual ascende ao poder Luís Inácio Lula da Silva trouxe mudanças também no cenário esportivo. Uma das principais mudanças a se verificar foi a desvinculação da pasta do esporte da pasta do turismo. Para instrumentalizar essas mudanças foi criado o Ministério do Esporte. Esse ministério teve como seu primeiro ministro o deputado federal Agnelo dos Santos Queiroz, escolha feita pelo então presidente, segundo estratégias políticas, a fim de obtenção de sustentação no Congresso Nacional (CASTELAN, 2010).

Nesse momento esportivo inicia-se um processo que é fator chave do nosso objeto de estudo. Em 2002 inicia-se uma parceria muito importante para o esporte brasileiro que foi entre as pastas do Esporte e a Defesa. Programas como Segundo Tempo²⁰ e Força no Esporte²¹ são criados e em 21 de janeiro de 2004 um decreto presidencial criou a Conferência Nacional do Esporte, que reuniu pessoas a fim de discutir questões esportivas, com um papel consultivo, que debatia as políticas públicas no Brasil.

¹⁹ <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

²⁰ O Segundo Tempo como Programa Estratégico do Governo Federal tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>. Acesso em: 17 maio 2019.

²¹ O Programa Forças no Esporte (PROFESP) e o Projeto João do Pulo (PJP) são atividades sociais desenvolvidas pelo Ministério da Defesa, com o apoio da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e em parceria com alguns ministérios.

O PROFESP é destinado ao atendimento de crianças e jovens de ambos os sexos, a partir de 6 (seis) até os 18 (dezoito) anos de idade, em situação de vulnerabilidade social. O PJP, extensão do PROFESP, é destinado ao atendimento de pessoas com deficiência de ambos os sexos, priorizando crianças e jovens, a partir dos seis (seis) anos de idade, também em situação de vulnerabilidade social. <https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-forcas-no-esporte>. Acesso em: 17 maio 2019.

No ano de 2007, após a reeleição de Luís Inácio Lula da Silva, assumiu o Ministério do Esporte com o aval governamental Orlando Silva de Jesus Júnior. O novo ministro tinha como uma de suas metas estabelecer parcerias no campo esportivo, nesse sentido um evento de grande importância foi a realização da III Conferência Nacional do Esporte e Lazer, nesse evento foi elaborado um plano denominado de Plano Decenal de Esporte e Lazer. Esse documento tratava-se de ações para colocar o esporte brasileiro em dez anos entre as dez maiores potências mundiais esportivas e ainda tratava dos megaeventos esportivos que seriam sediados no Brasil, como a Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. Foram tomadas algumas decisões pelo COB e Ministério do Esporte, com pouca ou quase sem a participação da sociedade civil, segundo Mascarenhas (2012).

Nesse contexto, Guirra (2014) apresenta que a candidatura do Brasil para estes megaeventos esportivos obedecia a uma estratégia política e econômica, com objetivo de cumprir uma agenda esportiva de um grupo conservador que priorizava o esporte de rendimento. Entretanto independente da motivação subliminar tentada ser desvendada pelo autor, este cenário foi propício para o desenvolvimento de estratégias esportivas para se ter ao mínimo condições de representatividade no cenário esportivo internacional e nesse contexto que se tentou resumidamente escrever, propiciou-se a criação do objeto de estudo o Programa de Atletas de Alto Rendimento vinculado às Forças Armadas.

Em 2008, a criação do PAAR, visou a obtenção de melhores resultados para as Forças Armadas do que detinham anteriormente nos jogos mundiais militares e a proposta continuou para os Jogos Olímpicos de 2016.

Com essa parceria formada e com a expectativa de resultados mais expressivos ocorreu um investimento muito grande nas instituições militares. O governo investiu grandes montantes nos Jogos Militares de 2011, principalmente com estrutura, foram construídas três vilas militares em terrenos das forças armadas, a qual foi planejada com a antecedência devida desde a escolha do Brasil como sede dos jogos militares (BRASIL, 2011)²². Não se pode deixar de lado que tal questão

²² Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/3722-13062011-defesa-ao-inaugurar-a-vila-verde-destinada-aos-jogos-mundiais-militares-jobim-afirma-que-brasil-esta-preparado-para-grandes-eventos>. Acesso em: 17 maio 2019.

detinha a intenção também de melhorar a participação brasileira nos jogos olímpicos como foi acima explanado.

Nesse sentido, em 2007 foi promulgada a portaria do Ministério da Defesa nº1.402 que criou uma comissão de trabalho permanente com a meta de organizar os jogos mundiais militares; nesta ocasião o ministro da defesa era Néelson Jobim e o ministro do esporte Carlos Arthur Nuzman. Essa questão de expressividade foi notada quando no ano de 2008 o presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, criou o comitê interministerial de gestão de ações governamentais e utilizou em algumas oportunidades a seguinte expressão²³ “responsabilidade de todos os brasileiros”, quando falava da candidatura do Brasil para os megaeventos esportivos, discurso este com uma conotação política.

4.1 PROGRAMA DE ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO

O Programa de Atletas de Alto Rendimento, conforme já notado em toda a construção anterior, quando referimos da legislação brasileira esportiva envolvendo as Forças Armadas, teve e tem importância muito grande para o governo brasileiro quando se fala de política pública esportiva.

O PAAR foi criado no ano de 2008 em uma parceria do Ministério da Defesa e o então Ministério do Esporte²⁴ e tinha como objetivo central, conforme pode ser observado no próprio site do Ministério da Defesa “fortalecer a equipe militar brasileira em eventos esportivos de alto nível” (BRASIL, 2018)

Foi montado um grupo de estudos, segundo Cardoso (2019)²⁵, que buscou em outros países como funcionava a participação das forças armadas no esporte de rendimento. Após esta análise do grupo de estudos que era composto por Oficiais, o relatório foi emitido e encaminhado para o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) e Departamento Geral de Pessoal (DGP) e estes órgãos emitiram parecer favorável ao tema.


²³ 65 Assembleia Geral e Congresso do CISM – Informações Gerais sobre os 5o JMM no Rio 2011 – pdf.

²⁴ O Ministério do Esporte passou a ser em 2019, após a eleição de Jair Messias Bolsonaro, à presidência da República, Secretaria Especial do Esporte.

²⁵ Mauro David Cardoso Martins, major comandante da Subunidade de Atletas de Alto Rendimento da CDE.

Assim, a Portaria nº171-DGP, de 08 de julho de 2009²⁶ (Figura 3) foi alterada e foi criada a habilitação de técnico em atividade física e desporto de alto rendimento, que foi o que possibilitou a contratação de atletas de alto rendimento ocupando a função de 3º sargento técnico temporário.

Figura 3 - Portaria nº 171-DGP-EB

 MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL (Diretoria Geral do Pessoal/1860) DEPARTAMENTO BARÃO DE SURUHY		
PORTARIA Nº 171-DGP, DE 8 DE JULHO DE 2009.		
Aprova as Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército destinadas a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário (SvTT).		
O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL , no uso da atribuição que lhe confere o artigo 27 das Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrantes da Reserva de 2ª Classe (IG 10-68), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 462, de 21 de agosto de 2003,		
ÁREAS DE INTERESSE - NÍVEL MÉDIO DESTINADAS A SARGENTOS CURSOS TÉCNICOS		
	ESPORTIVA E LAZER	Técnico em atividade física e desporto de alto rendimento Técnico em atividade física e lazer

Fonte: sitesgex.ebwww.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=694&act=bre. Acesso em: 17 maio 2019.

O programa se operacionalizou por meio de editais, que discriminam quais são os atletas que podem participar de cada seleção que são diferentes dependendo da necessidade de cada Força Armada na ocasião da publicação do edital. Além dessa necessidade, foram disciplinadas entre as três forças quais seriam as modalidades de cada uma (Figura 4). Esta questão foi disciplinada para tornar mais fácil o gerenciamento e fiscalização, uma vez que todos os atletas contratados defendem o Brasil e não somente a força a que pertencem.

²⁶ www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=694&act=bre. Acesso em: 17 maio 2019.

Figura 4 - Quadro de distribuição de modalidades para relatoria por FFAA.*(Continuação da Ata da Reunião de Coordenação com as Comissões de Desportos das Forças..... Página 3 de 4)*

CDM	CDE	CDA
BOXE	CARATÊ	ATLETISMO
CANOAGEM SLALOM	ESCALADA ESPORTIVA	BADMINTON
CANOAGEM VELOCIDADE	ESGRIMA	BASQUETE
FUTEBOL FEMININO	FUTEBOL MASCULINO	CICLISMO DE ESTRADA
JUDÔ FEM	HIPISMO	CICLISMO MTB
LEVANTAMENTO DE PESO	JUDÔ MASC	CROSS COUNTRY
WRESTLING	MARATONAS AQUÁTICAS	GINÁSTICA ARTÍSTICA
NADO SINCRONIZADO	NATAÇÃO	GOLFE
PENTATLO NAVAL	PARAQUEDISMO	HANDEBOL MASC
REMO	PENTATLO MILITAR	MARATONA
SALTOS ORNAMENTAIS	PENTATLO MODERNO	ORIENTAÇÃO
SALVAMENTO AQUÁTICO	TIRO ESPORTIVO	PENTATLO AERONÁUTICO
TAEKWONDO	TIRO SHOTGUN	TIRO COM ARCO
VELA	TRIATLO	---
VÔLEI DE PRAIA	VÔLEI	---

Fonte: Ata da Reunião de Coordenação com a Comissões de Desportos das Forças.

O ingresso no programa é feito de forma voluntária pelo atleta e o processo seletivo tem como parâmetro resultados em competições que foram disputadas pelos atletas em eventos nacionais e internacionais, sendo elaborado especificamente para cada modalidade, tendo em vista as particularidades de mensuração de resultados de cada uma.

O atleta após seu ingresso tem a sua disposição benefícios que os atraem, como remuneração compatível com cada força que podem variar entre R\$ 1,5 a 4,5 mil reais mensais, assistência médica, nutricionista, fisioterapeuta e centro de treinamento²⁷. O primeiro edital do programa foi publicado em 09 de novembro de 2009²⁸ e depois disso foram realizados outros editais que variavam em seu conteúdo dependendo da necessidade do Exército ou de cada Força Armada.

²⁷ Portal Militar em entrevista com o Vice-almirante Bernardo José Pierantoni Gambôa, no site: http://www.militar.com.br/modules.php?name=Noticias&new_topic=34. Acesso em: 13 ago. 2018.

²⁸ **Revista Verde-Oliva**, ano 39, n. 213, dez. 2011.

Pelo que se pode retirar da análise feita da documentação da época, é que a Comissão de Desporto do Exército (CDE) foi a responsável por grande parte do trabalho para a adequação legislativa que permitiu a criação de vagas para sargentos temporários em cargos técnicos e, posteriormente, a seleção de atletas para a ocupação dessa vaga pública.

A Portaria nº 656-Cmt Ex, de 10 de setembro de 2009, aprovou a diretriz para os V Jogos Mundiais Militares de 2011, e trouxe a possibilidade de contratar como temporários esses atletas de interesse do Exército.

Segundo o próprio site do CDE²⁹, o PAAR tem por objetivo representar o Exército em competições internacionais e nacionais, motivar e transferir conhecimento, reforçar a imagem de força no país e no exterior e contribuir para o esporte nacional. Vale salientar que esses objetivos estão escritos nessa ordem, aparecendo o desenvolvimento do esporte nacional como último objetivo, ponto que será melhor discutido no último capítulo da dissertação.

Na portaria 656/09 do Exército, pode ser verificado como se deu essa possibilidade de contratação temporária, vale ressaltar que essa questão de vinculação era essencial para as Forças Armadas, pois somente assim poderiam participar com esses atletas nos jogos mundiais militares, ou seja, precisavam-se atletas e foi instrumentalizada uma maneira de tornar esse atleta militar a fim de representar o Brasil.

Nessa portaria diversos pontos foram colocados a fim de permitir essa incorporação temporária, ela distribui várias atribuições a órgãos do exército e uma das missões atribuídas ao Estado Maior do Exército no item 5, alínea b, era justamente a supervisão junto ao Comando Militar do Leste (CML), ao Departamento Geral de Pessoal (DGP) e à Comissão Desportiva do Exército (CDE) a convocação de atletas de alto rendimento para compor as equipes das Forças Armadas para os V Jogos Mundiais Militares-Rio 2011.

Nas prescrições diversas, alínea “e”, detém a seguinte informação.

[...] e. A convocação de militares técnicos temporários deve ser um instrumento utilizado, por meio de Edital de Convocação, para suprir a

²⁹ www.cde.eb.mil.br/historico site da Comissão Desportiva do Exército. Acesso em: 15 abr. 2019.

ausência de atletas de alto rendimento, de acordo com as seguintes premissas:

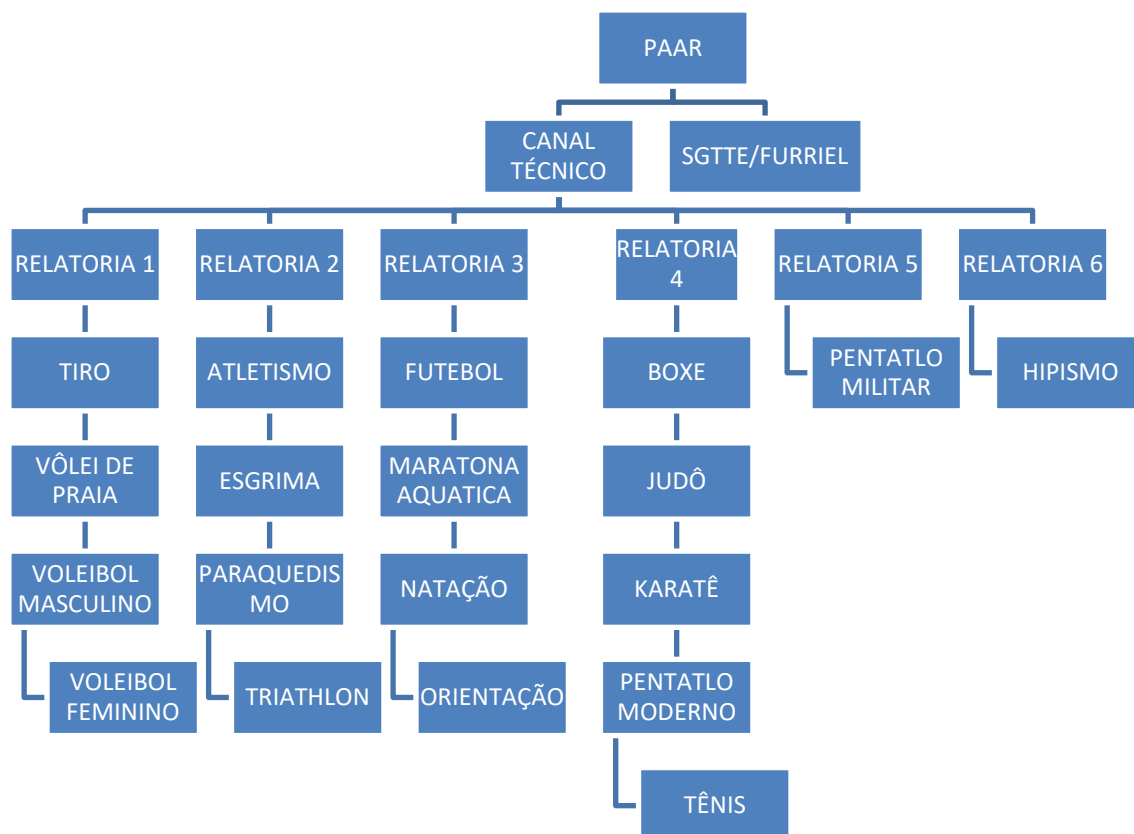
- 1) A convocação deve ser pontual e de acordo com a necessidade específica das modalidades esportivas;
- 2) A convocação deve atender a uma participação efetivada das equipes do Brasil no mundial militar;
- 3) Os atletas convocados devem servir de exemplo e motivação para o militar de carreira. (sem grifos no original) (Portaria 656/09 do Exército)

Nessas informações, permitiu especialmente em seu item 3, um grau de subjetividade que permitiria que o atleta, ainda que tivesse excelentes resultados, somente fosse aceito se seu perfil se encaixasse como um “atleta exemplo” para os militares das Forças Armadas, item subjetivo, mas que possibilitaria um critério de exclusão para o candidato não adequado³⁰, segundo análise da Força.

O PAAR assim nasceu e em seu primeiro edital começou a tomar forma que seria colocado a prova somente no ano de 2011, durante a realização dos Jogos Mundiais Militares no Brasil.

No Exército, o PAAR é dividido em cinco relatorias, que respondem pelo desenvolvimento esportivo de cada modalidade emitindo relatórios dos atletas pertencentes, seus resultados e suas rotinas de treinamento (Figura 5).

³⁰ Por exemplo, um atleta com antecedentes criminais, condenações e outros aspectos que não são admitidos a um militar brasileiro.

Figura 5 - Organograma do PAAR por modalidades

Fonte: Documentos fornecidos pela CDE.

Tal posicionamento legislativo foi uma saída encontrada pelas Forças Armadas para a falta de atletas em níveis de competição, e essa postura do Ministério da Defesa e antigo Ministério do Esporte foi encarado com elogios e críticas pela imprensa nacional, conforme se observa.

Exemplo 1:

Brasil em primeiro nos Jogos Mundiais Militares³¹

Vôlei brasileiro leva a melhor sobre a China em quatro finais (Figura 6). Hoje, último dia de competição, futebol feminino e basquete disputam o ouro. Por **Flávia Ribeiro**

³¹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/brasil-em-primeiro-nos-jogos-mundiais-militares/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

Figura 6 - Seleção brasileira de vôlei



Fonte: Seleção brasileira de vôlei comemora o ouro nos Jogos Olímpicos Mundiais Militares - 24/07/2011. Celso Pupo/Fotoarena/VEJA (RIBEIRO, 2011).

Exemplo 2:

Brasil joga com refugos de clubes³²

JOGOS MILITARES

Evento no Rio começa hoje com futebol

GUSTAVO ALVES

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

Com o reforço de veteranos que não chegaram a ter uma carreira de destaque, a seleção de futebol dá início hoje aos Jogos Mundiais Militares, no Rio de Janeiro, em partida contra a Argélia.

O time incorporou Fábio Augusto (ex-Corinthians e Flamengo), o goleiro Brás (que jogou no Americano), Luiz Fernando (ex-Bahia) e Francis (ex-Portuguesa). Todos se alistaram no Exército ou na Marinha, a partir de edital para convocar interessados em defender o Brasil no gramado militar.

O técnico brasileiro, tenente-coronel Davi Silva Teixeira de Souza, afirmou que o Brasil não é o único a lançar mão de atletas profissionais.

Disse que o time de Camarões é o mesmo de uma seleção formada para jogar um torneio na África Central e que o mesmo ocorre nas seleções do Egito e da Argélia.

Mas o técnico acredita na união do Brasil e no tricampeonato na Copa Militar obtido em 2007, 2009, e 2010.

³² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1507201115.htm>. Acesso em: 17 abr. 2019.

"Futebol é botar os 11 em campo e ir para a guerra", declarou o tenente-coronel.

Assim percebemos que o programa não teve uma aprovação total, o que é compreensível quando falamos de políticas públicas, isso foi abordado por Starepravo, Souza e Marchi Junior (2011), apontando que as discussões a respeito de políticas públicas acabam revelando pontos positivos e negativos. Positivos por uma sociedade passar a discutir questões que antes não eram discutidas pela população e somente por especialistas. Eles asseveram que os especialistas devem policiar sua rigorosidade científica para não correr o risco de incorporar discursos a determinadas causas políticas.

Os atletas selecionados para participarem do programa, obrigatoriamente, como parte integrante do edital, participam de uma adaptação a vida militar, período que dura duas semanas e tem por objetivo conhecer o ambiente militar e ser identificado como um militar (Figura 7) (BRASIL, 2017).

Figura 7 - Treinamento militar para atletas do PAAR.



Fonte: CDE, Major David em apresentação para o curso de Educação Física do EsEFEx.

Entretanto, mesmo com esse período adaptativo, os militares de carreira têm a visão que aquelas pessoas, apesar de estarem trajando a mesma farda que eles,

possuem uma atividade diferente, que não é a defesa da soberania da pátria com o sacrifício da vida e sim uma atividade complementar do Exército assim como existem outras funções técnicas temporárias no Exército.

Isso para os militares que lá estão é razoavelmente possível discernir, entretanto, para a população em geral, tal questão não é tão clarividente, gerando muitas críticas que são exteriorizadas pelos meios de comunicação nacional.

Muito difícil é entender que podemos possuir militares que não necessariamente defendam a soberania do país empunhando armas e sim levantando troféus e recebendo medalhas. Como por vezes é difícil compreender que trabalhos sociais e políticas públicas populacionais podem ser administradas por órgãos de segurança como as Forças Armadas e os militares estaduais que a *prima facie* não têm essa função precípua.

4.2 PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS MILITARES DO EXÉRCITO EM JOGOS OLÍMPICOS

A participação de atletas militares em eventos esportivos já é presente a muitos anos no Exército Brasileiro. O que aconteceu é que com o PAAR essa representatividade esportiva militar foi exponencializada.

Em 1920, na Antuérpia, o tenente do Exército Guilherme Paraense³³ conquistou a medalha de ouro na modalidade tiro pistola rápida e a medalha de bronze por equipe na modalidade tiro pistola livre. Ele, juntamente com 20 companheiros, viajou por conta própria aos Jogos Olímpicos, com esse feito se tornou o primeiro militar a conquistar uma medalha olímpica para o Brasil.

Muitos anos depois, Wenceslau Malta³⁴, atleta de pentatlo moderno, participou dos Jogos Olímpicos de 1956 em Melbourne, alcançando a 31ª colocação e participou dos Jogos Olímpicos de 1960, em Roma, onde ficou na 32ª colocação individual e 13ª por equipe.

³³ Guilherme Paraense foi militar integrante do Exército Brasileiro, com a patente de tenente. Foi atleta do Fluminense Football Club. Disponível em: www.cde.eb.mil.br. Acesso em: 17 maio 2019.

³⁴ Ingressou por concurso, em 1949, na Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza, no Ceará. Concluiu o curso na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre. Em seguida, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, sendo declarado aspirante a oficial da Arma de Artilharia em 1954. Disponível em: www.cde.eb.mil.br. Acesso em: 17 maio 2019.

Esse mesmo evento teve a presença do militar Nilo Jayme Ferreira da Silva³⁵, que juntamente com Wenceslau Malta participou da modalidade pentatlo moderno, porém, não obteve posição no individual ou por equipe.

Outro atleta conhecido nacional e internacionalmente pertencente ao Exército Brasileiro é o cabo João Carlos de Oliveira, mais conhecido como João do Pulo³⁶ que participou dos Jogos Olímpicos de Montreal em 1976, na modalidade de salto triplo, conquistando a medalha de bronze e, em 1980, em Moscou novamente repetiu seu feito, conquistando a medalha de bronze. Além dessas participações olímpicas, João do Pulo conquistou quatro medalhas de ouro em Jogos Pan-Americanos.

Além da participação direta de atletas militares, outra contribuição olímpica muito importante para o esporte brasileiro foi o treinamento da seleção de futebol de 1970. A equipe técnica formada por Admildo Chirol, Carlos Alberto Parreira e pelos militares da EsEFEX Cláudio Coutinho, Kleber Camerino e Raul Carlesso, foram vitais para o resultado obtido. Segundo Soares et al 2004³⁷, muitas vezes esquecida a comissão técnica composta por militares foi de vital importância para o desempenho da seleção de 1970 com o treinamento específico para altitudes sendo os militares requisitados pela Confederação Brasileira de Desportos (CDB).

Nos Jogos Olímpicos de 2012, que foi realizado em Londres, o Brasil participou com 259 membros (PORTAL BRASIL, 2017) entre atletas e comissão técnica, e entre estes, 51 atletas pertenciam à época às Forças Armadas no programa (PAAR), neste ano o país conquistou 17 medalhas e entre estas, cinco medalhas foram conquistadas por atletas militares (BRASIL, 2016b).

As medalhas vieram das modalidades de judô com os 3º sgts. Felipe Kitadai, Sarah Menezes, Mayara Aguiar e Rafael Silva, sendo a medalha de ouro da atleta Sarah Menezes pertencente a Marinha e bronze para os demais. Na modalidade

³⁵ Nilo Jayme Ferreira da Silva (Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1932) é um militar e pentatleta brasileiro. Militar por formação (coronel), começou a praticar esportes no colégio militar. Conheceu o pentatlo moderno aos 21 anos.

³⁶ Militar por formação profissional, após abandonar o atletismo em virtude de um acidente automobilístico em que perdeu uma perna, tornou-se político, sendo eleito para dois mandatos como deputado estadual em seu Estado natal, São Paulo. Realizou o curso de Monitor de Educação Física – 1981 na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).

³⁷ O “futebol arte” e o “planejamento México” na copa de 70: as memórias de Lamartine Pereira da Costa. Antônio Jorge Gonçalves Soares, Marco Antônio Santoro Salvador e Tiago Lisboa Bartholo, **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.10, n 3, p.113-130, set./dez. 2004.

pentatlo moderno a 3º sgt. Yane Marques, do Exército conquistou a medalha de bronze (BRASIL, 2012).

Conforme os dados do Ministério da Defesa, dos 465 atletas do time brasileiro de alto rendimento que participaram da edição dos Jogos Olímpicos 2016 no Rio de Janeiro, 145 pertenciam às Forças Armadas (BRASIL, 2016).

No ano de 2016, 660 militares fizeram parte do PAAR, sendo 76 militares de carreira e outros 594 militares temporários, segundo o Ministério da Defesa (2016).

O Exército contribuiu com 52 atletas da seleção olímpica, com destaque aos atletas da delegação de judô nos Jogos Olímpicos Rio 2016, em que, todos pertenciam às Forças Armadas, sendo sete mulheres da Marinha e sete homens do Exército.

Nos Jogos Olímpicos, as FFAA tiveram papel relevante, tendo em vista que das 19 medalhas do Brasil, 13 destas medalhas foram conquistadas por atletas militares. (BRASIL, 2016b).

Seis medalhas foram conquistadas por atletas da Marinha, quatro pela Força Aérea e três medalhas do Exército com os sargentos Felipe Wu, Poliana Okimoto e Rafael Silva, nas modalidades de tiro, maratona aquática e judô, respectivamente (BRASIL, 2016b).

O Exército conta, em 2019, com o efetivo de atletas de 185, mas com uma possibilidade de contratação de 220 (Quadro 3).

Quadro 3 - Quantitativo de atletas do EB

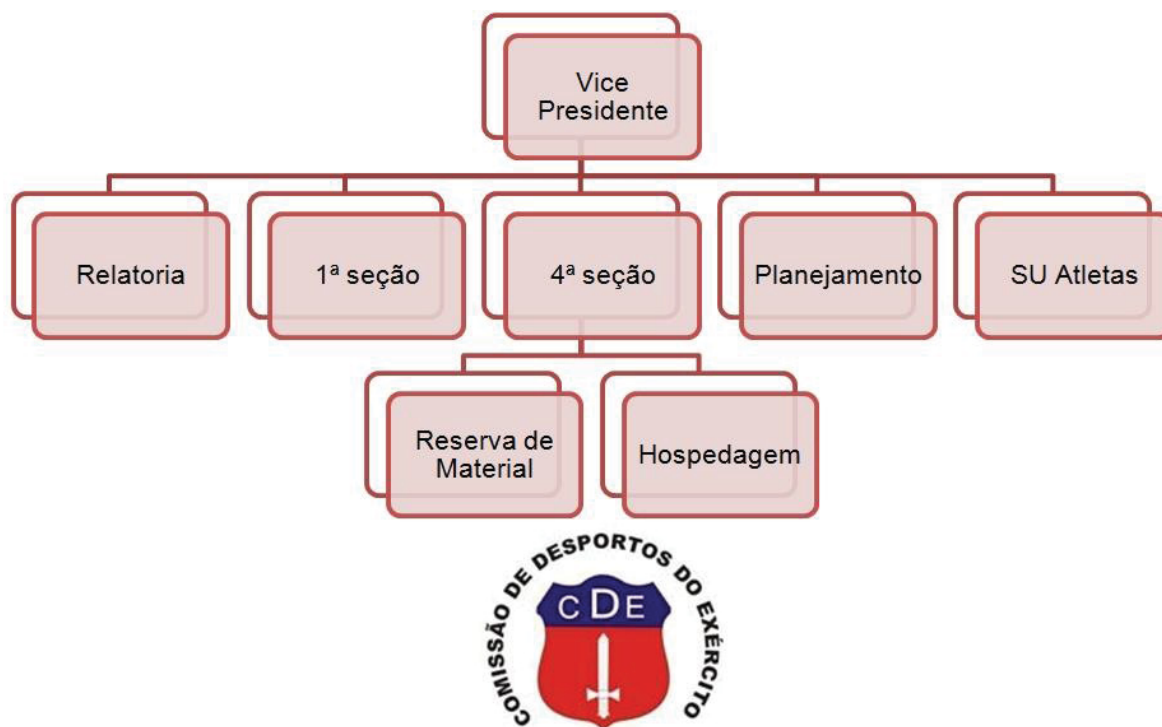
Graduação	Vagas	Efetivo
3º sargento	160	151
Cabo	12	0
Soldado	20	20
Recruta	28	14
TOTAL	220	185

Fonte: Major David, CDE 2019.

5 INFORMAÇÕES DOS AGENTES DE INTERESSE PARA O PROGRAMA DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Após a visita realizada no CDE foi possível entender como funciona dentro do Exército o desporto militar que está intimamente ligado ao PAAR (Figura 8).

Figura 8 - Organograma do CDE



Fonte: www.cde.eb.mil.br.

Para compreender melhor temos como presidente da CDE um oficial general que foi elencado como uma das pessoas que seria importante a ser entrevistada no trabalho. Outro órgão importante que se pode visualizar no organograma são as relatorias de modalidades, que são responsáveis pela fiscalização do que está acontecendo com os atletas, suas performances e treinamentos que são encaminhados para o presidente do CDE em forma de relatórios circunstanciados e posteriormente ao Ministério da Defesa. Após entender esse funcionamento visualizou-se a importância também de entrevistas com pessoas voltadas à relatoria uma vez que estariam muito próximas aos envolvidos.

No quadro onde se lê “SU Atletas” diz respeito ao gerenciamento do programa propriamente dito; nesse setor são feitas as seleções, a formação do atleta como militar³⁸ e os atendimentos médicos especializados nos laboratórios médicos/esportivos do Exército.

No setor apontado como planejamento são feitos os trabalhos de integração dos trabalhos dos setores do CDE, a consolidação do planejamento das relatorias e a ligação com o CDMB.

Após todo esse trabalho desenvolvido pelo Exército na Comissão Desportiva, são encaminhados os relatórios ao Comando do Exército, Ministério da Defesa e Secretaria Especial do Esporte. Ressalta-se que a verba que estamos falando especificamente ao programa é paga diretamente ao atleta, não tendo nenhum intermediário, sendo pago esse salário pela folha de pagamento de cada Força Armada, já estipulada para o cargo técnico que desempenham, sendo assim, esse dinheiro pago aos atletas foi remanejado dentro do Ministério da Defesa que já era previsto ao Exército, por exemplo, que é nosso objeto de estudo. Logo o que aconteceu foi a implantação do cargo técnico, não havendo aumento de efetivo.

Os atletas que participam do programa são contratados com uma incumbência: representar o Brasil em eventos militares nacionais e internacionais, assim a Marinha, Exército e Aeronáutica encaminham os seus melhores atletas para representar o Brasil em competições militares. Além dessa incumbência, natural é o atleta nesse nível de rendimento disputar competições civis nacionais e internacionais, a fim de representar o Brasil, manter seu posicionamento no ranking de sua modalidade e realizar seu planejamento pessoal e técnico.

Após esta breve explicação foram realizadas as entrevistas com comandantes, gestores do PAAR, relatores de modalidades do PAAR e membros da Secretaria Especial do Esporte, no total de quatro entrevistas. Será mantido o sigilo das entrevistas, para tanto foram atribuídos as letras e os números para os entrevistados, sendo que a entrevista na íntegra será arquivada pela pesquisadora e disponibilizada caso seja de interesse do comitê de ética já citado e aprovado no trabalho.

³⁸ O atleta ao ingressar no PAAR passa obrigatoriamente por um estágio militar de adaptação com duração aproximada de 15 dias e anualmente por uma reciclagem. Essa adaptação e reciclagem acontecem no Rio de Janeiro-RJ na EsEFEx, apesar de os atletas poderem residir em diversos lugares do Brasil, geralmente em seu local de treinamento habitual.

Conforme explicado na metodologia do trabalho, foi utilizado o software NVivo, que auxiliou na organização das entrevistas (Quadro 4). Como não foram encontrados trabalhos específicos ao PAAR, optou-se por definir as categorias de estudo posteriormente à realização das entrevistas, chegando as seguintes categorias de análise:

- 1) outros países que possuem programas semelhantes;
- 2) benefícios do PAAR;
- 3) continuidade do programa;
- 4) criação legislativa;
- 5) exercício na configuração esportiva;
- 6) fatores negativos;
- 7) motivação na criação do programa;
- 8) objetivo do programa;
- 9) resultados;
- 10) verbas.

Quadro 4 - Percentuais obtidas pelo programa NVivo

	C1	C2	C3	C4	Total
Países com programas similares	0	0.82%	3.30%	0	4.12%
Benefícios do PAAR	15.38%	2.38%	2.75%	6.57%	27.08%
Continuidade do programa	5.16%	3.99%	0	1.79%	10.94%
Criação legislativa	8.33%	6.54%	3%	8.50%	26.37%
Configuração esportiva	5.81%	8.39%	4.67%	4.52%	23.39%
Fatores negativos	11.54%	5.94%	0	8.29%	25.77%
Motivação de criação PAAR	9.23%	13.69%	3.65%	3.54%	30.11%
Objetivos do programa	4.48%	0	3.73%	0	8.21%
Resultados	3.35%	3.35%	1.29%	0.53%	8.52%
Verbas	0	4.69%	2.61%	1.13%	8.43%

Fonte: Adaptado de NVivo.

Diante das categorias identificadas nas entrevistas realizadas, cada uma será discutida e avaliada de maneira individual e pormenorizada. Ao ser submetida à organização do *software*, cada entrevista perfaz um total de 100%, foram elencadas dez categorias de maior frequência, usando o software foi verificada o percentual da categoria dentro de cada entrevista, conforme descrito no Quadro 4.

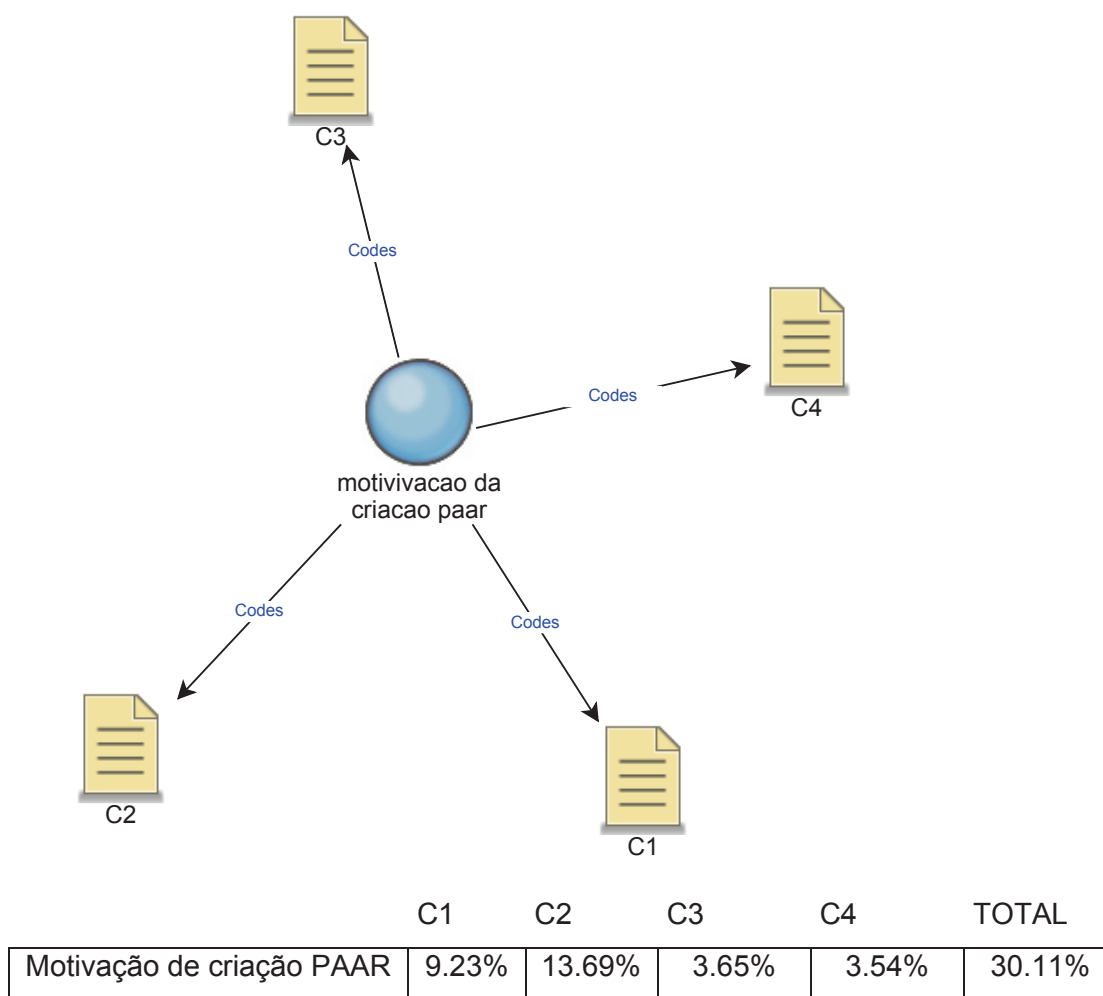
Assim sendo, cada percentual anteriormente descrito se refere à frequência deste na entrevista de cada um dos entrevistados e no somatório o quanto apareceu a categoria em todas as entrevistas.

5.1 FATORES MOTIVACIONAIS PARA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA

No decorrer das entrevistas, a motivação foi um ponto muito importante que elencado e neste momento se transforma como o primeiro tópico a ser abordado (Gráfico 1).

Com a análise das entrevistas, pode-se perceber que esta categoria foi identificada por todos os participantes da pesquisa.

Gráfico 1 - Motivação de criação do PAAR



Fonte: Adaptado de NVivo.

Como foi apontado anteriormente na questão sociológica, quando falamos da construção de uma política pública esportiva, a qual foi implementada no país por meio de uma legislação esportiva, vários interesses estavam intrínsecos nesse momento, e normal foi o aparecimento desses interesses nas entrevistas. Porém, o que não sabíamos era exatamente que tipo de interesses poderíamos observar. Com o estudo foram identificados os dez principais fatores que permeiam o PAAR no Brasil, entretanto a pesquisa não esgota o assunto, que possui muitas vertentes que podem ser analisadas.

Nesse sentido, Starepravo e Marchi Junior (2016), em artigo que trata a respeito de políticas públicas do esporte no Brasil, apontam que o subcampo político/burocrático de esporte e lazer no Brasil é por princípio um espaço de coexistência de interesses públicos e privados. Explica que se apresenta como uma balança que em determinados momentos pende para o interesse público coletivo, ora pende para os interesses particulares.

Ao analisar a fala de C1, percebe-se que a intenção de criação do PAAR, pelo que se percebe não foi algo que se construiu rapidamente, ele aponta que há algum tempo se tinha a intenção de criar um batalhão de atletas militares. Porém, essa questão de manter militares somente como atletas não parecia ser totalmente viável, pois retirava o militar do local que deveria realmente estar, com sua tropa. Assim percebe-se que pela fala do entrevistado que a criação do PAAR atenderia os anseios do Exército e também do esporte de alto rendimento nacional.

[...] O sonho, ele é muito antigo, se discute a muito tempo, a nossa comissão já teve uma época de ter ideia de ter um batalhão de atletas, depois virou uma companhia de atletas, que era pegar os militares que eram atletas, e como eu, por exemplo, no lugar de ficar lá no quartel, iria servir aqui para passar a minha vida treinando, mas isso sempre foi meio complicado, porque na minha carreira eu não iria ficar treinando como atleta, eu era um Capitão, Tenente, tinha que estar com meu pessoal, com a minha função principal. Mas aí, os Jogos Mundiais Militares criam essa oportunidade do Exército ceder algumas vagas que ele mesmo tinha para serviços temporários, perdão efetivos, cerca de 160 e poucos, voltados para convocar atletas. Depois do resultado dos Jogos 2011 que nós fomos campeões, se percebeu que a gente até fomentou o esporte também, então hoje a principal ferramenta é dizer que a gente está ajudando o Desporto Nacional, com esse apoio aos atletas que a gente tem dado, atletas jovens, atletas promessa para as Olimpíadas, etc. (Fonte: C1)

Ao analisar a fala do entrevistado percebe-se que ele não julga cabível um militar ser incorporado ao Exército e permanecer uma carreira toda treinando para competições, que um militar tem outras atribuições ainda mais um oficial, que tem como função comandar e não somente executar ordens, e nesse sentido parece explicitar as diversas funções de um militar.

Outro fator importante, elencado pelo entrevistado C1, foi projetar o Exército nacionalmente, nesse sentido, não se pode olvidar que o Exército, bem como as demais Forças Armadas brasileiras, foram evidenciadas após a participação de seus atletas em competições internacionais, gerando até mesmo discussão pelo fato de alguns atletas prestarem continência³⁹. Nesse aspecto então aponta como uma das motivações para a criação do programa a projeção do Exército: “é um objetivo estratégico, projetar o Exército Brasileiro nacionalmente, é um objetivo.”

O entrevistado C2 referencia quatro vezes durante sua entrevista à questão da motivação para criação do PAAR, em sua primeira citação, ele acredita que a questão do financiamento e estrutura, entendendo isso como uma necessidade do atleta brasileiro e uma possibilidade de contribuição pelo Ministério da Defesa, tornou isso um dos fatores determinantes.

[...]o objetivo principal, essa é minha opinião, fosse dar um suporte a mais para os atletas, então seria uma possibilidade de financiar o atleta com um salário e obviamente que ele pudesse ganhar na infraestrutura, nos espaços que ele poderia utilizar para os seus treinamentos, em função dos nossos centros de excelência do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e o apoio que ele pode receber tanto de profissionais, não necessariamente da área da Educação Física, mas na área da saúde como um todo, pela possibilidade de terem assistência médica, apoio de nutricionistas, fisioterapeutas, médicos, a Ciência do Esporte que tem nos institutos de pesquisa, então acredito que tenha sido uma visualização do Ministério do Esporte na época, com o Ministério da Defesa de que haveria essa possibilidade de dar um maior suporte ao desporto [...] (Fonte: C2)

³⁹ Continência é a saudação militar. Ela é o sinal de respeito dado pelo militar individualmente a seus camaradas - superiores, iguais ou subordinados - às autoridades, à Bandeira ou Hino Nacional, à tropa, na conformidade deste regulamento, ou dado coletivamente pela tropa nas mesmas condições. A continência de um militar a outro é essencialmente impessoal, e por isso é uma absoluta obrigação mútua, a cumprir em qualquer situação.

Ainda, C2 confirma a mesma questão já levantada por C1, de que o Exército tinha o interesse em ter um batalhão específico de atletas, foi novamente colocada e que esta ideia já circulava pelo Exército antes mesmo da efetivação do PAAR,

[...] As Forças Armadas há muito queriam, isso eu falo pelo Exército, ter um batalhão, um efetivo diretamente relacionado com o esporte, e aí possivelmente alguém deva ter falado isso lá na CDE, no CCFEx, que já haviam uns projetos antigos de décadas passadas criação de um batalhão de atletas lá no Forte São João, e eu me lembro bem do General falando disso quando nós estávamos lá criando o PAAR [...].
(Fonte: C2)

Aliado então a todos esses interesses já existentes e ainda à questão de que em breve o Brasil seria sede de grandes eventos esportivos culminou na união entre Ministérios a fim de alinhar as ações necessárias para a real instituição do PAAR.

[...] a ideia que eu tenho é que foi em algum momento apareceu essa conversa entre o Ministério do Esporte e Ministério da Defesa para que esse projeto se tornasse possível, teve uma motivação grande a questão do Brasil estar escolhido como sede dos Jogos Mundiais Militares e não poder passar vergonha, talvez essa seria a palavra, não fazer feio na competição, então nós precisávamos ter relevância na competição, e aí claro, a ideia de se ter o atleta de alto rendimento incorporado as Forças aquilo que acontecia todos os anos quando as nossas representações brasileiras iam para os Mundiais Militares e tinha resultados não muito expressivos, aqueles que eram expressivos eram muito pontuais, então se a gente olhar o histórico das nossas medalhas até 2011, que foi os Jogos do Rio, nós tínhamos pouquíssima relevância no cenário internacional, eu me envolvi um bom tempo com o voleibol e conheço companheiros que jogaram nos Mundiais e iam para lá para perder, literalmente, e alguns deles hoje, inclusive são Chefes de Equipes, ainda são Chefes de Equipe ao são Técnicos nas nossas equipes, eles comentaram em algum momento: “a gente não quer mais vir para cá para perder, a gente tem que, em algum momento isso tem que virar, e a gente ter atletas de melhor qualidade para que a gente venha aqui e jogue de igual para igual. [...].
(Fonte: C2)

O entrevistado ainda assevera que as orientações e determinações de como proceder com o PAAR veio do alto comando do Exército e dos membros governamentais, como o Ministério do Esporte, que a intenção precípua do primeiro edital realmente foi a busca de atletas de ponta para representarem as Forças Armadas e que somente em um segundo momento do programa visualizou-se a

possibilidade da contratação de atletas ainda em desenvolvimento como uma forma de apoio esportivo.

[...] a determinação foi dele, e ele recebeu do Comandante do Exército, depois do Ministério da Cidadania, antigo Ministério do Esporte, e a escolha do público a gente buscou o melhor possível, como a gente visava os Jogos de 2011 a gente já se preocupou com o atleta no nível mais alto, para que a gente conseguisse o resultado que a gente queria para os Jogos Mundiais Militares, mesmo havendo possibilidade de depois o Programa começar a pegar atletas pouco menos prontos, para ajudar nesse fomento, na formação dos atletas, então hoje a gente tem uma mescla, atletas que já aparecem mais e outros que estão começando a aparecer. Mas a escolha do público, ela foi de acordo com a modalidade, fomos oferecendo de forma aberta, e entraram os melhores, eu acho que a escolha do público foi democrática, foi prova de títulos e aí os melhores atletas foram ingressando. (Fonte: C2)

O entrevistado C3 referenciou por duas vezes a questão dos motivos que levaram à criação do PAAR no Brasil, e como primeiro motivo ele elenca a intenção das Forças Armadas em obter melhor resultado em competições militares internacionais, assim transparecendo a motivação muito intrínseca às próprias Forças e não uma intenção de representatividade civil.

[...] porque até 2007 no quarto Jogos Mundiais Militares o Brasil enfim, só participava com o pessoal da tropa e tinha um desempenho que não era... enfim, ganhava quatro medalhas, cinco medalhas, então um desempenho abaixo da média, então já que a gente vai sediar os Jogos também além de fazer uma festa bonita, vamos participar dessa festa e vamos fazer um bom resultado. Então foi feito esse trabalho, verificou-se que os outros países tinham um Programa de atletas parecido com esse e aí assim, a gente começou a estudar o que que a gente precisava fazer. (Fonte: C3)

Além desse aspecto apontado por C3, ele aponta além desse interesse o motivo governamental, de o Brasil ter uma boa participação em competições internacionais que estariam na eminência de acontecer.

[...] como eu falei, realmente esses dois Ministérios se unirão, se apoiaram em prol daquele objetivo que era fazer uma festa bonita, receber bem as delegações, e em contra partida representar bem nosso país, então, acredito, eu não estava aqui na CDE, mas com essa parceira da Defesa com o Esporte [...]. (Fonte: C3)

Para o quarto entrevistado C4, o principal motivo para a criação de um programa como o PAAR foi a própria candidatura do Brasil para sediar os grandes eventos esportivos que iniciaram em 2011. E diante da questão de que as FFAA não detinham atletas de elevado nível técnico, pensou-se nessa possibilidade de contratação.

[...] Eu acredito, que a principal motivação foi a candidatura do Brasil para sediar os Jogos Mundiais Militares em 2011. Então, o CISM ele, você deve conhecer ele, Conselho Internacional de Esportes Militares, assim como o COE ele promove a cada quatro anos os Jogos Mundiais Militares, que é bem similar aos Jogos Olímpicos com algumas modalidades olímpicas e algumas modalidades militares, e quando o Brasil ele se propôs a aceitar sediar um evento esse envergadura, ele não poderia simplesmente entrar com um gasto grande na organização e sem proporcionar para a população brasileira, lógico que os militares também, mas que eles pudessem usufruir de todas as modalidades, e as Forças Armadas não tinham algumas modalidades em prática e não tinham militares para entrar nessas competições, aí o idealizador provavelmente, com essa motivação, viu, visualizou que também seria uma oportunidade de alguma forma ajudar no desenvolvimento do Desporto Nacional [...].
(Fonte: C4)

Diante de todas as entrevistas, quando pensamos nos fatores motivacionais para a criação do PAAR, pode-se concluir que o Exército já pensava anteriormente em ter atletas específicos para as disputas da Força, e que pela candidatura do Brasil para os grandes eventos esportivos aliaram-se esses interesses e foi possível a efetivação do programa, como uma janela de oportunidade.

Neste aspecto elencamos como fundamental duas questões de interesses, uma por parte de quem executaria o PAAR, no caso as FFAA na intenção de possuir atletas de qualidade superior para competir em jogos militares, o que já era uma intenção antiga segundo os entrevistados, e em contrapartida, o interesse governamental de ter uma boa participação esportiva, no esporte de alto rendimento nacional, implementando uma política pública em prol dos atletas e sociedade.

5.2 OBJETIVO DO PROGRAMA

Apesar de parecer muito próximo da categoria anterior, o objetivo do programa (Gráfico 2) difere-se das motivações para criação do PAAR por questões bem simples, naquela temos interesses para uma criação, aqui nós temos o que o programa esperava alcançar com sua implementação.

Gráfico 2 - Objetivos do programa



	C1	C2	C3	C4	TOTAL
Objetivos do programa	4.48%	0	3.73%	0	8.21%

Fonte: Adaptado de NVivo.

Se percebermos que desde 1940 o Estado brasileiro, segundo construção de Starepravo e Marchi Junior (2016), passou a visualizar o esporte como manifestação social, porque até aquele momento era prática somente de grupos sociais específicos.

Essa utilização do esporte pelo Estado, e no caso da implementação de uma política pública esportiva, nada mais é que uma ferramenta de consolidação do *habitus* comum (nacionalismo) ou ainda, segundo as palavras do autor, um símbolo de desenvolvimento e modernidade da nação.

[...]Um fenômeno social que trazia prioritariamente interesses particulares é forjado a carregar a bandeira do bem público, com vistas especialmente à constituição de um *habitus* nacional. Como contrapartida, o Estado oferece financiamento aos atletas e às instituições de promoção do esporte e instaura uma dependência tutelar do campo esportivo ao campo político/burocrático (STAREPRAVO; MARCHI JUNIOR, 2016, p. 48).

Na análise das entrevistas, observa-se que quando falamos de objetivos do programa essa variável aparece muito menos que motivos para a criação do programa, em duas entrevistas apareceram essa categoria e em percentual pequeno.

Na visão de C1, o principal objetivo do programa era o desempenho do Brasil em competições internacionais que estavam por vir, em sua visão o principal objetivo do programa era fazer uma boa apresentação e não ficar tão distante dos países que já possuíam maior tradição esportiva. Isso em sua visão tanto no aspecto militar quanto civil.

[...] ela começou pelo interesse do Exército, na verdade da Confederação Desportiva Militar do Brasil, de ter melhores resultados nos mundiais militares. E particularmente, em 2009 esse ideia surgiu porque em 2011 o Mundial Militar seria aqui, então o Brasil não queria sediar um evento que estava dentro de um escopo dos grandes eventos do esporte, Pan Americano em 2007, Copa do Mundo em 2014, então para o Governo Federal seria o momento de treinar toda essa estrutura, colocar em movimentação toda essa estrutura e 2011, e com isso [...] 'Vamos fazer uma boa representação' [...]. (Fonte: C1)

Na visão de C3, em dois momentos aparecem os objetivos do programa, em um primeiro momento, colaborando com a fala do entrevistado anterior, o objetivo era a representatividade e desempenho melhorado em comparação a versões de jogos anteriores, além disso não deixa de observar a questão de que com o programa, o atleta vai ter apoio maior e isso poderia se transformar em desempenho melhor também, isso para as FFAA, para seu clube, para o Brasil e para si próprio.

[...] o objetivo principal é representar as Forças em competições nacionais e internacionais, sejam elas competições civis, sejam elas competições militares, competições militares normalmente a gente tem uma por ano, seja Campeonatos Mundiais Militares, sejam Jogos Mundiais Militares, e é claro, se o atleta vai estar treinando em alto nível, continua treinando no seu clube, enfim, no local que ele sempre treinou, entendeu, mas recebe realmente algum apoio, um suporte a mais ali de mais uma instituição apoiando, realmente ele vai ter uma estrutura melhor para que ele tenha um desempenho melhor, seja na Competição Militar que é o nosso objetivo principal [...] (Fonte: C3)

O entrevistado C3, ainda expõe a visão do desenvolvimento nacional do esporte de rendimento, principalmente na visão do auxílio ao atleta, o qual, por meio do PAAR é diretamente beneficiado, e não por intermédio de federações e confederações. Nesse sentido, ele coloca o Exército como um promotor do esporte nacional.

[...] E o último obviamente, é um objetivo que a gente tem de contribuir para o desenvolvimento do Desporto Nacional, a gente está ajudando, aí é claro, o atleta sendo militar ele tem remuneração, ele tem direito a assistência médica, odontológica, fisioterápica, ele participa de competições mundiais, então muitos atletas que se destacam em competições civis são militares e estão participando de competições civis, o tempo que ele permanece aqui na ativa conta para a aposentadoria, ele tem férias, ele tem 13°, então todos os direitos trabalhistas ele tem, então isso aí tudo soma para que o atleta realmente seja importante esse apoio para o atleta e para a Força [...].
(Fonte: C3)

Assim, ele assevera que o objetivo do PAAR é a contribuição para o desenvolvimento do esporte brasileiro. A portaria nº 1.415/17, a qual alterou o Regulamento da Comissão de Desportos do Exército (R-170) em seu art. 4º elenca quatro objetivos centrais do PAAR:

Art. 4 O PAAR tem como objetivos:

- I- Representar o Exército Brasileiro em competições esportivas nacionais e internacionais;
- II- Projetar positivamente a imagem da Força Terrestre no país e no exterior;
- III- Motivar a prática esportiva e transferir conhecimento ao público interno; e
- IV- Contribuir para o desenvolvimento do desporto nacional.

Assim, analisamos que a própria portaria do PAAR elenca os objetivos que eram esperados em sua criação e ao analisar esses objetivos propostos, verifica-se que os objetivos apontados na lei foram os mesmos apontados pelos entrevistados.

5.3 CRIAÇÃO LEGISLATIVA

Um dos pontos importantes é o da criação legislativa, como podemos perceber nos tópicos anteriores, apesar de se ter vários motivos para a criação do PAAR, o mesmo precisava ser possível e isto dependeria de uma adequação da legislação brasileira, uma adequação que permitisse que o Exército contratasse ainda que temporariamente esses atletas para representar a força.

Conforme foi analisado na Seção 4.1 desse trabalho, foi realizada uma adequação da legislação de militares temporários, que permitiu a inclusão dos atletas como militares e dessa maneira permitiu que os mesmos participassem nas

competições militares e civis. Nesse sentido, Alves e Pieranti (2007) asseveram que o investimento no esporte de rendimento influencia positivamente a visão da sociedade para os governantes.

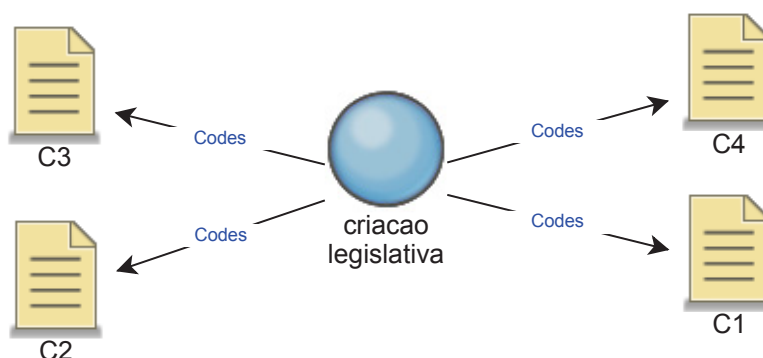
Note-se que, mesmo com toda sua ineficiência no que tange ao esporte brasileiro, o Poder Executivo foi de suma importância em determinados momentos e campos de atuação, notadamente a partir de iniciativas ou decisões políticas que tendiam a ser pontuais e esporádicas. Por meio do patrocínio das empresas estatais, por exemplo, o Poder Executivo, desde a década de 1990, fomentou o esporte competitivo de alto rendimento em diversas modalidades, como o basquete, a natação e o vôlei. Por outro lado, usufruíram os governantes, é certo, das benesses e da popularidade advindas desse investimento, por meio de autopromoção e vinculação de sua imagem ao sucesso de equipes e atletas (ALVES; PIERANTI, 2007, p. 100)

Nessa questão, importante é citar que o envolvimento político no esporte é uma situação que se nota há muito tempo, desde que os governantes perceberam que o esporte poderia trazer popularidade que tanto se almeja.

Starepravo e Marchi Junior (2016) dispõem sobre esta questão e evidenciam que esta forma de apoio esportivo é eficaz em trazer popularidade fazendo com que os agentes tivessem grande visibilidade junto a sociedade.

[...] Um fenômeno social que trazia prioritariamente interesses particulares é forjado a carregar a bandeira do bem público, com vistas especialmente à constituição de um *habitus* nacional. Como contrapartida, o Estado oferece financiamento aos atletas e às instituições de promoção do esporte e instaura uma dependência tutelar do campo esportivo ao campo político/burocrático. Além disso, os agentes do campo político/burocrático que se envolveram com o esporte perceberam ser esse um meio muito eficaz para aprimorar o acúmulo de capital público ou político, já que a natureza do esporte carrega consigo signos de amizade, companheirismo, descontração, além do próprio apelo popular, que fazia com que esses agentes tivessem grande visibilidade junto à sociedade brasileira. A incorporação do campo esportivo pelo campo político/burocrático, sob a justificativa da prevalência da lógica do Estado (pública), rapidamente passa a ser pautada também por interesses individuais daqueles agentes envolvidos com o esporte no âmbito estatal (STAREPRAVO; MARCHI JUNIOR, 2016, p. 48).

Sendo assim, o aparecimento da categoria criação legislativa se deu de forma muito natural nas entrevistas (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Criação legislativa

	C1	C2	C3	C4	TOTAL
Criação legislativa	8.33%	6.54%	3%	8.50%	26.37%

Fonte: Adaptado de NVivo.

O assunto foi apontado por todos os entrevistados, sendo um dos fatores preponderantes para a efetivação do PAAR no Brasil. Na entrevista de C1, por duas vezes foi apontada a situação da criação legislativa, e ele cita diversas pessoas do Ministério da Defesa que contribuíram para que essa alteração legislativa ocorresse e possibilitasse a efetivação da política pública proposta.

[...] Algumas ideias começam com General Sergio, vou falar mais do alto nível, dos estratégicos, é lógico que no nível “descendo” vai ter várias pessoas, mas os que fizeram acontecer, pelo cargo, porque se um General falar: “Ah, não quero isso não”, não teria saído, por maior que seja a liderança ela barra. Então, o General Sergio é o primeiro que começa a trabalhar com isso aí, e o grande transformador é o General Fernando que hoje é o Ministro da Defesa, então ele é o grande que pode viver esse momento e teve que implantar. As ideias começam lá atrás, General Heleno já falava sobre isso, ele é Ministro do GSI hoje, ele General Heleno, com as ideias dele, depois o General Sergio vai conseguir colocar isso no papel, e o grande executor foi o General Fernando, estas são as grandes lideranças (Fonte: C1).

Nessa passagem esse entrevistado explica como se deu todo o processo de influências de poderes que ensejaram na adaptação da legislação para possibilitar a contratação dos atletas, e que houve incentivo por parte dos generais que, à época, detinham o poder de escolha e liderança no Exército.

Trata também do trabalho político e da influência também das outras Forças.

[...] é lógico que teve um trabalho político no próprio Ministério da Defesa, eu estou falando do Exército, mas tem também gente da Marinha que liderou esse processo, a Marinha inclusive, tem uma visão anterior, ela não chama o programa dela de PAAR, chama o programa dela de Programa Olímpico, ele é anterior a essa época. (Fonte: C1)

O segundo entrevistado, quando se trata do quesito criação legislativa, relata a implementação do programa por meio do edital.

[...] houve uma iniciativa das Forças, não somente necessariamente do Exército, até porque a Marinha começou primeiro, mas houve uma iniciativa de que nós não podemos ser irrelevantes nessa competição, nós estamos sediando, nós temos que mostrar que nós temos o Desporto Militar bem desenvolvido, e aí foi a motivação para que o processo do PAAR fosse implementado, através de um edital público, essa foi a forma de implementação, em que primeiro buscou atender os requisitos legais para a incorporação. (Fonte: C2)

Ele, C2, se refere ao edital que possibilitou a inclusão dos atletas e o início do programa; o entrevistado ainda expõe que essa alteração legislativa foi a materialização da determinação que foi dada ao Exército “o programa que foi implementado, se destacaram pelo profissionalismo de tentar entender a legislação, entender a missão recebida e que tipo de público nós queríamos incorporar ao Exército”.

O entrevistado ainda explica exatamente o apontado no capítulo 4.1 do trabalho, sobre a alteração na legislação e também a respeito da quantidade de vagas disponibilizadas para o programa.

[...] é uma ação do Ministério da Defesa para verificar o limite de militares autorizados, porque isso é o que acontece, anualmente no Exército sai uma legislação que trata sobre o limite autorizado do Exército, o limite de vagas que serão ocupadas, e aí foi feito um estudo e vagas do Terceiro Sargento que não estavam sendo ocupadas e que poderiam ser ocupadas por esta especialidade específica de atleta de alto rendimento, terceiro treinamento técnico em desporto e lazer, esse eu acho que foi o termo que nos embasamos a legislação do Exército. (Fonte: C2)

Ele ainda expõe que não foi necessária uma grande alteração legislativa, somente foi previsto, por meio desses editais o cargo técnico de atleta.

[...] o Programa em si, somente foi uma inclusão de Sargentos nessa especialidade de incorporar militares que já existia a previsão dessa especialidade na nossa legislação, e as vagas foram carreadas na possibilidade de efetivo disponível, vagas ociosas, então eu acho que essa seria a melhor resposta.

Da mesma forma o terceiro entrevistado (C3), assim como os demais entrevistados, por duas vezes apontaram a criação legislativa como um fator importante para o PAAR.

[...] claro que a legislação maior enfim, ela já existia só foi adaptada para a criação de uma especialidade, mas existe uma outra legislação que você tem que regular o Programa propriamente dito, então essa legislação é que ela tem como base o que o atleta tem direito, quais os deveres, enfim somada as legislações militares, ele vai ter todos os deveres e todos os direitos de qualquer militar tem, seja técnico temporário, seja da área da saúde, enfim, do temporário. (Fonte: C3)

Uma legislação que faz a previsão de deveres e recompensas para os atletas e vem ao encontro do que o Brasil e as FFAA queriam no momento governamental. No Exército, esse edital é atrelado à primeira região militar, centralizando no CDE e em sua origem sempre precede a análise jurídica.

[...] os editais no Exército, a CDE ela está vinculada a primeira Região Militar, então a responsabilidade de contratação de um militar Temporário na Região Militar, é da Região Militar, então como era um edital muito específico, a Comissão de Desportos do Exército monta o edital, e leva para a aprovação do Comandante da Região Militar, que é um General de três estrelas, e aí esse edital ele vai para a consultoria jurídica do Exército lá em Brasília, como se fosse ir para ser JU, mas hoje em dia ele está indo para a consultoria jurídica, a consultoria jurídica verifica, faz os apontamentos necessários. (Fonte: C3)

Assim, o nosso quarto entrevistado lembrou o que o primeiro entrevistado cita a fim de apontar a articulação da criação legislativa, por parte tanto do comando das FFAA quanto dos políticos que ocupavam cadeiras importantes à época.

[...] era o General Brasil, o atual Ministro da Defesa, acredito que na época por ele ser o Presidente da Comissão de Desportos do Exército e Chefe do Centro de Capacitação Física, ele que iniciou esse estudo, provavelmente ele deve ter juntado um grupo de estudo de outros militares ou até também, gestores do esporte, na época o antigo Ministério do Esporte, atual Secretaria Especial de Esporte, e provavelmente iniciaram, foram os pioneiros na implementação ou pelo menos na implementação da ideia de um programa desta envergadura. (Fonte: C4)

Nessa construção, o nosso quarto entrevistado aponta que algumas pessoas foram responsáveis por esse impulso legislativo que ocorreu à época e que seus efeitos são vistos até o presente momento.

[...] era o General Brasil, e também depois que eu voltei que já era a solidificação do Programa, que já estava já iniciando o ciclo Olímpico do Rio 2016, o General Brasil eu lembro que nessa época ele também era um defensor ferrenho da manutenção do Programa, que já era uma época que já estava... Eu não lembro exatamente a data termino desta primeira portaria, mas, se não estou equivocado já era por ali em 2016/2017 ele foi um dos que “não, vamos manter, vamos prosseguir”, do General Brasil eu me lembro, mas de outros nomes... O Coronel Cerqueira Lima, ele também serviu bastante tempo aqui na Comissão de Desportos do Exército, ele ficou à disposição do Comitê Olímpico Brasileiro para a montagem dos Jogos Olímpicos Rio 2016, ele também era e ainda é, e atualmente ele está no Japão ajudando na montagem da Olimpíada de Tóquio, na modalidade de Pentatlo Moderno, e ele também é um incentivador. (Fonte: C4)

Assim revela-se a adequação do cargo técnico, da mesma forma já apontada anteriormente.

[...] na verdade foi criado um cargo técnico dentro da legislação que já permitia o Sargento temporário, então na verdade, essa pergunta seria no sentido realmente se precisou ter essa força política, ou se simplesmente o Ministério da Defesa conseguiria, ou o próprio Comando do Exército, fazer essas modificações, esse acréscimo dentro, esse cargo técnico. (Fonte: C4)

Sendo assim, ficou-se na dúvida se precisou desse “empurrão” legislativo para que o PAAR pudesse ocorrer, sendo respondido pelo entrevistado que a proposta era interessante aos dois Ministérios envolvidos e acredita-se que isso fez com que progredisse “provavelmente estreitamento de laços entre os dois Ministérios deve ter

ajudado mais, acredito que foi uma proposta que por si só já se mostrava benéfico para os dois ministérios”.

Então o entrevistado retorna a questão de que o que ocorreu foi realmente uma modificação da legislação já existente vindo em encontro com os anseios de vários envolvidos.

[...] já existia uma legislação para Sargento temporário, na verdade foi uma adequação para ter o Sargento temporário técnico em desporto, se não me engano, eu acho que é isso, então acabou que esse cargo criado para um Sargento temporário que já existia, ele se adequou a verba que já vinha para a formação e a permanência dos Sargentos temporários dentro Exército. (Fonte: C4)

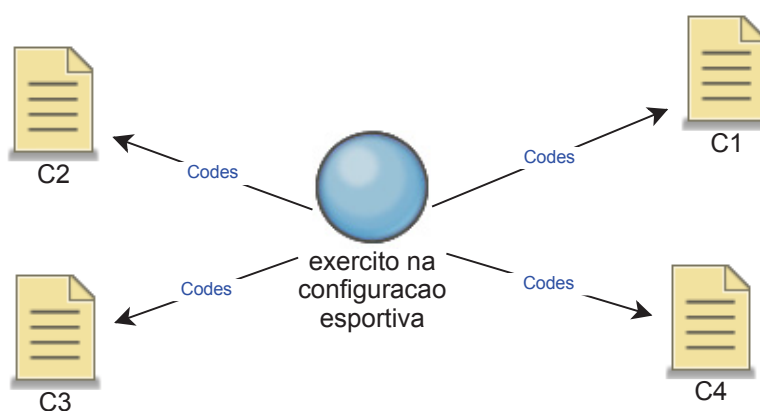
E essas modificações foram primordiais para que o programa iniciasse, se consolidasse e permanecesse, pois, a grande questão aqui é que essas modificações deixaram o programa atrelado à verba destinada ao pagamento de pessoal e isso permitiu que ela fosse mais sólida. A questão de a verba ser de pessoal será abordado mais a frente.

5.4 EXÉRCITO NA CONFIGURAÇÃO ESPORTIVA

Para que esta categoria pudesse ser explorada, necessário se faz entender o que é a configuração esportiva. Para tanto, a seção 3 foi dedicada por completo para explicar esse tema. Entretanto, para não perder a clareza pretendida vamos relembrar algumas questões apontadas por Elias. Podemos entender a configuração social como um padrão criado, padrão que pode se transformar, que não permanece estático, esses padrões são criações, ações e relações feitas pelos próprios jogadores (ELIAS, 2008).

O relacionamento humano pode ser traduzido em um jogo, que se transforma em um sistema complexo de interdependências, ele pode ser utilizado para compreender diversos tipos de grupos, desde menores até maiores, sendo que o que vai diferenciar tais relações são justamente as complexidades dessas relações, tendo em vista o tamanho do grupo (GARRIGOU, 2001).

Nesse sentido, ao analisar as entrevistas, percebeu-se que essa categoria apareceu em todas as entrevistas, em um percentual muito próximo em cada entrevista (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Configuração esportiva

	C1	C2	C3	C4	TOTAL
Configuração esportiva	5.81%	8.39%	4.67%	4.52%	23.39%

Fonte: Adaptado de NVivo.

No sentido da configuração social do PAAR, no cenário esportivo nacional, os entrevistados foram muito claros em apontar em suas análises o quão importante foi o programa.

O primeiro entrevistado C1 asseverou que as contribuições do PAAR permearam diversos setores, não sendo uma vantagem somente para o EB e sim para o desporto nacional, para os atletas entre outros envolvidos.

[...] Eu acho que ele contribuiu não só para o desporto nacional, na última Olimpíada 70% das medalhas foram conquistadas por militares com o nosso apoio, o Major Davi sabe, eu tenho muito cuidado, são meus atletas? Mais ou menos, são mais ou menos, não são meus atletas, eles são militares, são atletas de clubes os quais treinam com o meu apoio, mas, são militares, são meus sargentos, mas não são meus atletas, são meus cabos, meus soldados, mas não são meus atletas. Eu tenho tentado colocar isso ai, até porque é uma percepção geral dos clubes, há um certo ciúme, dos treinadores [...] 'eu que treinei esses caras, o Exército vai dizer [...]' Então a gente tem trabalhado de tentar mostrar que não, como atleta, o atleta é do Pinheiros, mas são nossos sargentos, como sargentos são meus. (Fonte: C1)

Nesse sentido, o entrevistado soube demonstrar com suas palavras as diversas configurações que o atleta pode formar, contribuindo e aparecendo em diversas

frentes e não somente naquela em que sobe no pódio e presta uma continência ou usa um adesivo do EB em seu corpo.

Para C2, ocorreu um entrelaçamento, de muitas pessoas que se uniram para tentar fazer com que a política pública e os objetivos definidos pela legislação do PAAR fossem alcançados, fazendo uma configuração de diversos agentes, culminando para a efetivação do programa que poderia não sair do papel se não tivesse apoio e interesse.

[...] teve muito Militar de fora do Rio de Janeiro que ajudou ao avisar sobre o processo seletivo em clubes, em Confederações, e entidades desportivas espalhadas pelo país, então no CCFEx é difícil de dizer uma pessoa que tenha se destacado. (Fonte: C2)

Outra configuração apontada por C2 foi o interesse dos atletas em fazer parte do programa e de quererem o ingresso nas FFAA.

[...] E dos atletas, difícil dizer a concorrência foi muito grande e chamou muita atenção a vontade das pessoas em participar, principalmente no primeiro edital, algo inédito, desconhecido, por mais que alguns já tivessem ouvido falar do da Marinha, mas as pessoas buscando um espaço para ter uma renda fixa, a muitos isso, pelo menos por um ano que é o contrato, renovado anualmente, mas por um ano ter um salário de terceiro sargento, um apoio, para muitas modalidades isso fez muita diferença. (Fonte: C2)

Após notado esse interesse, percebe-se pela fala do entrevistado C2 que o programa amadureceu, fortaleceu-se e continua atendendo os objetivos dispostos na legislação.

[...] se o PAAR tem contribuído para a formação esportiva brasileira, eu acho que sim, eu acho que hoje é um Programa maduro, é um Programa já com dez anos, nós vamos celebrar isso agora, dez anos do PAAR no Exército, e eu acho que contribui hoje para o desporto nacional, já configura um apoio perene, que se busca manter, que os atletas já verificam de outra maneira como um apoio a mais, acho que a gente tem que pensar nisso, como um apoio a mais, não é o principal apoio, é mais uma peça da engrenagem do esporte nacional, o apoio dos clubes, das entidades que descobrem os atletas, que formam, que fazem o polimento deles, depois o Governo Federal com Bolsa Atleta, Bolsa Pódio, e o Comitê Olímpico, as Confederações, Secretaria Especial do Esporte, e o Ministério da Defesa dando apoio para alguns atletas, então a gente tem acompanhado isso, a gente tem

acompanhando os resultados dos atletas que fazem parte do nosso Programa e o alcance que ele tem nas competições, então agora nós estamos acompanhando nas modalidades, nas modalidades que nós temos atletas do PAAR, a gente está com um pouco mais de 70% das medalhas, o atleta é participante do PAAR [...] (Fonte: C2)

O entrevistado tem uma visão ampla do que é o programa e não acredita que o PAAR é o único fator de sucesso do atleta e se coloca no papel do EB de apoiador ao esporte de rendimento contando com uma série de vantagens para o EB que já foram suscitadas anteriormente e que estão previstas, conforme demonstrado no trabalho, no próprio texto legislativo.

O entrevistado C3, por três oportunidades em sua entrevista aponta o PAAR na configuração esportiva brasileira. Primeiramente ele fala justamente na questão da soma de esforços para o fortalecimento do esporte nacional.

[...] na verdade a gente veio para somar, a gente veio acrescentar ao trabalho que as entidades já vêm fazendo, os clubes, as Federações Estaduais, as Confederações, o Comitê Olímpico, o Ministério do Esporte, enfim, todos esses trabalhavam em prol do desporto, então a formação do atleta enfim até ele chegar num alto rendimento, isso tudo é de responsabilidade dessas instituições, o que o Exército veio fazer, é somar, é ser mais uma instituição que apoia. (Fonte: C3)

Partindo do mesmo entendimento anterior de apoio ao esporte, ele ainda aponta que este entrelaçamento é benéfico para as outras instituições envolvidas no esporte de rendimento, fazendo parte de grande engrenagem que seria a RNT no Brasil.

[...] Então acredito que seja bom internamente para a instituição e seja bom também para o atleta, e claro, para os clubes, para as Federações, as Confederações, os Ministérios envolvidos, porque todo mundo nessa parceria sai ganhando, e o mais importante é todo mundo entender o papel de cada um ali naquela engrenagem, para que aquela engrenagem ela funcione e a gente de suporte a quem merece suporte, a quem tem que receber o suporte, que o ator principal, quem é o autor principal disso aí?. (Fonte: C3)

O entrevistado inclusive faz alusão aos papéis que são desempenhados por cada uma das instituições envolvidas no cenário do alto rendimento, mais uma vez trazendo a perspectiva do entrelaçamento dos entes envolvidos e ainda faz uma

comparação, de que pelas características dos militares estes estariam muito próximas às características exigidas de um atleta, sendo dessa maneira mais tranquila a adaptação configurativa ao meio inserido.

[...] quando você fala que o cara é Militar ou é um Policial Militar, você já imagina aquela figura daquele cara com a saúde boa, um cara que treina, uma pessoa ativa, fisicamente ativa, então é justamente isso que a gente sempre foi, desde a criação das Forças Armadas, as Forças Auxiliares, então isso aí é inerente a profissão militar, então a química, a união do atleta com o Militarismo ela tem tudo para dar certo, todos os valores, todos os princípios, tudo que é importante para o atleta é praticado pelo militar, porque ele não cai chegar nunca no alto rendimento se ele não praticar, sem ter disciplina, sem ter dedicação, sem ter um foco, sem ter um objetivo, então é importante, a relação dele com o técnico dele é de respeito [...]. (Fonte: C3)

O entrevistado C4 também expõe em seu entendimento a participação do PAAR na configuração esportiva e expõe que as FFAA não são as responsáveis pela formação do atleta e sim seu objetivo é o esporte de rendimento. A dificuldade de fazer essa diferenciação para a sociedade por vezes é uma tarefa complicada, pois a sociedade quer uma participação efetiva e brilhante do atleta em competições internacionais, porém, geralmente só lembra situação a cada quatro anos durante os Jogos Olímpicos, valorizando mais a formação esportiva do que o rendimento esportivo.

[...] É, assim, eu acredito que sim. Não na formação do atleta, mas pelo menos no incentivo, muito mais financeiro para pós ciclo olímpico, que é o que normalmente a gente perde, aqui no Brasil a gente sabe disso, então todos os patrocínios e ajudas que o atleta tem próximo a uma Olimpíada é totalmente diferente de um pós Olimpíada, e a gente sabe que um atleta não se faz só em um ciclo de dois anos, e muito menos em quatro anos, então essa manutenção de uma ajuda financeira para o atleta se manter treinando e não após um ciclo ele ter que despendar tempo e não só treinar, mas também de alguma forma sustentar a família ou, eu acho que isso foi uma das ajudas que o Programa ainda tem dado, e é o que gente até escuta, a cada ciclo de atletas que entram em um novo edital, a gente escuta que... e até não só na entrada, mas nas reciclagens que a gente faz anualmente com os atletas que entraram em anos anteriores, a gente escuta que o que mais da segurança para eles é que eles conseguem pensar em um longo prazo, ou pelo menos de um ano, porque a renovação é anual, é dele mensalmente estar treinando e sabendo que no mês seguinte ele vai ter pelo menos esse salário do Exército que vai ajudar a custear a família dele sobreviver, ou até ele sobreviver com o

esporte. (Fonte: C4)

Um atleta não se mantém somente em um ciclo olímpico, para ele chegar a disputar uma olimpíada muitos fatores de treinamento estão envolvidos, inclusive na manutenção e sobrevivência desse atleta que muitas vezes é esquecido pela sociedade em momentos não olímpicos.

5.5 BENEFÍCIOS DO PAAR

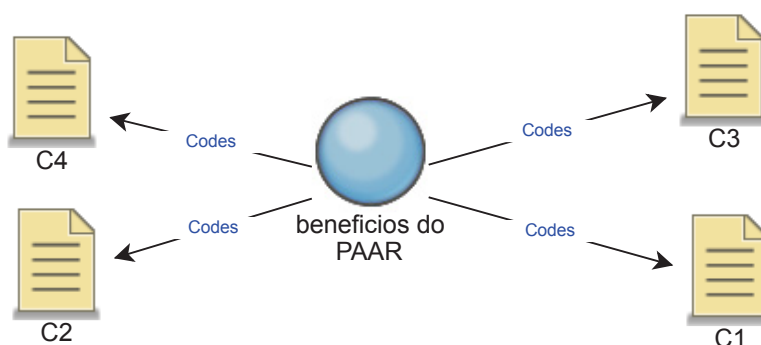
Na construção legislativa de uma política pública como o PAAR, a intenção inicial sempre visa os benefícios; inevitável foi a inclusão, ainda que de maneira intuitiva e ainda no campo das intenções, de fatores que beneficiam várias pessoas e instituições, sejam elas governamentais ou não.

Nas entrevistas essa categoria foi a segunda com maior incidência, demonstrando a importância de tal tema aos entrevistados, porém os fatores negativos também estarão presentes e serão estudados mais a frente.

Os benefícios do PAAR foram notados e foram demonstrados (Gráfico 5), entretanto, não se pode deixar de visualizar que muitos autores fazem críticas ao tipo de financiamento como o PAAR, que tem como escopo o esporte de alto rendimento. Inclusive fazendo alusão aos regimes totalitários que não visam as minorias.

Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais que tem massificado a prática esportiva, isto sem, contudo, democratizar, no sentido de possibilitar as minorias (idosos, deficientes, etc.) efetiva participação. De fato, a intervenção do estado no mundo esportivo, tem sido, no sentido de induzir a prática esportiva na direção dos projetos políticos nacionais, frequentemente voltados para a propaganda e doutrinação (GEBARA, 1995, p. 131).

Mesmo assim, vale apontar que as políticas públicas devem observar todas as nuances esportivas, sendo assim, é importante tanto a política pública do alto rendimento quanto das minorias. Starepravo et al (2016) expõe que a política pública muitas vezes é apenas a parte mais visível de todo um processo desenvolvido num espaço social específico, que comporta disputas, relações, alianças, decisões estratégicas e também não planejadas.

Gráfico 5 - Benefícios do PAAR

Benefícios do PAAR	C1	C2	C3	C4	TOTAL
	15.38%	2.38%	2.75%	6.57%	27.08%

Fonte: Adaptado de NVivo.

Para o primeiro entrevistado, o PAAR além de ajudar o esporte de rendimento brasileiro, contribui para o desporto militar. Aponta o incentivo que estes atletas de alto rendimento desempenham em competições esportivas escolares e em competições dentro das unidades militares que são voltadas para a tropa e não para o alto rendimento.

[...] Tem, tem ajudado bastante e o principal não é isso não, eu acho que ele tem ajudado bastante o nosso desporto militar. Então o próprio desenvolvimento do desporto nas escolas, aí eles tem empregado muito eles para ir, então vai ter uma competição escolar, nós mandamos alguém da área, atleta nosso, figurão, para ir lá, fazer com a crianças para estimular os esportes, então até para dentro isso tem sido... Agora nós fizemos um campeonato de basquete que é do Exército, o Major David organizou, fizemos um jogo no final festivo e os atletas da Força Aérea, hoje da equipe do Brasil mais da Força Aérea, vieram aqui, jogaram conosco, e quem podia jogar não era do alto rendimento, então eles vieram estimular aqueles que não são, 'continua jogando basquete no Quartel, faz de vez em quando um 'torneozinho' não fica só na corrida, no treinamento físico, faz também um esporte'. Então também a existência deles tem ajudado. Na minha percepção. (Fonte: C1)

O entrevistado C1 ainda aponta outro benefício, que seria a melhora na capacitação do militar de carreira, as trocas de conhecimento com atletas e a melhora no ensino da própria Escola de Educação Física do Exército Brasileiro.

[...] e eu vou falar por eles que me antecederam, nós da área da Educação Física, do treinamento físico, a gente só vê coisa positiva. Então, desenvolvimento do Desporto Militar, apoio ao desenvolvimento nacional, melhora da nossa capacidade de técnica e como gestores de alto rendimento do nosso pessoal, então não é só o atleta meu que está ganhando, o Major David ganhou com certeza, quando começou a tratar, conviver, a treinar com esse menino, a troca de conhecimento ela é muito importante, talvez aí seja o grande ganho, para nós aqui do EsEFEX, um grande ganho para nós, e indiretamente o Exército ganha, o aluno é formado aqui, o aluno do calção preto⁴⁰, o aluno do calção cinza é formado aqui, então ele está recebendo dos nossos capitães, majores, e interação nesse ambiente, que trabalham com essas comissões técnicas de alto nível conhecimento que eles vão levar para o resto da vida. Então, o Exército também ganha. (Fonte: C1)

O segundo entrevistado, C2 quando se refere ao primeiro benefício que acredita ter sido alcançado com o PAAR cita a questão da propaganda que o Exército teve com os atletas “até a gente tenta disfarçar que o atleta é militar, ele também é atleta militar, vale como uma propaganda para a gente”. Não se pode negar que realmente essa questão foi um grande benefício que inclusive está discriminado na própria portaria do PAAR.

O entrevistado também coloca como um dos benefícios do programa a possibilidade de não ter que disponibilizar um militar de carreira para o treinamento esportivo de alto rendimento para representar as FFAA e em contrapartida também teria o benefício de ser mais bem representado por um atleta de alto rendimento que estaria representando a instituição.

[...] porque nós temos pessoas altamente capacitadas voltadas para o esporte, é um militar que fica somente especializado nisso, não precisando desviar militares de carreira e suas atribuições para aprender o desporto, e isso acaba trazendo uma imagem positiva nacionalmente e internacionalmente para as Forças, mostra nossa organização, fortalece nossa soberania, nossa imagem perante as demais instituições e a sociedade brasileira, eu acho que são esses os benefícios. (Fonte: C2)

⁴⁰ Denominação que é dada ao militar que faz o curso de instrutor de educação física no EsEFEX.

Na visão de C3, o programa é benéfico para o país e para a força que está representando, além disso ele também cita o desporto escolar, como uma maneira de incentivo na motivação e transferência de conhecimentos que os atletas possuem.

[...] Então, acho que todos os sentidos sejam internamente ou para o país, eu acho que o Programa em si ele é muito bom, claro que ele tem os quatro objetivos que é representar as Forças, o Exército em competições nacionais e internacionais, mas se ele está representando uma competição Militar ou uma competição civil, enfim, independente em competições nacionais e internacionais, é bom porque quer queira quer não ele vai representar a imagem da instituição não só no Brasil como no exterior, seja em competições aqui nível brasileiro ou a nível mundial, a gente trabalha muito de motivar e transferir o conhecimento, então principalmente para o Desporto Escolar. (Fonte: C3)

Ainda, o entrevistado C3 expõe que ajudar o atleta também é, em sua visão, um dos benefícios do PAAR “um dos pontos importantes para o sucesso do Programa, e a intenção nossa vai ser sempre manter esse suporte esse apoio porque a gente sabe da importância de apoiar o atleta, apoiar o esporte”.

Na entrevista, C4 apontou o ganho para o esporte nacional e também citou o ganho para o atleta, principalmente na questão de contribuir para a manutenção esportiva e familiar do atleta, asseverou ainda que além dos salários as FFAA também auxiliam com os gastos das competições, proporcionando dessa maneira outro benefício ao atleta.

eu acho que o desenvolvimento do esporte nacional, ele teve um ganho grande com o Programa do Ministério da Defesa com a Secretaria Especial do Esporte, pelo que nós conversamos inicialmente, sobre o atleta ele é apaixonado pela modalidade que ele pratica, só que a gente sabe que ele tem que sobreviver, então não adianta ele acordar um dia de manhã, ele tem que se alimentar, ele tem que suplementar, ele tem que participar de competição, que normalmente é em local diferente de onde ele treina, e ele tem que custear aquilo, então ele sabendo que mensalmente ele vai ter um dinheiro para ele fazer isso tudo, ele fica ,mais tranquilo para fazer os treinamentos dele e competir. Além das estruturas que as três forças têm, que possibilitam esses atletas a usufruírem para ganho de performance. (Fonte: C4)

Nesse mesmo viés, C4 aponta que a FFAA dá suporte médico hospitalar ao

atleta e sua família, sendo assim um diferencial de outros programas que o atleta participa “uma outra forma, também atendimento médico hospitalar, desses atletas que à pouco tempo atrás a gente conseguiu ratificar e oficializar que eles sejam atendidos nas sedes”.

A propaganda das FFAA aparece sempre como um dos fatores de benefício do PAAR, algo muito evidente para os entrevistados, que se mostram como um dos fatores preponderantes desde a criação do programa.

[...] a própria propaganda, divulgação do atleta brasileiro, até nível nacional que muita gente não conhece ainda, sabe o que é Marinha, Exército e Aeronáutica, mas não tem noção do que se faz dentro da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e esses atletas por passarem um período aqui na Formação Militar, e também uma convivência grande com alguns militares, eles conseguem ser um grande vetor de divulgação para a força, para o Brasil que acaba também tendo benefício interno das pessoas. (Fonte: C4)

O entrevistado C4 aponta também que os atletas que ingressam no programa acabam por conhecer como funciona as FFAA e a satisfação do atleta em representar sua nação.

[...] o ingresso deles na vida militar, eu fiquei impressionado quanto que a maioria sentia orgulho de estar entrando em uma Força Armada e estar representando uma Força Armada em competição, não só civil, não só fora do meio militar, mas também como meio militar, eu fiquei impressionado porque eu não tinha essa real noção. (Fonte: C4)

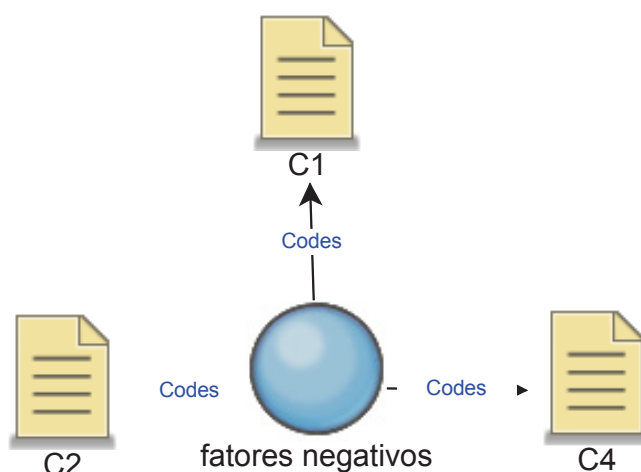
Logo, os benefícios pelo constatado nas entrevistas, no viés das FFAA, foram a representatividade, promoção da força, diminuição de uso do efetivo existente das FFAA para o esporte representativo, entre outros. Foram verificados também benefícios sociais, como o incentivo do esporte no ambiente escolar. Muito evidenciado também pelos entrevistados os benefícios recebidos pelos atletas, não somente de ordem financeira, mas na questão de benefícios médicos e de manutenção familiar.

5.6 FATORES NEGATIVOS

Não somente de fatores positivos esses mais de dez anos do PAAR foi marcado, mas também por aspectos, que na visão dos entrevistados, foram fatores negativos (Gráfico 6). A imprensa brasileira também por diversas vezes fez algumas críticas ao programa, inclusive de que as FFAA vestiam um atleta de militar utilizando o mesmo para sua representação.

Nesse sentido não nos furtamos em entender que uma política pública sempre será permeada de críticas e elogios e isso é até mesmo saudável para que esta política pública atenda os anseios sociais.

Gráfico 6 - Fatores negativos



Fatores negativos	C1	C2	C3	C4	TOTAL
	11.54%	5.94%	0	8.29%	25.77%

Fonte: Adaptado de NVivo.

Quanto aos pontos negativos, C1 aponta que o programa não foi uma unanimidade dentro do Comando do Exército, ele afirma que muitos generais não desejavam que o programa acontecesse “dentro do Exército eu acho que vejo ponto positivo, eu. Vou ser bem claro com você, outros generais não veem nada de positivo, mas os generais que estiveram aqui só veem pontos positivos”.

Com essa fala, constatamos que muitos generais foram contra a implantação do programa, entretanto aqueles que estavam no poder e que desejavam que o

programa acontecesse prevaleceram e o programa foi efetivado.

Outra questão debatida foi o possível esquecimento do desporto militar, aos militares de carreira, situação que preocupa alguns comandantes pois os militares de carreira se sentem desmotivados frente a atletas de alto rendimento.

[...] desporto no Exército são os temporários, alto rendimento”, esse é um cuidado que, eles já eram assim à Comissão de Esportes do Exército já pensava assim, e eu tenho batido nesta tecla que o PAAR é mais um, ele tem que trabalhar por desporto militar, então eu não posso por exemplo, já que tem programa de atleta de alto rendimento, esquecer do desporto militar, de continuar desenvolvendo, o basquete nesse sentido. (Fonte: C1)

Assim, os comandantes como aponta C1 têm tomando cuidado maior com o desporto militar, para os militares de carreira, para que o desporto dentro do Exército não se torne obsoleto.

[...] Então esse é o cuidado que a gente tem que ter, porque amanhã dentro do Exército ele vai começar “cara, pra que que meu pessoal está querendo o pentatlo? Convoca aí, temporário, e bota os caras aqui para fazer”. Então, outro exemplo fácil, eu posso pegar um atirador desse, trazer pra cá, para ele competir. “Não, tiro é com nosso pessoal.” Nós trouxemos atiradores, temos o Vu é um exemplo, temos a Roberta, mas são poucos, e estamos continuando fomentando o tiro, o Vu tem aquele viés da propaganda. (Fonte: C1)

O entrevistado C1 aponta como o maior receio do Exército, em sua visão, o esquecimento do desporto militar pelos militares de carreira.

[...] E o único medo que eu tenho é esse, é que a gente em algum momento alguém receba uma ordem desse tipo, “oh, acabou, agora tudo é PAAR, você não precisa mais fazer competição nenhuma”, por exemplo, ‘ah agora não tem mais que gastar dinheiro com Triathlon, nem com basquete, os atletas seus são do alto rendimento’. Eu sou contra, até porque o alto rendimento pode um dia acabar, e aí? Fazemos o que agora? Então a gente tem bem essa noção aí. (Fonte: C1)

Para C2, foi apontada como fatores negativos a falta de compreensão das federações e clubes que pertencem os atletas para entender que estes têm compromissos com o desporto militar. O atleta ao ingressar na FFAA tem que

participar dos campeonatos militares e essa não adequação do calendário militar com o calendário civil, por vezes, se torna um problema para a Força, para o atleta e para o clube.

[...] as vezes nós temos problemas pontuais com Federações, ou com clubes, porque em algumas modalidades os calendários se conflitam com o calendário do Desporto Militar em alguns momentos, mas eu acho que isso é um problema positivo, porque mostra que o nosso Programa é interessante, os atletas querem participar, e os clubes estão bem em patrocinadores, tem compromissos a cumprir, e os conflitos a gente tenta solucionar para que ninguém saia no prejuízo. (Fonte: C2)

Outro aspecto apontado por C2 como ponto negativo do programa é a não participação dos militares de carreira na representação competitiva do desporto militar; esse ponto já tinha sido citado pelo primeiro entrevistado também, pois existe um receio dos comandantes do EB de que o desporto de rendimento militar seja somente representado pelos militares temporários do PAAR.

[...] Prejuízo, talvez o único prejuízo, ele é muito pequeno nesse aspecto todo que é aquele militar de carreira que se dedica ao trabalho e quando podia estava convocado para participar de uma competição que alguns desses que não tinham o alto rendimento mas que tinham oportunidade de ir para uma competição internacional, esses acabaram perdendo a oportunidade de continuar nesse tipo de competição, mas nós já estamos procurando ferramentas para substituir isso, competições nacionais que possibilitem a participação como sempre existiu, mas estamos tentando fortalecer um pouco mais as competições que não possam comparecer atletas de alto rendimento para a gente manter a busca, e eventualmente até aparece um talento ou outro que até integram a competição internacional, ou pelo menos os treina com o alto rendimento por um período, participa das seletivas visando uma competição internacional. Mas acho que os benefícios são muito superiores, principalmente com relação a imagem e o fortalecimento nacionais. (Fonte: C2)

O terceiro entrevistado não apontou nenhum fator negativo ao programa, entretanto na fala de C4, por quatro oportunidades apareceu a categoria estudada.

Primeiramente ele apontou como negativo a migração de atletas entre os programas das três Forças, pois, quando ele não se adéqua a uma FFAA ele tenta em outra Força *então já teve atleta que saiu do Exército, permaneceu um ano e depois de dois anos ele entrou na Marinha, por exemplo, ou até também por vontade de servir*

a Marinha, ou servir ao Exército.

Outra questão apontada são as dificuldades em estabelecer critérios justos na contratação desse atleta, ele cita, por exemplo, modalidades que são militares e não possuem campeonatos, qual a estratégia que o EB utiliza para esta contratação, porém nem sempre justa ou selecionando os melhores atletas.

[...] Pentatlo Militar, a gente não tem circuito nacional de Pentatlo Militar, não tem circuito internacional de Pentatlo Militar, a gente tem provas do CISME de Pentatlo Militar só que só quem pode competir são os militares, como é que eu vou contratar alguém que é militar. Ai a gente bolou algumas provas, que são provas, testes, eliminatórias e classificatórias com pontuação e acaba que a gente faz os testes aqui, e ai a gente pontua e consegue contratar, mas acaba que a pessoa não é nem daquela modalidade, ela começa, entra, aprende e depois vai se desenvolver naquela modalidade (Fonte: C4).

Um aspecto importante apontado como fator negativo é o alto custo do programa, uma vez que salários, assistência médica para toda família, entre outros benefícios são pagos a estes atletas militares.

[...] É óbices, o custo é um custo alto, os atletas normalmente ele tomam o susto em uma palestra que a gente faz para eles, a gente mostra para eles o custo atleta, e a gente não fala nem para o Exército, e sim atleta para o Brasil, porque a gente explica, o dinheiro que vem para o Exército é um dinheiro da nação, do contribuinte e o recurso, planejamento em ano anterior em A-1 ele vem do Brasil, ele não vem do Exército, não surge do Exército, e ai a gente mostra, um atleta, terceiro Sargento, que recebe cinco mil reais mensalmente, ele pensa que anualmente cinco vezes 12 tem um custo de tantos mil, mas se a gente multiplicar vezes 160, vezes adicional de férias, vezes mais 160, custo com viagens, mais atendimento médico... ai no final surge um número de milhões, e a maioria dos atletas para e pensa, que é um custo que não é baixo para o Brasil manter um Programa dessa envergadura, isso a gente está falando de 160 do Exército, tem mais 140 da Marinha, mais 130 da Aeronáutica, e é um custo alto para que eles entendam que não é só entrar em um Programa desse e simplesmente saber que vai estar recebendo mensalmente um salário só para ele treinar e se manter com a família dele. (Fonte: C4)

E, por fim, aponta novamente o já citado por outros entrevistados de que os militares de carreira são desvalorizados na representatividade do desporto militar.

[...] Então acabou que a gente já teve militares participando de

Olimpíadas e com a entrada de atletas de alto rendimento diminuiu bastante esses militares atletas e não atletas militares, se restringindo mais aos atletas militares, então seria algo que não é tão bom para o Exército, mas a gente pensa mais no Brasil do que no próprio Exército. (Fonte: C4)

Essa preocupação com a desvalorização dos militares de carreira é algo muito importante a ser analisada nessa categoria, pois muitos dos entrevistados apontaram essa questão como algo muito negativo do programa.

5.7 OUTROS PAÍSES QUE POSSUEM PROGRAMAS SEMELHANTES

Quando falamos de programas que envolvem esporte de alto rendimento e as Forças Armadas não é algo atual. Há alguns outros países que já possuíram e outros que ainda possuem o alto rendimento vinculado as FFAA.

Ressaltamos que não é a intenção do trabalho fazer uma exposição completa de que países possuem programas semelhantes, tampouco fazer equiparações entre o PAAR e esses programas.

A exemplo, em análise do modelo americano, temos o *World Class Athlete Program* (WCAP), programa de atleta de classe mundial. Esse programa é um dos mais de 200 programas que visam a melhoria moral, de bem-estar e recreativa do Exército americano (ARMY, 2019), que oferece aos militares e às suas famílias.

No WCAP, o exército americano oferece aos atletas a oportunidade de treinar e competir em eventos nacionais e internacionais, como os jogos militares e também nas Olimpíadas no Brasil em 2016.

Por meio de financiamento do exército americano, os militares que participam do WCAP recebem treinamento especializado, acesso a locais de treinamento de última geração, medicina esportiva e fisioterapia. Segundo o próprio exército americano, o mais importante desse programa é a possibilidade desses militares em participar das principais competições de nível internacional como, por exemplo, as olimpíadas.

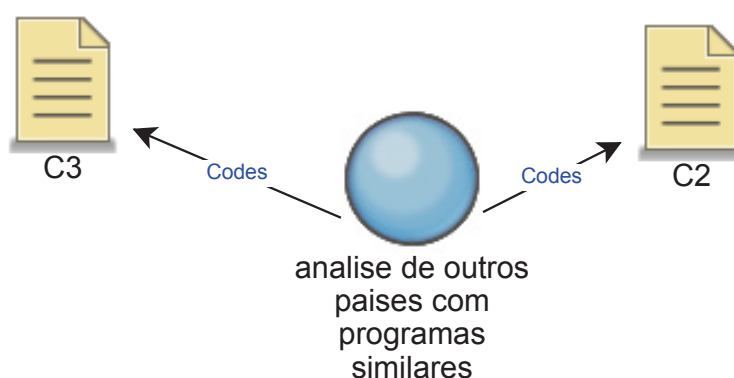
Basicamente para ingressar no programa o militar deve atender os requisitos básicos de participação que são o bom comportamento, Os atletas alistados devem ter concluído o Treinamento Básico de Combate (BCT) e o Treinamento

Individualizado Avançado (Advanced Individualized Training - AIT), uma vez selecionado, o atleta deve ser ranqueado nacional ou internacionalmente pelo corpo governante de seu evento esportivo. Os atletas devem possuir uma Certificação de Classe Mundial do Comitê Olímpico dos Estados Unidos, Reserva do Exército e Guarda Nacional que são selecionados para o programa serão colocados no Active Duty⁴¹. Todos os futuros atletas serão admitidos no programa pelo menos três anos antes do início dos testes olímpicos.

Os atletas do Exército dos EUA recebem treinamento de nível internacional dos principais treinadores dos Estados Unidos. O Exército possui centros de treinamento especializados em alguns eventos, como o boxe, lutas e o pentatlo moderno. Dependendo do esporte, o atleta será encaminhado a um local de treinamento, geralmente perto de uma faculdade ou clube desportivo com um histórico comprovado na preparação de atletas para a competição internacional.

Nas entrevistas realizadas (Gráfico 7) esta categoria foi citada somente por dois entrevistados.

Gráfico 7 - Países que possuem programas semelhantes



Países com programas similares	C1	C2	C3	C4	TOTAL
	0	0.82%	3.30%	0	4.12%

Fonte: Adaptado de NVivo

⁴¹ Situação de treinamento específico para os militares atletas, que tem como foco a melhoria do desempenho atlético do militar.

Segundo C1, a questão de que outros países possuem programas de alto rendimento fez com que as FFAA, percebendo esse desempenho em jogos militares, pensassem na possibilidade de criação de um programa parecido no Brasil.

[...] porque outros países têm projetos de alto rendimento, tem apoio, tem inserção de atletas de alto rendimento nas Forças e a gente precisa ter algo para competir de igual para igual brigar por uma medalha. (Fonte: C1)

C3 explica que a observação no desempenho de outros países em competições militares internacionais e na maneira que eles incorporavam atletas de alto rendimentos em seus países foi um fator que influenciou o Brasil a adotar esse modelo.

[...] Então foi feito esse trabalho, verificou-se que os outros países tinham um Programa de atletas parecido com esse e aí assim, a gente começou a estudar o que que a gente precisava fazer, em termos de legislação para a gente poder receber, montar editais e receber, contratar esses atletas. E aí que foram feitos estudos, pesquisas, adequações nas legislações, criação da especialidade da atividade física de esporte de alto rendimento. (Fonte: C3)

Assim percebe-se que apesar de ser um programa nunca antes realizado no Brasil ele não é uma inovação brasileira, o PAAR foi uma adaptação da observação de comandantes militares em competições internacionais, percebendo que os atletas militares que estavam a participar da competição na verdade eram atletas de rendimento dos países ou naturalizados nos países participantes da competição internacional.

5.8 CONTINUIDADE DO PROGRAMA ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO

Toda política pública sofre com a questão da perenidade, na forma política democrática existente no país, com alternâncias do poder por partidos e entendimentos políticos diversos, muitas políticas públicas podem sofrer da falta de continuidade, tanto pelo insucesso quanto pela falta de interesse governamental.

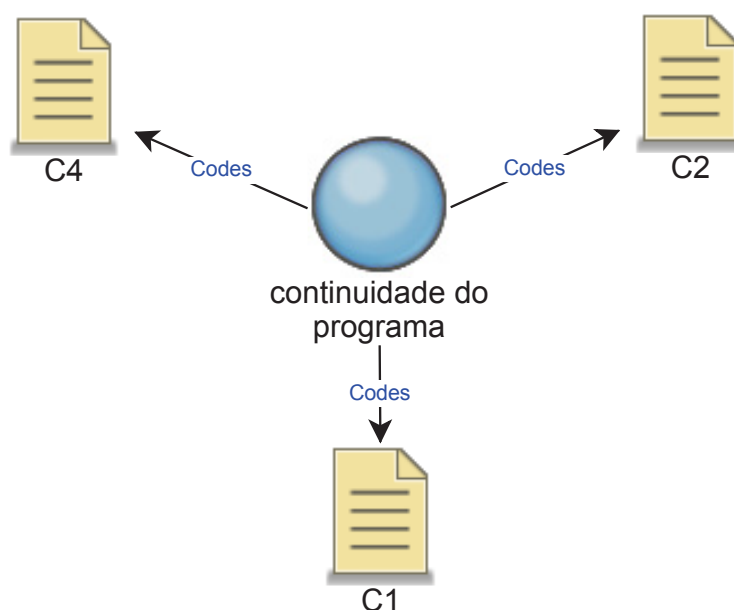
Sendo assim, a análise de um programa que conta com mais de dez anos de criação acaba chamando a atenção positivamente por sua continuidade. Primeiramente se faz necessário entender o que é uma política pública. Nesse

sentido, usando os ensinamentos de Hall (1993), as políticas públicas são compostas de três elementos básicos que são os objetivos, segundo os instrumentos para que se alcancem esses objetivos e por fim os parâmetros desses instrumentos.

Segundo Hall (1993), as intenções que a política pública tenta alcançar, os meios para alcançar esses objetivos e os detalhes de como isso pode acontecer são os fatores preponderantes de uma política pública e quando estes três fatores estão alinhados, presentes e executáveis as políticas se perpetuam. Ele explica em sua obra basicamente que se os três fatores permanecem inalterados a política pública continua, se um ou dois parâmetros se alteram, temos uma mudança da política pública e se os três são alterados simultaneamente, temos a interrupção da política pública.

Nas entrevistas, a continuidade do programa foi um fator citado por três entrevistados (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Continuidade do programa



Continuidade do programa	C1	C2	C3	C4	TOTAL
	5.16%	3.99%	0	1.79%	10.94%

Fonte: Adaptado de NVivo.

C1 aponta que o PAAR como um programa político; ele usa essa colocação para ilustrar que muitos interesses de pessoas permeiam essas questões, justamente

se referindo aos poderes que envolvem os governos. Ainda cita algumas ordens de pessoas e instituições que em sua visão permitiram a continuidade da política pública.

[...] Pode, ele é um programa político, se é político ele depende das pessoas, ele não depende das instituições, então as pessoas dependendo das mudanças. O viés agora deste governo, é inclusive de ampliar o PAAR, já está com uma ordem para ampliar o PAAR, vai tentar ampliar o PAAR, agora pode ser que o Comando do Exército que são as pessoas poderiam dizer: 'Não vamos ampliar'. Mas a tendência é que ele seja ampliado. Eu acredito que ele vai perdurar aí por mais algum tempo, mas fim, acho que o domínio disso é muito complicado, ainda não temos, existem as forças, existem autoridades que são contra isso tudo é política que vai sendo conversado havendo interesse do Ministério da Defesa. (Fonte: C1)

C2, em entrevista, aponta que estudos estão sendo realizados no ano de 2019 para ampliar o PAAR, demonstrando a intenção na continuidade do programa.

[...] Então sempre foi visualizado essa questão do PAAR continuar apoiando o desporto nacional, e hoje posso falar que eu estou trabalhando nisso aqui, nós estamos já trabalhando na portaria de ampliação do PAAR em 30%, essa ideia de aumentar o efetivo dos atletas das três Forças em 30% esse seria o máximo, já estamos vendo os estudos, uma Força não vai conseguir chegar aos 30% em função da legislação, dos limites, dos tetos, mas essa também, novamente será uma ação entre o Ministério da Cidadania, através da Secretaria Especial do Esporte, nós do Ministério da Defesa que está sendo montado já um grupo de trabalho com as três Forças para que a gente estude o caso, aí vai entrar Ministério da Economia, Casa Civil, esse grupo de estudo, grupo de trabalho, hoje está em montagem, eu faço parte desse grupo então já sei que isso está acontecendo. (Fonte: C2)

O entrevistado C2 ainda relata que no EB não existe a preocupação da não continuidade do programa *Então acho que não existe uma preocupação do PAAR não ter prosseguimento, acho que naturalmente vai ter prosseguimento é só saber buscar o público correto.*

O entrevistado C4 tenta expor que o PAAR não é o único planejamento estratégico do EB no setor esportivo, mas ainda sim expõe que o PAAR terá a continuidade.

[...] o planejamento estratégico da CDE não é do PAAR, é da CDE, ele foi feito em 2016 para dez anos, 2026, e agora em 2019 a gente está

juntando para 2020 fazer uma atualização dele, e estender por mais dois, quatro anos, talvez até para tentar encaixar em ciclos Olímpicos, ou ciclos de Mundiais Militares, isso seria ano ímpar, mas esse planejamento não é PAAR, é Comissão de Desporto do Exército, na verdade a CDE é o órgão assessor do Comando do Exército quanto ao Desporto, então o PAAR ele é uma [...] (Fonte: C4)

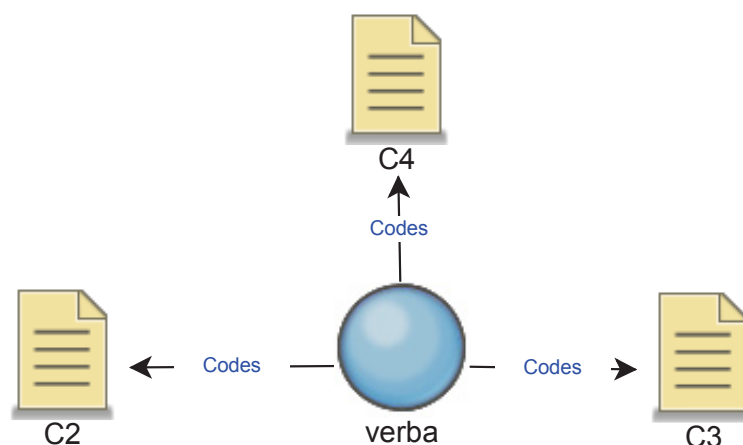
O planejamento estratégico esportivo permeia tanto o setor público quanto o privado e em se tratando de política pública esportiva, como se pode observar pelos dados levantados nas entrevistas, o PAAR tem uma importância muito expressiva.

5.9 VERBAS

Um fator que envolve políticas públicas são as verbas, recursos financeiros que a viabilizam. Segundo Almeida e Marchi Junior (2010), em um estudo a respeito da destinação dos recursos públicos percebeu a tendência da manutenção de posições dominantes como expõe no artigo, fazendo uma vinculação com a expectativa dos megaeventos esportivos, o que é percebido com a perenidade e manutenção do PAAR, que tem a característica de esporte de rendimento.

[...] Pelo mapeamento dos caminhos dados aos recursos públicos em ações de esporte e lazer, foi possível perceber a tendência de manutenção de posições dominantes e dominadas no campo esportivo brasileiro. Mesmo com a realização do Rio 2007, esses cinco anos analisados foram o início de uma tendência de recursos investidos para a promoção dos chamados megaeventos esportivos (Copa do Mundo de futebol masculino em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro) (ALMEIDA; MARCHI JUNIOR, 2010, p. 85).

Nas entrevistas também foi citada a questão de verba, apesar de que, conforme vamos observar, a verba destinada ao PAAR é proveniente do Ministério da Defesa, por meio de previsão orçamentária para o pagamento dos militares temporários do poder executivo (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Verbas

Verbas	C1	C2	C3	C4	TOTAL
	0	4.69%	2.61%	1.13%	8.43%

Fonte: Adaptado de NVivo

Nas entrevistas, a questão verba apareceu em três entrevistados. Sem verba não seria possível a efetivação de um programa como o PAAR, pois o âmago do projeto e a incorporação de atletas no EB por meio de editais que proporcionam o pagamento de salários a esses atletas, um salário de 3º sgt, que, em 2019, aproxima-se dos R\$7.000,00.

Observando a fala de C2, este relata que as vagas que estes atletas ocupam eram vagas ociosas e assim não foi necessária a utilização de uma verba nova, esse orçamento já estava na previsão da Força.

[...] então foi um esforço da Força para ver as vagas ociosas, porque essas vagas ociosas já mostravam que havia recurso para o pagamento de pessoal, então não havia uma necessidade política de conseguir mais recursos, mais investimentos. (Fonte: C2)

Ainda na entrevista de C2, este explica que as verbas são para salários e que existem outras verbas para treinamentos de equipe, competições que visam preparação para jogos militares e os recursos que são destinados para que os atletas participem efetivamente dessas competições militares. Além disso, assevera que os recursos são prioritariamente do Ministério da Defesa.

[...] Sobre essa questão da origem da verba, primeiro eu falo do pagamento do pessoal, que eu acho que esse é o, não digo que é o principal mas é o essencial, é o custeio do salário do atleta, e na parte de investimento se tem um recurso que é para o treinamento das equipes, para conduzir para as competições números pares, ou algumas competições civis que servem como treinamento para os campeonatos militares, e isso vai variar do ano, então esse ano que tem Jogos Mundiais Militares se tem um recurso maior, e a origem desse recurso é prioritariamente do Ministério da Defesa que recebe recurso para isso, e aí o Ministério faz negociação com o Governo para estar passando esse recurso, e sim existe um apoio hoje do Ministério da Cidadania, uma parcela menor mas que contribui para que a gente possa complementar e alcançar todos os objetivos propostos para os Mundiais ou para das modalidades isoladas aos Jogos Mundiais Militares como neste ano. (Fonte: C2)

Na entrevista de C3, também é evidenciada a questão verba, da mesma forma que C2 aponta a origem do recurso financeiro como sendo provenientes do Ministério da Defesa.

[...] Destinada para essa atividade, pode vir uma verba do Comando do Exército para trabalhar com um atleta da modalidade tal, seja ele do alto rendimento, seja ele do escolar, seja ele do corpo de tropa. E tem as verbas por exemplo, dos Jogos Mundiais Militares, então quem coordena os Jogos Militares nível Brasil é a Comissão Desportiva Militar do Brasil, a CDBM, ela é como se fosse o COB do meio Militar. Então, por exemplo, essa verba vem da Defesa, vem da Defesa, pode ter um suporte, enfim, em algumas ocasiões para treinamento do esporte, entendeu, porque a gente vai participar de uma competição que também é importante para o Brasil, não simplesmente para as Forças Armadas, é para o Brasil, porque eles vão estar lá representando as Forças Armadas? Vão, mas vão estar lá representando o Brasil. Então isso aí dependendo da situação pode vir verba da Defesa, pode vir verba do Esporte, ou pode vir verba de cada Comando de cada Força. (Fonte: C3).

C4 em sua entrevista também aponta que a verba tem a função de remunerar o militar temporário, apontando sua origem como verba da defesa *“E o dinheiro destinado é para a formação e permanência do Sargento temporário e não específico do esporte, do Programa.”*

Além disso C4 aponta também que os gastos do PAAR não é restrito a somente salários, também geram custos os atendimentos médicos e outros benefícios que os militares temporários possuem *“E não só do salário mas também do atendimento*

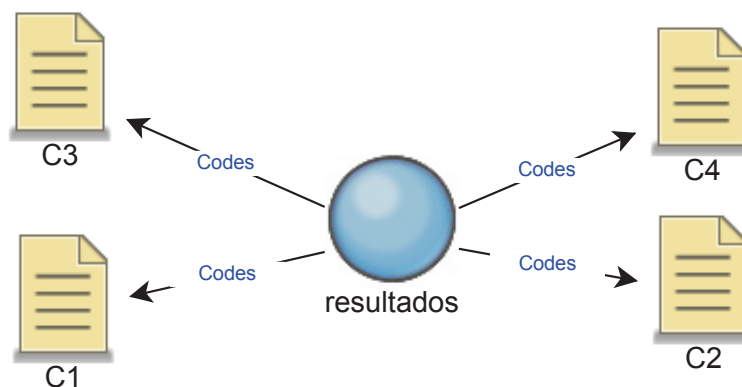
médico hospitalar, de todas as outras vertentes que vem para o militar, estão destinadas para o militar e não especificamente para o Programa.”

5.10 RESULTADOS

Toda política pública, essencialmente uma esportiva, necessita de resultados positivos para sua continuidade e aceitação popular. A questão resultados foi levantada nas entrevistas e apareceram na fala de vários dos entrevistados (Gráfico 10).

A busca por resultados fez com que o Brasil buscasse alternativas para ter uma participação expressiva nos megaeventos esportivos que o Brasil sediou. A utilização das Forças Armadas como um parceiro de desenvolveu uma política pública de alto rendimento se perpetuou no tempo e se mantém trazendo o desenvolvimento do esporte de rendimento.

Gráfico 10 - Resultados



Resultados	C1	C2	C3	C4	TOTAL
	3.35%	3.35%	1.29%	0.53%	8.52%

Fonte: Adaptado de NVivo.

Todos os entrevistados fizeram alusão a resultados em suas entrevistas, muitos falam que os resultados foram essenciais para que as pessoas detentoras de poder como políticos e comandantes mantivessem o programa; C1 aponta exatamente isso, que se não houver resultado positivo o programa não se manteria.

[...] E aí, vem até a parte dos resultados, se não houver resultado positivo, é lógico que não estou falando de matemática, existem alguns políticos que colocam matemática, “ah, quer dizer que quatro medalhas, valerão quatro milhões de reais?”. Não é isso, se for por matemática, acaba o esporte, mas se eu tiver um olhar para coisas intangíveis e valores que estou desenvolvendo, então eu creio que ele vá perdurar, mas depende sempre das pessoas. (Fonte: C1)

C2 aponta que o critério “resultado” era levado em consideração desde o início do programa, inclusive desde os primeiros editais do PAAR que buscou atletas com bons resultados para que integrassem o programa.

[...] Uma das coisas que as vezes pode parecer ‘ah mas foram feitos convites para atletas participar’, sem dúvida, com a capilaridade das Forças por todo país e vários Militares envolvidos com o esporte, distribuídos em todo território nacional, foram feitos contatos ‘visita tal clube, em São Paulo tem o Pinheiros, em Minas tem o Minas Tênis Clube, em Porto Alegre tem o SOGIPA’, e outros casos mais pontuais que se sabia que tinham clubes fortes, interior de São Paulo, categorias de base, técnicos que eram conhecidos, para que convidasse os atletas para participar do processo seletivo, não que ‘a convidamos o atleta “A” e queremos que o atleta “A” entre’, não necessariamente porque as vezes o currículo de outro melhor apareceu e que entraram no projeto, entraram no programa na verdade, passou de projeto para programa. (Fonte: C2)

C3, em sua entrevista, aponta que já em 2011 o Brasil obteve bons resultados, apontando o programa como um sucesso. O entrevistado também atribui a continuidade do programa ao sucesso que o mesmo obteve.

[...] Em 2011 nós tivemos um excepcional resultado, o Brasil ganhou, o Programa foi um sucesso, e ele (o Governo) viu que era um sucesso e continuou apoiando, porque a ideia inicial era apoiar até 2011, mas viu que teve um sucesso, aí participou antes da copa teve o Pan em 2011 em Guadalajara, foi bom, fizemos os Jogos Mundiais Militares, depois participamos das Olimpíadas de Londres, também bons resultados e aí foi só aumentando, aí depois, novamente, Pan de 2015. (Fonte: C3)

Outra questão importante foi apontada por C4, que o PAAR tinha um prazo para acabar e que sua continuidade se deu justamente pelo sucesso obtido.

[...] e o que eu sei da época é que o PAAR ele tinha um prazo para terminar e o Programa se estendeu, foi se estendendo pelo sucesso que ele foi alcançando. (Fonte: C4)

Segundo Menicucci (2006), o Estado utiliza das políticas públicas como uma estratégia interventiva e regulamentar estatal, que buscam como um de seus objetivos os resultados. Assim, não se pode furta que resultados são muito esperados quando falamos de uma política pública esportiva envolvendo esporte de alto rendimento, assim essa categoria encontrada traduz nas falas dos entrevistados justamente isso, que desde a criação os resultados eram esperados e que o PAAR perdura também pelos resultados obtidos em eventos esportivos que representaram o Brasil.

6 DISCUSSÃO

Após toda essa análise das entrevistas realizadas e da literatura que foi consultada para subsidiar o estudo em questão, chegamos a algumas questões importantes, que nesse momento serão discutidas com supedâneo no aporte sociológico de Norbert Elias. Para tanto, utilizaremos de três conceitos da teoria figuracional para balizar a discussão: configurações sociais, jogo de poder e processo cego.

6.1 CONFIGURAÇÕES SOCIAIS

Nada mais comum que as configurações sociais em se tratando de analisar uma política esportiva voltada ao esporte de alto rendimento. Quando realizamos o trabalho imaginávamos que este aspecto sociológico teria uma grande relevância no tema estudado e realmente em muitos momentos ficaram evidentes as ramificações sociais que foram estabelecidas.

No capítulo referente ao aporte sociológico ao tema, já havíamos discorrido um pouco sobre a questão das configurações sociais, mas ainda é pertinente salientar que, segundo Elias, os indivíduos são primitivamente interdependentes e se associam para promover sua existência, e neste contexto as relações sociais que foram criadas permeando o PAAR, são aproximadas nas teorias sociológicas de Norbert Elias (2008, p. 14).

[...] Mas a nossa maneira tradicional de formar esses conceitos faz com que esses grupos formados por seres humanos interdependentes apareçam como bocados de matéria-objetos tais como rochas, árvores ou casas [...].

Essas relações formadas por seres humanos independentes são muito rica, quando analisamos todos os resultados e os impactos da sociedade frente ao programa, ainda que seja uma análise com base na mídia, se tornou algo chamativo e relevante.

Neste aspecto das configurações sociais, mais especificamente o porquê dos Ministérios se unirem na proposta de realização do programa esportivo de alto

rendimento foi evidente, vários interesses estavam envolvidos, então temos vários atores envolvidos nessa lógica, como atletas, comandantes, políticos, gestores, técnicos, formando uma configuração social, em que cada participante tem relevância para a efetivação do todo pretendido. Eles realmente se uniram se entrelaçaram para atingir o seu objetivo que era comum a todos, porém cada um deles visualizando o seu interesse.

Esse todo pretendido também não era um único objetivo, cada ente tinha o seu interesse próprio e essa união se deu justamente porque os interesses de cada um dos envolvidos convergiram, apesar de não ser o mesmo objetivo, mas permitiu que a configuração social existisse.

Exemplificando o próprio desejo das FFAA em obter melhores resultados em competições nacionais e internacionais, como levantamos nas entrevistas, expõe essa questão de configuração social estabelecida, no caso com os atletas envolvidos e também com os governantes.

A destinação de verbas para competições e equipamentos esportivos de alta tecnologia foram consequência dessa configuração social estabelecida, entre estes vários atores envolvidos. E por essa configuração também as FFAA obtiveram resultados muito melhores em competições esportivas que participavam a anos.

O país também teve melhora no desempenho esportivo olímpico, isso tomando como base o quantitativo geral de medalhas, sendo que, apesar das FFAA não formarem atletas, esta colaborou para a manutenção da elite esportiva nacional.

Ainda discorrendo sobre a configuração social, explícito foi que muitos dos atletas continuaram treinando em seus clubes de origem, mantendo sua rotina de treinamento com seu técnico, porém, a partir do momento em que se pré-dispunham a participar de um programa como o PAAR, necessária foi essa compreensão dos técnicos e clubes, em saber que se estabelecia também uma configuração social entre todos eles e as FFAA, situação antes não existente. E dessa parceria geraram-se deveres e responsabilidades, questões também que antes sequer eram cogitadas.

Nesse sentido, as FFAA foram um apoio aos atletas, financeiro, estrutural, saúde entre outros, não podendo ser deixado de lado essa importância. Fator que foi evidenciado também nas entrevistas.

Os entrevistados apontaram como nítida essa questão das configurações

sociais no aspecto de afirmar, inclusive, que de alguma maneira todos saíram ganhando com o programa. Até porque o PAAR alcançou o feito de auxiliar os atletas em momentos não olímpicos, em que a possibilidade de verba e patrocínio é mais escasso. Agora no ciclo olímpico após as Olimpíadas Rio 2016, momento em que aporte financeiro foi de grande volume, e todos da configuração esportiva já previam queda nos recursos governamentais e privados, o PAAR se mostrou de grande auxílio ao esporte de alto rendimento e não parou, continuou atuando e auxiliando os atletas fazendo com que o programa perdurasse.

Assim, tivemos benefícios para as FFAA, para a sociedade e também para o governo, quando todos atingiram seus objetivos ainda que parcialmente. Entretanto, não se pode olvidar que para a continuidade do PAAR é necessário que essas configurações sociais permaneçam e que estes envolvidos continuem mutuamente entrelaçados.

6.2 JOGO DE PODER

A respeito do Jogo de Poder, em sua obra, Elias (2001) relata sobre a questão dos interesses que cada pessoa e as entidades representadas por essas pessoas. As relações sociais estão envoltas também nos jogos de poder. Jogos de poder são interesses e possibilidades de influência de uma pessoa sobre a outra. Esse poder pode ser em diversos setores, por exemplo, econômico, social, acadêmico, entre outros e essa influência aplicada na convivência social se transforma em jogos de poder. Essa força social na obra de Elias também foi percebida em vários aspectos identificados nas entrevistas, tornando possível essa aproximação.

[...] Dentro desse campo social, um usurpador do poder só poderia se impor se existisse um forte deslocamento na relação das forças sociais, e se estivesse à frente da camada fortalecida como um líder carismático, ou então s fosse tão superior ao rei em termos financeiros, e com isso em termos militares, que pudesse não só derrotar o exército do rei de modo decisivo, mas também quebrar a resistência de todos os grupos de interessados na manutenção do equilíbrio vigente. Não sendo o caso, era muito grande a probabilidade de que a figuração desenvolvida até aquele momento voltasse a se repetir, aproximadamente no mesmo estado de equilíbrio já alcançado (ELIAS, 2001, p. 186).

O interesse dos comandantes em colocar as FFAA em destaque foi um dos mais importantes aspectos envolvendo jogo de poder evidenciado na dissertação. Todas essas modificações em diversos sentidos e sua concretização por meio das influências sociais é um fator preponderante.

Além desse jogo de poder das FFAA, o jogo de poder por parte dos governantes também foi evidenciado, principalmente em algumas falas que apontava que as intenções de fazer com que o país tivesse uma participação expressiva nos jogos era uma questão de poderio do Estado.

Para as FFAA, a possibilidade de receber verbas destinadas à condução de eventos esportivos e treinamento de atletas também foi um fator de influência na aceitação do programa dentro das Forças. Nesse elemento é possível identificar que por meio da verba existiu o interesse que demonstram os jogos de poder. Assim, essa verba que era considerada interessante para as Forças Armadas e sua inserção no cenário esportivo brasileiro dotou a essas um poder que anteriormente não detinham.

Nesse jogo de poder todos queriam seu jeito de “lucrar” e esse lucrar não estamos apontando como algo negativo, pelo contrário em alguns momentos, mas usamos a palavra “lucrar” como ganhos que foram possibilitados a todos os envolvidos a sua maneira.

Entretanto, outro fator que não se pode esquecer foi algo já apontado durante as entrevistas, por sua evidência, e que merece novamente lembrança, de que toda a criação e implantação do PAAR se deu em um governo que apoiava de maneira afim as causas sociais, qual tem uma inclinação social mais intrínseca em seus ideais que outros governos, assim o governo do presidente Lula e, posteriormente, Dilma, privilegiaram um esporte de poucos, que é o esporte de rendimento ao invés de voltar sua atenção para o esporte social, o que em outras épocas poderia não ser esperado dessa forma de governo social.

Alguns autores, como Nogueira (1998), falam dessas transições de poder sem a possibilidade de um rompimento total com as características dos governos anteriores.

[...] por não contar com as bases materiais e sociais necessárias para sua instauração, não romperia com o passado oligárquico e autoritário, em suma, com as classes que representavam o atraso e as quais tal projeto pretendia eliminar (NOGUEIRA, 1998, p. 31).

E no cenário político de 2019, o PAAR continua fortalecido e atuante, colaborando com o esporte de rendimento nacional e sendo uma maneira de incentivar o atleta a se manter na carreira esportiva de rendimento em períodos não olímpicos e mantendo-o para suas atuações. O PAAR assim nasceu em um governo social, apoiando o esporte militar e em uma ação que não tem por escopo a democratização esportiva, algo até mesmo improvável se fosse cogitado em outras épocas políticas.

E já que as FFAA estavam intimamente ligadas a esta estratégia esportiva, a vinculação do esporte de rendimento era algo almejado pelas FFAA, conforme construído na dissertação, e nesse escopo, tivemos a “propaganda” das FFAA por meio dos atletas nas competições, seja pelo uso de adesivos corporais da organização militar a que pertence, pelo ato da continência ou pelo uso de uniformes das FFAA, além de todo aspecto midiático que envolve o esporte de alto rendimento.

E nesse sentido o jogo de poder, também foi identificado pelas entrevistas que dentro do Exército existia uma divergência entre o alto escalão sobre se o PAAR deveria ou não existir, sendo que algumas autoridades eram contra e outras a favor, sendo que nessa relação de poder prevaleceu pela efetivação do programa nas FFAA. E mesmo não podendo citar um indício único do motivo que fez a ala dos militares conseguirem apoio para sua ideia, esta prevaleceu e ainda perdura.

Grande parte da crítica negativa ao programa, por parte dos próprios militares, era por um enfraquecimento do esporte militar, desenvolvido pelos militares de carreira e também pelo alto custo de pessoal que o programa possui. Entretanto, nessa balança a influência de poder militar falou mais alto e prevaleceu a implantação e continuidade do programa. E para a continuidade do programa, que não sabemos até que momento será levado, depende também das relações de poder existentes e futuras.

6.3 PROCESSO CEGO

Quando destacamos o conceito intitulado de processo cego, precisamos ter em mente que quando Elias explica as relações sociais e o sentido dessas relações

aponta que o processo não é linear, quando é visualizado de maneira generalizada, sem considerar especificamente os jogos de força, esse processo na realidade é cego, porém converge para um fim comum. Assim não sabemos como ele se procede ou para o caminho em que ele segue não é linear e sim difuso e até mesmo inimaginável antes de sua concretização.

[...] A cena dessa desintegração radical deve ser vista como, de certa maneira, o ponto de partida, se queremos compreender como áreas menores se aglutinaram para formar uma unidade mais forte e através de que processos sociais se constituíram os órgãos centrais das unidades mais amplas de governo, que designamos pelo conceito de 'absolutismo' – a máquina de governo que forma o esqueleto dos Estados modernos. A relativa estabilidade da autoridade e das instituições centrais, na fase que denominamos de 'Idade do Absolutismo', contrasta vivamente com a instabilidade da autoridade central na precedente fase feudal (ELIAS, 1993, p. 32).

No início da criação do PAAR não era possível prever por quais caminhos a política pública iria seguir, sequer sabia se realmente ela iria perdurar, entretanto essa permaneceu e atingiu alguns objetivos que foram elencados tanto por governantes como pelas próprias FFAA.

Isso pode ser destacado da seguinte forma, mesmo o poder central governamental já ter sido alterado três vezes – primeiramente no governo da presidente Dilma, que basicamente deu continuidade muito próxima aos preceitos do governo Lula; num segundo momento o governo do presidente Temer e por fim nesse momento o governo do presidente Bolsonaro, que tem premissas de certo modo antagônicas dos governos anteriores, mas que mantém o PAAR até o momento.

Assim, nas entrevistas foram levantados alguns aspectos nesse sentido, um deles de que a intenção no decorrer da política pública melhorasse a formação dos atletas, percebemos que não se pôde prever o caminho a percorrer da política pública. O PAAR não conseguiu atuar na formação inicial de atletas, essa questão continuou com as outras instituições que já existiam, um processo que não se pode prever, nem apontar por que caminhos podem percorrer, pois identificamos que cada esporte aponta para uma histórica específica de desenvolver jovens talentos, isto é, não há uma regra única na formação desses jovens.

Nesse sentido, o que aconteceu foi o atleta que continuava treinando em sua

entidade (clube, associação) de origem, continuou seu desenvolvimento esportivo naquele local, e as FFAA foram um apoio para seu sustento e não algo primordial para seu desenvolvimento esportivo (isso na maior parte dos casos).

Outro aspecto que apresenta o processo cego foi que a legislação já era existente, houve adaptação, isso jamais seria previsto quando da elaboração da lei de pessoal técnico temporário do Exército, mas que serviu de supedâneo jurídico para uma ação do Estado brasileiro como um todo.

Assim as FFAA se tornaram parte da engrenagem esportiva brasileira, algo que nunca foi planejado, mas que ocorreu seguindo a tendência do processo cego que aqui elencamos.

E apesar da sociedade não ter nas FFAA uma entidade colaborativa com o esporte nacional, ela se tornou após o PAAR um ponto importante no cenário esportivo nacional, contribuindo com a configuração esportiva, objeto central dessa dissertação.

Outra questão que foi atingida sem a percepção inicial (pelo menos não estava descrita na legislação), mas que foi obtida por meio das ações desenvolvidas pelo PAAR, foi um auxílio muito significativo aos atletas, em momentos não olímpicos, o que era uma dificuldade para ser alcançado anteriormente sem essa política esportiva e, conseqüentemente, a manutenção do atleta praticando o esporte de alto rendimento.

Assim, percebe-se que esse evoluir do PAAR levou o programa a patamares que não eram imagináveis no princípio e que apesar de elogios e críticas teve aceitação positiva por parte da sociedade mesmo não se tendo no início de sua criação uma perspectiva tão ampliativa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição de todos os resultados obtidos e da análise das entrevistas que evidenciaram dez categorias de maior incidência nas falas dos entrevistados, as quais são apresentadas na Quadro 5.

Quadro 5 - Categorias com percentuais

Categoria	Total
Países com programas similares	4.12%
Benefícios do PAAR	27.08%
Continuidade do Programa	10.94%
Criação legislativa	26.37%
Configuração esportiva	23.39%
Fatores negativos	25.77%
Motivação de criação PAAR	30.11%
Objetivos do programa	8.21%
Resultados	8.52%
Verbas	8.43%

Fonte: A autora.

Chegando nessas categorias, cada uma delas foi estudada e contextualizada com a literatura, ficando entrelaçada sua incidência com tudo o que se estuda mundialmente envolvendo políticas públicas esportivas.

Além disso, foi importante salientar que nesse trabalho estamos falando de política pública esportiva de alto rendimento, que por si só já se diferencia de outros modos de políticas públicas, pois atinge um grupo menor de indivíduos, porém tem alcance muito grande pela mídia.

A população acompanha os grandes eventos esportivos, e ter atletas que se destacam no cenário esportivo internacional aumenta os sentimentos de pertencimento e orgulho nacional.

Na construção legislativa, mostrada no capítulo 4, pode se observar que as políticas públicas esportivas envolvem várias vertentes, como o esporte escolar, o lazer e também o rendimento.

Os governantes precisam saber como equilibrar os investimentos nestas políticas e a parceria com as FFAA foi interessante tanto para o governo, que teve

uma visibilidade internacional, melhorou seu desempenho esportivo em eventos internacionais, bem como o apoio popular foi evidenciado por meio da mídia, fazendo com que o programa esteja ultrapassando os dez anos de duração.

Se partimos do pressuposto de que o Brasil, segundo o antigo Ministério do Esporte e atual secretaria especial do esporte, possui uma rede nacional de treinamento teórica, na qual atingiria todas as nuances esportivas, desde o esporte escolar até o alto rendimento e nesse sentido, o PAAR estaria no topo da pirâmide (Figura 9).

Figura 9 - Rede nacional de treinamento



Fonte: Brasil (2019).

Entretanto, alguns autores como Caregnato (2018) afirmam em seus estudos, baseando-se em vários estudiosos, de que esta rede nacional de treinamento não procede na prática como descrito na teoria pelo governo federal.

[...]Pode-se afirmar que isso é um caso específico, pois, alguns autores apontam que o esporte brasileiro, como um todo, ainda não possui um sistema nacional de esporte, sendo que uma das finalidades seria, justamente, fornecer comunicação entre municípios, estados e governo federal, bem como, a continuidade das políticas esportivas implantadas (VIEIRA; VIEIRA, 2001; MEIRA; BASTOS, 2011; GODOY, 2013; MEZZADRI; MORAES E SILVA; CAVICHIOLLI, 2016) (CAREGNATO, 2018, p. 105).

O PAAR, conforme estudado, se tornou uma política pública de sucesso. Se levarmos em conta que os objetivos que eram esperados e que foram formalizados nos editais do PAAR, por meio da portaria n 1.416, de 18 de outubro de 2017, que reforçou os ideias que foram almejados desde o início do programa, foram alcançados na análise das entrevistas.

Art. 4o O PAAR tem como objetivos:
 I - representar o Exército Brasileiro em competições esportivas nacionais e internacionais;
 II - projetar positivamente a imagem da Força Terrestre no país e no exterior;
 III - motivar a prática esportiva e transferir conhecimento ao público interno; e
 IV - contribuir para o desenvolvimento do desporto nacional.

E diante da própria observação da legislação observa-se claramente nos três primeiros objetivos a motivação do Exército em manter o PAAR, ele é muito vantajoso para a representatividade de cada força e para a representatividade do Brasil em jogos internacionais militares.

Mas também existiu a vantagem para atletas, para o esporte de rendimento nacional, o qual teve um desempenho positivo. Entretanto, esses fatores motivacionais e de engajamento e aceitação por parte de treinadores e atletas ao se submeterem a ingressar em uma força e cumprir algumas regras militares carecem de mais estudos acadêmicos para que sejam analisadas sociologicamente essas inclinações.

No todo estudado, muito ficaram evidenciadas as relações de poder e configurações sociais (ELIAS, 2008), relações que julgávamos que seriam pertinentes e foram evidenciadas no capítulo 3 desse estudo.

Outro ponto importante a ser destacado e carece de mais estudos voltados ao tema está relacionado à verba investida no programa. Não existe nenhum dado oficial sobre os gastos totais com os atletas pertencentes ao PAAR, pois ao aderirem o programa o atleta e sua família recebem atendimento médico, entre outros benefícios de um militar temporário, mas ao fazer uma conta simples temos pelo menos o valor mensal gasto com o programa no Exército, se forem considerados 160 atletas participantes, recebendo o soldo de 3º sgt., que segundo o portal da transparência

nacional é de R\$ 4.800,00 de renda bruta, em média (destinada ao atleta, sem outros benefícios). Assim, o gasto mensal do PAAR somente com salários é R\$ 768.000,00.

Vale ressaltar que não existe uma relação direta de causa efeito com verba investida e resultados obtidos, pois uma série de outros fatores precisam estar associados para se obter o sucesso esportivo. Nesse sentido, Caregnato (201, p. 25) aponta em seu estudo sobre o atletismo justamente esse fator.

[...] Essa relação de causa e efeito, isto é, de que um maior incentivo financeiro significa melhores resultados, nem sempre é verdadeira neste estudo. Foi possível constatar que o fato do atleta de atletismo estar entre os que mais recebem incentivo de um determinado programa, não garante a participação dele nas principais competições, nesse caso, os Jogos Olímpicos do Rio – tampouco garante resultados expressivos.

Logo, é cediço que não podemos vincular uma causa e efeito entre dinheiro investido e resultados obtidos, porém também não se pode deixar de lado que para a grande maioria dos atletas fez muita diferença a oportunidade de participar do PAAR, para tanto podemos observar na entrevista de C2 o seguinte relato.

[...] Quando acabo a instrução ele ficou quieto, eu vi e fui conversar com ele e eu falei: 'Tudo bem?' E ele: 'Tudo bem, eu estou chegando à conclusão de que eu não vou mais precisar trabalhar mais como porteiro, porque eu trabalho das 20hrs da noite às 8hrs da manhã como porteiro, vou para casa, descanso, almoço, na parte da tarde eu saio para treinar, e depois já emendo no meu treino, e agora com esse salário de Terceiro Sargento eu não vou mais precisar trabalhar como porteiro e ainda vou poder colocar minha mulher e meu filho recém-nascido (até conheci a mulher e filho na formatura dele) no plano de saúde'. (Fonte: C2)

Inevitável perceber nessa fala a influência positiva que o programa proporcionou na vida dos atletas e na satisfação dos dirigentes do programa em sua execução.

Por fim, após todo o estudo realizado entende-se como de extrema relevância o PAAR, como uma alternativa viável, duradoura e benéfica para inúmeros agentes envolvidos, desde atletas até instituições.

Apesar de não ser uma ideia inédita, pois alguns outros países já possuem programas de financiamento de atletas por meio das Forças Armadas, sendo alguns

de maneira direta e outros como Rússia, Alemanha e Itália financiam seus atletas indiretamente por meio de suas Forças Armadas (HOULIHAN; GREEN, 2006).

Assim, o trabalho consegue encontrar categorias de estudo da política pública do PAAR, além de situar o programa como uma política pública brasileira que encontra o posicionamento dentro de uma rede prática que envolve o esporte brasileiro e se torna peça importante ao estudar o esporte de alto rendimento.

7.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS, INCLUINDO DA PRÓPRIA AUTORA

Nessa dissertação foi realizada a análise do PAAR pela visão dos dirigentes, gestores e comandantes, que trabalham diretamente com o programa e alguns diretamente com os atletas.

Outros estudos envolvendo o viés sociológico para a compreensão do porquê os atletas se submetem a ingressar em uma vida militar como temporário, várias hipóteses são passíveis de análise, questões financeiras são as que mais pairam sobre a análise, mas questões como estrutura, apoio médico, custeio de competições, entre outros que só poderão ser comprovados por meio da pesquisa acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Barbara Schaustek; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O financiamento dos programas Federais d esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 73-92, out./dez. 2010.

ALVES, Gustavo. Brasil jogo com refugos de clubes. **Folha UOL**, São Paulo, 15 jul. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1507201116.htm>. Acesso em: 17 abr. 2019.

ALVES, José Antônio Barros Alves; PIERANTI, Octavio Penna. O estado e a formulação de uma política pública nacional de esporte no Brasil. 2007. **Era Eletrônica**, São Paulo, v. 6, n.1, jun. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482007000100002>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ARMY. Forças Armadas dos Estados Unidos. **Exército americano, informações traduzidas pela autora**. 2019. Disponível em: <https://www.armywcap.com/about>. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Rede Nacional de Treinamento**. Brasília, DF, [2019?]. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva>. Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Atletas Militares Olímpicos**. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <https://Www.Defesa.Gov.Br/Esporte/70-Esporte/Atletas-De-Alto-Rendimento/22963-Atletas-Militares-Olimpicos>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Militares conquistam 68 das medalhas brasileiras**. Brasília, DF, 2016b. Disponível em: <https://Www.Defesa.Gov.Br/Esporte/70-Esporte/Atletas-De-Alto-Rendimento/22963-Atletas-Militares-Olimpicos>

BRASIL. Ministério da Defesa. O Exército Brasileiro nos 5º Jogos Mundiais Militares. **Revista Verde-Oliva**, Brasília, DF, ano 39, n. 213, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Comitê Olímpico confirma 145 atletas militares no time Brasil**. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/22886-rio-2016-comite-olimpico-confirma-145-atletas-militares-no-time-brasil> <http://www.defesa.gov.br/noticias/23696-rio-2016-militares-conquistam-68-das-medalhas-brasileiras>. Acesso: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Rio 2016: Militares conquistam 68% das medalhas brasileiras**. Brasília, DF, 2016b. Disponível: <http://www.defesa.gov.br/noticias/22886-rio-2016-comite-olimpico-confirma-145-atletas-militares-no-time-brasil> <http://www.defesa.gov.br/noticias/23696-rio-2016-militares-conquistam-68-das-medalhas-brasileiras>. Acesso: 12 abr. 2019.

CAPELA, Paulo Ricardo do Canto. Os megaeventos esportivos e as políticas públicas de esporte e lazer de resistência. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, ano 28, n. 27, p. 101-116, dez. 2006.

CAREGNATO, André Felipe. **O atletismo brasileiro a partir do entendimento de agentes**: gestores, treinadores, atletas e ex – atletas. 2018. 410 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CASTELAN, Lia Polegato. **As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2010.

CASTRO, Celso. In corpórea sano-os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, n. 2, p. 61-78, 1997.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL. Time Brasil nos jogos Rio. 2016. Disponível em: <http://www.Cob.Org.Br/Pt/Time-Brasil/Brasil-Nos-Jogos/Rio-2016>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CORREIA, Roberto. Comissão Desportiva Militar do Brasil. In: DA COSTA, Lamartine (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. p. 142-144.

ELIAS, Norbert. **Introdução a Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 2 v.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

ENTENDA por que os atletas brasileiros prestam continência no pódio olímpico.

Globo Esporte, Rio de Janeiro, 17 ago. 2016. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/08/entenda-o-motivo-de-atletas-brasileiros-baterem-continencia-no-podio-olimpico.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

FERNANDES, Eduardo. Memória Camponesa. In: REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA, 21., 1991. **Anais...**Ribeirão Preto: SPRP, 1991. p. 15.

FERREIRA NETO, Amarílio **A Pedagogia no Exército e na Escola**: a educação física brasileira (1880 – 1850). Aracruz: Facha, 1999. p. 296.

GARRIGOU, Alain. O grande jogo da sociedade. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. **Norbert Elias**: a política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2001. p.77.

GEBARA, Ademir. Esportes: cem anos de História. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 3., 1995. **Anais...** Curitiba: UFPR, 1995. p. 131.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIRRA, Francisco Jorge Saad. **Os V jogos mundiais militares no Brasil e a reinserção do Esporte Militar na Política Esportiva Nacional**. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

HALL, Peter. Policy Paradigms, Social Learning, and the State: the case of Economic Policymaking in Britain. **Comparative Politics**, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 275-296, 1993.

HOULIHAN, Barrie; GREEN, Mick. The changing status of school sport and physical education: explaining policy change. **Sport, Education and Society**. [S.l.], v. 11, n. 1, p. 73-92, 2006.

HOULIHAN, Barrie; GREEN, Mick (Ed.). **Comparative Elite Sports Development: systems, structures, and public policy**. London: Elsevier, 2008.

INTERNATIONAL MILITARY SPORTS COUNCIL. **CISM History**. 2018. Disponível em: <http://milisport.one/cism/cism-history>. Acesso em: 9 abr. 2019.

LARDIES, Miguel. **Coletânea de leis e regulamentos dos desportos**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1971.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARTINS, Heloísa Helena de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MASCARENHAS, Fernando. **Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami**. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 39-67, jan./mar. 2012.

MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006. p.136-164.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES E SILVA, Marcelo; CAVICHIOILLI, Fernando Renato; MEZZADRI, Fernando Marinho. Políticas públicas para jovens talentos deportivos en Brasil: revelando la red nacional de entrenamiento. **Educación Física y Ciencia**, Buenos Aires, v. 20, p. e055, Oct. 2018. Doi: 10.24215/23142561e055

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**: ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OURIQUES, Nilson. O gol contra do rei: a Lei Pelé e suas consequências. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 11, n. 12, p. 37-69, 1999.

PORTAL BRASIL. Comissão Desportiva Militar do Brasil. **[Entrevista]**. Brasília, DF, 2017. Portal Militar em entrevista com o Vice-Almirante Bernardo José Pierantoni Gambôa. Disponível em: http://www.militar.com.br/modules.php?name=Noticias&new_topic=34. Acesso em: 13 ago. 2018.

RIBEIRO, Flávia. Brasil em primeiro nos jogos mundiais militares. **Veja**, São Paulo, 24 jul. 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/brasil-em-primeiro-nos-jogos-mundiais-militares/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SGEX. Disponível em: www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.phpcodarquivo=694&act=bre. Acesso em: 17 maio 2019.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MARCHI JUNIOR, Wanderley. (Re) pensando as políticas públicas de esporte e lazer: a socio gênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Brasília, DF, v. 38, n.1, 42-49, 2016.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA, Juliano de; MARCHI JUNIOR, Wanderley. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.17, n. 3, p. 233-251, jul./set. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. Informações traduzidas do Exército Americano. Disponível em: <https://www.armywcap.com/about>. Acesso em: 12 out. 2019.

TUBINO, Manoel José Gomes. **O esporte no Brasil**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992

TUBINO, Manoel José Gomes. **500 anos de legislação esportiva brasileira**: do Brasil-colônia ao início do século XXI. Rio de Janeiro: Shape, 2002.

.

.

APÊNDICE - Roteiro de entrevista para comandantes do exército e equipe do ministério da defesa e secretaria especial de esporte

- 1) Dados pessoais e descrição da participação na criação e desenvolvimento do PAAR.
 - Nome, RG, titulação, unidade/órgão onde trabalha, formação, como chegou ao cargo que ocupa atualmente.
- 2) Em sua opinião qual foi a motivação inicial da criação do PAAR.
- 3) Como se deu o processo para implementação do PAAR, alguém foi o líder ou essas decisões se deram em grupo, como isso aconteceu?
- 4) Alguma pessoa se destacou no processo? Na questão de defesa, proposições e argumentações.
- 5) Acredita que o PAAR tenha contribuído para a configuração esportiva brasileira?
- 6) Existiu algum político, deputado ou senador que realmente ajudou na aprovação do PAAR ou foi uma ação do Ministério da Defesa e do Esporte somente? (Intersetorialidade e políticas redistributivas).
- 7) Qual era a origem da verba destinada ao PAAR e qual é atualmente?
- 8) Quem determinou os editais de convocação e a escolha do público (atletas) selecionado?
- 9) Houve discussões sobre a possibilidade do PAAR se encerrar após os Jogos Olímpicos Rio 2016?
- 10) Acredita que o programa tem perdido forças após os Jogos Olímpicos tendo em vista as vagas que atualmente estão abertas no EB por exemplo?
- 11) Você percebe e poderia pontuar quais foram os benefícios ou prejuízos do PAAR para sua instituição e em uma visão global para o país?
- 12) Demais perguntas que forem surgindo dentro do tema durante a entrevista.

As entrevistas serão realizadas com os áudios gravados, mediante a coleta de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tudo conforme aceite do Comitê de Ética em pesquisas da Universidade Federal do Paraná, sob protocolo CAAE:

88770618.4.0000.0102, Número do parecer: 2.748.001, sendo posteriormente transcritas e estando sob a guarda da pesquisadora.

Para preservar a identidade dos entrevistados receberão o símbolo “C”, atribuindo numeração aleatória do 1 ao 4 (C1, C2, C3 e C4).

ANEXO – Legislação

- Lei Federal nº 9.615 de 24 de março de 1998;
- Lei Federal nº 12.395 de 2011 de 16 de março de 2001
- Lei Federal nº 6.251 de 1975 de 8 de outubro de 1975
- Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, pelo Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002 (Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército-R-68);
- R.Cont. Decreto Federal nº 2.243, de 3 de junho de 1997.
- Decreto Lei nº 54.559 de 1964 de 23 de outubro de 1964
- Decreto Federal nº 91.452 de 19 de julho de 1985
- Lei do Serviço Militar, Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar);
- Portaria nº 171-DGP, de 8 de julho de 2009;
- Portaria nº 046-DGP, de 27 de março de 2012 (EB30-N-30.009).
- Portaria nº 1416-Comandante do Exército, de 18 de outubro de 2017.
- Portaria Ministerial nº 598/1985
- Portaria Ministério da Defesa nº 1402/2007
- Portaria 171-DGP/2009
- Portaria 656-Comando do EB 2009